

BRASKEM S.A.

C.N.P.J. nº 42.150.391/0001-70

N.I.R.E. 29300006939

Companhia Aberta

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BRASKEM S.A.
A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2026**

Senhores Acionistas,

A Administração da Braskem S.A. ("Companhia" ou "Braskem") vem apresentar a Proposta da Administração ("Proposta") com relação às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Braskem, a ser realizada em 29 de abril de 2026, às 15h00, sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, § 2º inciso I e artigo 28, §§1º, 2º e 3º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), por meio de plataforma digital Webex ("Plataforma Digital" e "Assembleia", respectivamente).

A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, tendo em vista que tal formato, no julgamento da Administração, diminui os custos de participação dos acionistas, facilitando e contribuindo para um maior comparecimento da base acionária da Companhia na Assembleia e, assim, potencialmente aumentando a representatividade das deliberações a serem tomadas.

A Companhia esclarece que, nos termos do art. 9º, parágrafo único, do Estatuto Social, as ações preferenciais classes "A" e "B" terão direito de voto nesta Assembleia e votarão em conjunto com as ações ordinárias nas deliberações das matérias constantes da Ordem do Dia desta Assembleia.

1. Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 25 de março de 2026, manifestou-se favoravelmente às demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, nos termos do artigo 27, inciso "V", de seu Estatuto Social, as quais obtiveram parecer favorável do Conselho Fiscal, em reunião realizada no dia 25 de março de 2026, estando acompanhadas, ainda, do Relatório do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário emitido em 24 de março de 2026, e do Relatório e Parecer, sem ressalvas, dos Auditores Independentes. A Administração da Companhia submete à apreciação dos Srs. Acionistas o conjunto de documentos relativos às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, nos termos das Resoluções CVM 80 e 81, contendo suas Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário da Companhia.

Nos termos do artigo 133 da Lei das S.A., artigo 10 da Resolução CVM 81 e artigo 27, §1º da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 80”), os seguintes documentos foram disponibilizados para a análise dos Srs. Acionistas:

- (i) Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- (ii) Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP;
- (iii) Relatório e Parecer dos Auditores Independentes;
- (iv) Relatório do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário;
- (v) Parecer do Conselho Fiscal;
- (vi) Declaração dos Diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes;
- (vii) Declaração dos Diretores de que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras; e
- (viii) Comentários dos administradores da Companhia sobre a situação financeira da Companhia, nos termos da Seção 2 de seu Formulário de Referência.

Os documentos acima referidos, bem como as atas das reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que apreciaram tais documentos, conforme aplicável, também se encontram disponíveis para consulta dos Srs. Acionistas no escritório da Companhia localizado no Estado de São Paulo, Cidade de São Paulo, na Rua Lemos Monteiro, 120, 24º andar, Butantã, CEP 05501-050, no seu *website* (www.braskem-ri.com.br) e nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (www.b3.com.br).

O documento indicado no item (viii) acima referente aos comentários dos administradores da Companhia sobre sua situação financeira segue anexo à presente Proposta como **Anexo I**.

A Administração esclarece que, conforme a Demonstração do Resultado do Exercício constante das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou um prejuízo no valor de R\$ 9.879.465.238,91, que será integralmente registrado na rubrica de “Prejuízos Acumulados”, passando a registrar um saldo atualizado de R\$ 23.901.578.923,33.

Nos termos do Ofício Circular anual da Superintendência de Relações com Empresas da CVM, a Companhia não apresentará as informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM 81 em razão da apuração de prejuízo no exercício social de 2025.

2. Examinar, discutir e votar o relatório da Administração e respectivas contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

Conforme manifestação favorável do Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 25 de março de 2026, nos termos do artigo 27, inciso "V", de seu Estatuto Social, a Administração da Companhia submete à apreciação dos Srs. Acionistas (i) o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, que foi disponibilizado aos Srs. Acionistas, nos termos do artigo 133 da Lei das S.A., artigo 10 da Resolução CVM 81 e artigo 27, §1º da Resolução CVM 80, arquivado junto à CVM em 26 de março de 2026, e publicado no jornal "Correio da Bahia" na forma prevista no artigo 124 da Lei das S.A. e no *website* do mesmo jornal (<https://publicidadelegal.correio24horas.com.br/>); e (ii) as respectivas contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

3. Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia e seus respectivos suplentes

A Administração da Companhia propõe deliberar sobre a eleição de 11 (onze) membros efetivos e seus respectivos suplentes para seu Conselho de Administração, para um mandato unificado de 2 (dois) anos que vigorará até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2027, nos termos dos artigos 18 e 20 de seu Estatuto Social.

A Administração submete aos acionistas a eleição da chapa a seguir, indicada pela Novonor S.A. – Em recuperação judicial e NSP Investimentos S.A. I ("Novonor") e pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras ("Petrobras"):

EFETIVOS	SUPLENTES
HÉCTOR NÚÑEZ	GUILHERME SIMÕES DE ABREU
OLAVO BENTES DAVID	RODRIGO TIRADENTES MONTECCHIARI
JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA (candidato Independente)	-
CARLOS PLACHTA (candidato Independente)	EDMUNDO JOSÉ CORREIA AIRES
GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO (candidato Independente)	-
JOÃO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA	-
JULIANA SÁ VIEIRA BAIARDI	-
MAURICIO DANTAS BEZERRA	-
LUCAS CIVE BARBOSA	-

LUIZ EDUARDO VALENTE MOREIRA	JULIO CEZAR JERONIMO DOS SANTOS
PAULO ROBERTO BRITTO GUIMARÃES	ANDRÉA BARCELLOS DE ARAGÃO

As informações relativas à experiência profissional dos candidatos indicados para compor a chapa estão disponíveis no Anexo II, nos termos do artigo 11, inciso I da Resolução CVM 81 (itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência).

O Conselho de Administração, após análise do enquadramento de cada candidato aos critérios de independência estabelecidos no Anexo K à Resolução CVM 80 e na Política Global do Sistema de Conformidade da Companhia, atestou o enquadramento dos Srs. José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha, Carlos Plachta e Gesner José de Oliveira Filho em relação aos referidos critérios, com base na declaração de independência apresentada pelos referidos candidatos mencionados e na opinião do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário da Companhia, que também avaliou a matéria. A caracterização da independência dos candidatos deverá ser deliberada pela Assembleia.

Havendo a eleição em separado de 1 (um) membro e seu respectivo suplente para o Conselho de Administração, nos termos do art. 141, §4º da Lei das S.A., o Conselho de Administração será composto por 10 (dez) dentre os membros indicados na chapa supra apresentada e pelo membro efetivo e respectivo suplente eleito em votação em separado, conforme descrito abaixo.

Nos Fatos Relevantes divulgados em 15 e 23 de dezembro de 2025, 12 de fevereiro e 6 de março de 2026, a Companhia informou os acionistas e o mercado sobre potencial operação de entrada de determinado Fundo de Investimento em Participações, sob a consultoria especializada da IG4 Sol Ltda. (parte do Grupo IG4), como acionista direto e/ou indireto da Companhia, assumindo a participação atualmente detida pela Novonor, em decorrência da aquisição, pelo Shine I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada, de créditos existentes contra empresas do Grupo Novonor, atualmente garantidos por alienação fiduciária de ações da Braskem (“Operação”). A Companhia comunicará aos acionistas oportunamente caso seja informada sobre eventuais mudanças na chapa supra apresentada, inclusive por conta da Operação, bem como de potenciais efeitos nos votos já conferidos por meio de votação à distância.

Procedimento para a eleição de membros do conselho de administração da Companhia:

A. Eleição em separado

Em primeiro lugar, a Companhia realizará, caso observados os requisitos abaixo, a votação em separado de membro efetivo do Conselho de Administração e respectivo suplente.

Nos termos da Lei das S.A., tal votação está sujeita à requisição: (i) por acionistas titulares de ações ordinárias que representem, no mínimo, 15% (quinze por cento) do total de ações com direito a voto da Companhia, nos termos do artigo 141, §4º, inciso I, da Lei das S.A., cenário este que não é possível no cenário atual da Companhia, tendo em vista a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação (desconsideradas, portanto as ações vinculadas ao Acordo de Acionistas da Companhia); ou (ii) por acionistas titulares de ações preferenciais que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social total da Companhia, nos termos do artigo 141, §4º, inciso II da Lei das S.A. Caso os quóruns previstos nos itens (i) e (ii) não sejam atingidos, a votação em separado para a eleição de 1 (um) membro efetivo e seu respectivo suplente poderá ser exigida por titulares de ações ordinárias e ações preferenciais representando em conjunto, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social total da Companhia, nos termos do artigo 141, §5º, da Lei das S.A.

Os acionistas (incluindo beneficiários finais dos American Depositary Receipts representativos de ações preferenciais) somente poderão participar do processo de votação em separado com as ações (ou ADRs) detidas de forma ininterrupta durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia. Tal comprovação de titularidade ininterrupta das ações (ou ADRs), emitida pela entidade competente, deverá ser encaminhada diretamente à Companhia, por meio do e-mail braskem-ri@braskem.com, até o dia 27 de abril de 2026.

B. Eleição majoritária

Caso a eleição em separado não seja requisitada ou seja requisitada sem a observância dos requisitos impostos no artigo 141, §§4º, 5º e 6º da Lei das S.A., a Companhia procederá à eleição majoritária dos membros de seu Conselho de Administração, nos termos do artigo 129 da Lei das S.A. A votação será realizada por chapa, sendo os votos proferidos a uma relação de candidatos já previamente estabelecida, de modo que, ao final, serão eleitos todos os membros indicados pela Novonor e pela Petrobras, conforme acima indicados, que possuem a maioria das ações com direito de voto nesta Assembleia.

Se a votação em separado tiver ocorrido, 1 (um) dos 11 (onze) cargos vagos do Conselho de Administração será ocupado pelo conselheiro eleito na eleição em separado, restando 10 (dez) cargos vagos para serem ocupados por membros indicados para compor a chapa, observado o disposto no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

As ações detidas pelos acionistas com direito de voto nesta Assembleia, incluindo as ações preferenciais de classes “A” e “B”, que forem usadas na votação em separado, caso aplicável, serão excluídas do cálculo do número de ações votantes para fins da eleição majoritária.

C. Voto múltiplo

Como forma de votação alternativa à eleição majoritária, também devendo ocorrer posteriormente à eleição em separado, caso aplicável, a Lei das S.A. contempla a possibilidade de adoção do voto múltiplo.

A adoção da votação por voto múltiplo está sujeita à requisição de tal mecanismo por ações de emissão da Companhia que representem, pelo menos, 5% (cinco por cento) do capital social com direito de voto nesta Assembleia (artigo 141 da Lei das S.A. e Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022).

4. Deliberar sobre a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia

A Administração da Companhia submete aos Acionistas, nos termos do artigo 19 do Estatuto Social, a eleição do Sr. Héctor Núñez, indicado pela acionista Novonor, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração, e do Sr. Olavo Bentes David, indicado pela acionista Petrobras, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

5. Deliberar sobre a eleição de membros do Conselho Fiscal da Companhia e respectivos suplentes

A Administração da Companhia propõe deliberar sobre a eleição de até 5 (cinco) membros efetivos e seus respectivos suplentes para o Conselho Fiscal da Companhia, para mandato que vigorará até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026, nos termos dos artigos 43 e 44 de seu Estatuto Social.

A Administração submete aos Acionistas a eleição da chapa a seguir, indicada pelas acionistas Novonor e Petrobras:

EFETIVOS	SUPLENTES
EDUARDO DE NARDI ROS	FERNANDA BIANCHINI EGERT
MAURÍCIO NOGUEIRA	VIVIANA CARDOSO DE SÁ E FARIA
ANA PATRÍCIA SOARES NOGUEIRA	HEIDER JOSUE DE AQUINO NASCIMENTO
GILBERTO BRAGA	TATIANA MACEDO COSTA REGO

Os candidatos a membros suplentes indicados acima são vinculados aos respectivos membros efetivos.

As informações relativas à experiência profissional dos candidatos indicados para compor a chapa ao Conselho Fiscal estão disponíveis no [Anexo II](#), nos termos do artigo 11, inciso I da Resolução CVM 81 (itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência).

Havendo a eleição em separado de 1 (um) membro e seu respectivo suplente para o Conselho Fiscal pelos acionistas titulares de ações preferenciais, nos termos do art. 161, §4º, (a), da Lei das S.A., o Conselho Fiscal será composto por todos os membros indicados na chapa e pelo membro efetivo e respectivo suplente eleito em votação em separado.

6. *Fixação da remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2026*

O montante total proposto para o exercício social de 2026 referente à remuneração anual e global dos Administradores, nos termos do art. 152 da Lei das S.A., é de até R\$ 84.307.940,81, incluindo os honorários fixos e variáveis, bem como os benefícios aplicáveis, líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador.

Adicionalmente, a Administração propõe que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal seja fixada no montante mínimo legal, que corresponde a 10% da remuneração que, em média, for atribuída a cada diretor, nos termos do disposto no artigo 162, §3º, da Lei das S.A. e até o montante global de R\$ 1.200.000,00.

Conforme o artigo 13 da Resolução CVM 81, encontram-se detalhadas na presente Proposta as informações referentes à fixação da remuneração dos Administradores, nos termos dos Anexos III e IV.

I. Participação dos Acionistas:

A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do Acionista somente poderá ser:

(a) via boletim de voto a distância ("Boletim"), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam no Boletim, que pode ser acessado nos *websites* da Companhia (www.braskem-ri.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br); e

(b) via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso em que o Acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, vote na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas.

Uma vez que a Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, ressalta-se que os Acionistas que votarem ou participarem da Assembleia, sob qualquer das formas aqui previstas (Boletim ou Plataforma Digital), incluindo beneficiários finais dos American Depositary Receipts representativos de ações preferenciais que enviarem instruções de voto à instituição depositária dos ADRs, e desejarem solicitar e/ou votar em eventual eleição em separado de membro para o Conselho de Administração da Companhia, devem encaminhar diretamente à

Companhia, até o dia 27 de abril de 2026, por meio do e-mail braskem_ri@braskem.com, comprovação de titularidade ininterrupta das ações (ou dos ADRs), nos termos do artigo 141, §6º da Lei das S.A.

Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital:

Os Acionistas que desejem participar da Assembleia deverão enviar para o e-mail braskem-ri@braskem.com, com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, **até o dia 27 de abril de 2026**, os seguintes documentos:

- (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade, demonstrando a titularidade das ações;
- (ii) caso o Acionista seja (a) pessoa física, documento de identidade do Acionista; ou (b) pessoa jurídica, instrumento de constituição, estatuto social ou contrato social, ata de eleição do Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição da Diretoria que comprovem os poderes de representação;
- (iii) caso o Acionista seja fundo de investimento, o regulamento do fundo, juntamente com as informações referidas acima em relação ao seu administrador ou gestor, conforme as regras de representação previstas no regulamento do fundo;
- (iv) adicionalmente, no caso de representação de Acionista (pessoa física, jurídica ou fundo de investimento) por procurador, (a) o respectivo instrumento de mandato, outorgado com observância do artigo 126, §1º, da Lei das S.A.; e (b) documento de identidade do procurador; e
- (v) relativamente aos Acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela entidade competente.

Nos termos do artigo 6º, § 3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto.

A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para o escritório da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima.

A Companhia não admite procurações outorgadas por Acionistas por meio eletrônico (i.e., procurações assinadas digitalmente sem qualquer certificação digital).

Abaixo, descrevemos informações detalhadas sobre os prazos e procedimentos para participação na Assembleia:

(a) **Boletim de Voto a Distância:** a Companhia adotará a votação a distância nos termos da Resolução CVM 81, permitindo que seus Acionistas enviem seus votos: (i) por meio de seus respectivos agentes de custódia ou por meio do depositário central; (ii) por meio do escriturador das ações da Companhia (Itaú Corretora de Valores S.A.), localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, São Paulo, CEP 04538-132, atendimento a acionista pelos telefones 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas); ou 0800 7209285 (demais localidades através do site <https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritieservices/artigo/atendimento/perguntas-frequentes> ou do e-mail PreAtendimentoEscritural@itau-unibanco.com.br); ou (iii) diretamente à Companhia: (iii.1) por via física, mediante o envio ao escritório localizado à Rua Lemos Monteiro, nº 120, 24º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05501-050; ou (iii.2) por via eletrônica, para o e-mail braskem-ri@braskem.com, com solicitação de confirmação de recebimento, conforme as orientações constantes no próprio Boletim.

(b) **Plataforma Digital:** os Acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão enviar tal solicitação para a Companhia através do e-mail braskem-ri@braskem.com, com solicitação de confirmação de recebimento, com antecedência mínima de 2 dias da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, **até o dia 27 de abril de 2026**, a qual deverá ainda ser devidamente acompanhada de toda a documentação do Acionista para participação na Assembleia (conforme detalhada acima, no Edital de Convocação da Assembleia e no Manual para Participação na Assembleia), **ressaltando que não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto, nos termos do artigo 6º, § 3º da Resolução CVM 81.**

A Companhia enviará os convites individuais de acesso à Plataforma Digital e as respectivas instruções para acesso à Plataforma Digital aos Acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima, conforme já exposto no Manual para Participação na Assembleia.

O Acionista que participar por meio da Plataforma Digital ou cujo boletim de voto à distância tenha sido considerado válido pela Companhia será considerado presente à Assembleia, podendo exercer seus respectivos direitos de voto, e assinante da respectiva Ata da Assembleia, nos termos do art. 47, §1º da Resolução CVM 81.

Caso o Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação, não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação na Assembleia com antecedência mínima de 24 horas da sua realização (ou seja, até as 15h do dia 28 de abril de 2026), deverá entrar em contato com a Companhia pelos telefones +55 (11) 3576-9531 – em qualquer cenário, antes das 12h do dia 29 de abril de 2026, a fim de que lhe sejam reenviadas (ou fornecidas por telefone) suas respectivas instruções para acesso.

A Companhia disponibilizará auxílio técnico para a hipótese de os Acionistas terem problemas para participar da Assembleia. No entanto, a Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação e a votação do Acionista na Assembleia.

A Companhia recomenda, ainda, que os Acionistas se familiarizem previamente com o seu uso, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e áudio).

Adicionalmente, a Companhia solicita a tais Acionistas que, no dia da Assembleia, acessem a Plataforma Digital Webex com, no mínimo, 15 minutos de antecedência do horário previsto para início da Assembleia a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os Acionistas que dela se utilizem.

Por fim, encontram-se detalhados nesta Proposta todos os anexos nos termos legais e regulatórios.

A Administração

* * *

ANEXO	PÁGINA
ANEXO I – Comentários dos administradores da Companhia, nos termos da Seção 2 do Formulário de Referência	12
ANEXO II – Indicação de candidatos indicados pela Novonor e pela Petrobras para ocupar cargos de membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, nos termos do artigo 11, inciso I da Resolução CVM 81	67
ANEXO III – Proposta de remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 13, inciso I da Resolução CVM 81	149
ANEXO IV – Proposta de remuneração dos administradores, conforme informações do item 8 do Formulário de Referência, nos termos do artigo 13, inciso II da Resolução CVM 81	152

BRASKEM S.A.

C.N.P.J. nº 42.150.391/0001-70

N.I.R.E. 29300006939

Companhia Aberta

ANEXO I

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BRASKEM S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2026

Comentários dos administradores da Companhia sobre a situação financeira da Companhia, nos termos da Seção 2 de seu Formulário de Referência.

2 – Comentários dos diretores

Introdução

As informações financeiras contidas neste item 2 referem-se às e devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Individuais da Braskem S.A. referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e suas respectivas notas explicativas, que foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras consolidadas (“Demonstrações Financeiras”) para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”.

Os comentários dos diretores da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas Demonstrações Financeiras e visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as Demonstrações Financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como compreender as mudanças nas principais linhas das Demonstrações Financeiras entre os períodos analisados e os principais fatores que explicam essas variações. A administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado sejam um indicativo ou que venham a se reproduzir no futuro.

Para fins deste Anexo I, todas as referências à Companhia incluem a Braskem S.A. e suas controladas, conforme critérios utilizados para consolidação das Demonstrações Financeiras da Companhia, exceto se expressamente indicado de forma diferente.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes das Demonstrações Financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e no website da CVM (www.cvm.com.br).

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas no item 2 em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

2.1 – Comentários dos diretores condições financeiras e patrimoniais

2.1.a – Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou prejuízo do exercício atribuível aos acionistas¹ de R\$ 9.880 milhões, representando uma redução em relação a 2024 em função, principalmente, (i) da redução de R\$ 4.441 milhões no lucro bruto no período, de R\$ 5.997 milhões em 2024, para R\$ 1.556 milhões em 2025; e (ii) da baixa de ativos fiscais diferidos com impacto líquido no resultado de R\$ 7.593 milhões, decorrente de fatores que indicam potencial indisponibilidade de lucros tributáveis futuros, principalmente em decorrência de incertezas atuais do setor, de acordo com a CPC 32.

Tais efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de R\$ 14.995 milhões no resultado com hedges e variações cambiais, líquidas, que atingiu R\$ 3.474 milhões em 2025, em comparação ao resultado negativo de R\$ 11.520 milhões em 2024.

Com relação às condições patrimoniais da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido total atribuível aos acionistas¹ da Companhia era negativo em R\$ 16.147 milhões. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 a Companhia, excluindo a Braskem Idesa e suas controladas, apresentou uma alavancagem financeira corporativa de 14,38x em reais e 14,74x em dólares americanos, cujo cálculo está demonstrado no item 2.5 deste formulário.

Os indicadores de liquidez da Companhia, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão apresentados na tabela a seguir:

Indicador de liquidez	2025	2024
Liquidez Corrente ⁽¹⁾	0,76x	1,31x
Liquidez Geral ⁽²⁾	0,83x	0,96x

Nota 1: Liquidez Corrente = Ativo Circulante / Passivo Circulante

Nota 2: Liquidez Geral = (Ativo Circulante + Ativo não Circulante) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante)

2.1.b – Estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, está apresentada na tabela a seguir:

¹ Não considera a participação de acionistas não controladores em controladas.

Estrutura de capital em R\$ milhões	2025	2024
Capital de terceiros	98.381	105.853
Capital próprio	(16.502)	(4.278)
Capital total (terceiros + próprio)	81.879	101.575

A Companhia utiliza o mercado de capitais como sua principal fonte de recursos de capital de terceiros, obtendo também recursos junto a bancos comerciais, bancos de fomento e agências de crédito internacionais.

Com relação a estrutura de capital da Braskem Idesa, em 28 de agosto de 2025, a Companhia comunicou ao mercado em geral que a Companhia e a Idesa, em resposta, especialmente, às condições de mercado, estavam discutindo uma ampla gama de opções para lidar com os desafios da estrutura de capital da Braskem Idesa. Em 8 de setembro de 2025, a Companhia informou ao mercado em geral que a Braskem Idesa, com o objetivo de revisar sua atual estrutura de capital e condições de liquidez, contratou experientes assessores jurídicos e financeiros, para apoiarem a Braskem Idesa na avaliação de uma ampla gama de opções econômico-financeiras.

Em 19 de novembro de 2025, a Companhia informou ao mercado em geral que a Braskem Idesa anunciou o não pagamento de juros programado para o dia 18 de novembro referente às suas notas seniores garantidas com vencimento em 2029, com valor principal em aberto de US\$ 900 milhões.

Dessa forma, a Braskem Idesa reclassificou integralmente os valores de principal de suas dívidas do passivo não circulante para o circulante, totalizando R\$ 12.083 milhões (US\$ 2.196 milhões), sendo R\$ 4.954 milhões (US\$ 900 milhões) referentes ao bond 2029, R\$ 6.606 milhões (US\$ 1.201 milhões) referentes ao bond 2032 e R\$ 523 milhões (US\$ 95 milhões) referente ao Term Loan. Em função do descumprimento de cláusulas contratuais dos financiamentos que davam suporte às relações de hedge, a Braskem Idesa procedeu com a descontinuação do *hedge accounting*.

Em 12 de janeiro de 2026, a Companhia informou ao mercado em geral que a Braskem Idesa compartilhou determinadas informações não públicas com certos detentores das suas Notas Seniores Garantidas com vencimento em 2029 e 2032 (ad hoc group – “AHG”) em dezembro de 2025, no contexto das discussões sobre uma possível reorganização da sua estrutura de capital que, após as partes não chegarem a um consenso sobre a proposta apresentada pela Braskem Idesa, foram divulgadas ao mercado, incluindo os materiais de discussão e a propostas apresentadas, e que as informações divulgadas não configuram prática de *guidance*.

Em 20 de fevereiro de 2026, a Companhia informou ao mercado em geral que a Braskem Idesa anunciou o não pagamento dos juros programados para o dia 20 de fevereiro de 2026 referente às suas notas seniores garantidas com vencimento em 2032.

Por fim, conforme contexto apresentado, a Braskem Idesa continua mantendo negociações com AHG, com vistas à reorganização de sua estrutura de capital via medidas judiciais (e.g. Chapter 11 na legislação dos EUA), com potenciais impactos para a Companhia e no controle acionário da Braskem Idesa.

Conforme mencionado na nota 1 (A Companhia e suas operações - Condição econômico-financeira da Companhia e incerteza significativa relacionada à continuidade operacional) das Demonstrações Financeiras, em setembro de 2025, a Companhia contratou assessores financeiros e jurídicos — Lazard Inc., Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP e E. Munhoz Advogados — para apoiá-la na preparação de um diagnóstico das alternativas econômico-financeiras para a reorganização de sua estrutura de capital.

Entre as iniciativas atualmente em elaboração, destaca-se a reorganização da estrutura de capital, que depende de variáveis externas ao controle exclusivo da Companhia.

O processo de avaliação dessa alternativa teve início em setembro de 2025, quando a Companhia comunicou ao mercado a contratação de assessores financeiros e jurídicos especializados para apoiar a condução de um diagnóstico abrangente das opções econômico-financeiras disponíveis, com foco no fortalecimento da liquidez da estrutura de capital.

A Companhia e seus assessores financeiros e jurídicos especializados vêm avançando de forma estruturada na formulação de um plano abrangente de reestruturação da estrutura de capital e em tratativas junto aos assessores dos credores.2.1.c – Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

No exercício encerrado em 2025, a Companhia buscou sustentar seu nível de liquidez, utilizando-se para tal, entre outros, o saque da linha de crédito rotativo internacional, garantindo, assim, uma cobertura de suas obrigações operacionais e financeiras.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia capturou recursos de terceiros no montante total de R\$ 5.453 milhões, sem considerar as captações de recursos de terceiros efetuadas pela controlada Braskem Idesa e suas controladas. Desse montante, R\$ 5.350 milhões (US\$ 1.000 milhões) representam o saque da linha de crédito rotativo internacional (*stand-by*, ou, *revolving credit facilities* - RCF), com pagamento previsto para dezembro de 2026. A Braskem Idesa e suas controladas captaram recursos de terceiros no montante de R\$ 972 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A capacidade de pagamento da Companhia pode vir a ser afetada por diversos fatores de risco incluindo, mas não se limitando, ao desequilíbrio entre oferta e demanda global de produtos químicos, reduzindo os spreads químicos e petroquímicos no mercado internacional, impactando a rentabilidade e as condições de crédito da indústria e da Companhia, menor competitividade de matéria-prima e aumento das importações de resinas nas regiões onde a Companhia atua, desfechos desfavoráveis de ações judiciais em curso, limitações de cobertura de seguro em caso de danos, entre outros importantes fatores.

As principais necessidades de caixa da Companhia compreendem: (i) financiamento e manutenção do capital de giro; (ii) pagamento do serviço da dívida; (iii) investimentos nas operações, incluindo confiabilidade e modernização de seus principais ativos produtivos; (iv) pagamento de impostos; e (v) investimentos estratégicos.

Para fazer frente a tais necessidades de caixa, a Companhia tem contado com o caixa gerado pelas atividades operacionais e capitais de terceiros, incluindo a gestão do capital de giro.

Ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e em função da deterioração de crédito da indústria química e petroquímica global, a Companhia apresentou as seguintes reduções nas avaliações de risco em escala global pelas agências de rating *Standard & Poor's* e *Fitch Ratings*:

Agências de Rating	em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Rating em escala global		
Fitch Ratings	CC	BB+ (Perspectiva negativa)

Standard & Poor's	CCC- (Perspectiva negativa)	BB+ (Perspectiva negativa)
Rating em escala Nacional		
Fitch Ratings	CC (bra)	AAA (bra) (Perspectiva estável)
Standard & Poor's	brCCC- (Perspectiva negativa)	brAAA (Perspectiva negativa)

2.1.d – Fontes de financiamento para o capital de giro e para os investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Conforme informado no item anterior, a Companhia utilizou recursos originados em suas operações e recursos captados junto a terceiros, principalmente, para financiamento e manutenção do capital de giro e investimentos em ativos não circulantes.

Com relação ao capital de giro, a Companhia faz uma gestão ativa dos seus prazos de faturamento, de pagamento e dos níveis de estoques. Como parte dessa gestão, a Companhia realiza operações financeiras para antecipação de suas contas a receber de clientes junto a instituições financeiras e fundos destinados à aquisição de recebíveis.

Em 31 de dezembro de 2025, os montantes dos títulos de contas a receber cedidos, com vencimentos posteriores a 31 de dezembro de 2025, correspondem a R\$ 3.211 milhões no consolidado, enquanto em 2024 foi de R\$ 4.981 milhões. Os montantes das despesas com juros relacionados às cessões dos títulos mencionados acima correspondem a R\$ 90 milhões em 2025, enquanto em 2024 foi de R\$ 73 milhões, registrados na rubrica “despesas financeiras”.

A Companhia provê cartas de crédito, emitidas por instituições financeiras, para determinados fornecedores e possui convênios de pagamentos com instituições financeiras. Ao final do exercício de 2025, a Companhia possuía em cartas de crédito relacionadas a compras de matérias-primas com vencimento em até 360 dias o montante de R\$ 7.758 milhões, enquanto ao final do exercício de 2024 o saldo era de R\$ 9.170 milhões.

A Companhia possui convênios de pagamentos com instituições financeiras e contratos de risco sacado que possibilitam determinados fornecedores optarem pela cessão de seus créditos a receber da Companhia, mediante aceitação das instituições financeiras por adquirir (ou não) os referidos recebíveis, sem interferência da Companhia. Os saldos classificados como risco sacado representam montantes já antecipados aos fornecedores da Companhia, que, no ano de 2025, sofreram uma redução dos limites disponíveis dos convênios de pagamento com instituições financeiras. O vencimento dos títulos que fazem parte do programa de risco sacado é equivalente ao vencimento dos títulos dos demais fornecedores da Braskem no Brasil, sendo que a faixa de vencimento de tais títulos está entre 30 e 180 dias.

Adicionalmente, a Companhia sacou, em 3 de outubro de 2025, sua linha de crédito rotativo internacional, contratada no exterior, no valor de R\$ 5.350 milhões (US\$ 1.000 milhões), conforme divulgado no Fato Relevante, com vencimento em dezembro de 2026.

Ainda em 2025, considerando o REIQ Investimentos, que consiste no crédito presumido de 1,5% de PIS/COFINS vinculados a investimentos na indústria química brasileira, a Companhia registrou R\$ 858 milhões (US\$ 157 milhões) em créditos fiscais líquidos. Esse montante está relacionado, principalmente, a investimentos para implementação do projeto Transforma Rio, em tecnologia para a eficiência na cadeia de resinas, na adequação de processo para produção industrial de novas grades de copolímeros, e em outros projetos já aprovados no âmbito do REIQ Investimentos, apurados de acordo com a legislação vigente.

2.1.e – Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia busca suprir eventuais deficiências de liquidez por meio da combinação de: (i) recursos originados de suas operações; (ii) recursos captados por meio de financiamentos, incluindo novas captações e refinanciamento das dívidas existentes; e (iii) recursos originados da redução do ciclo operacional e consequente redução da necessidade de financiamento de capital de giro.

Em função do prolongado ciclo global de baixa do setor petroquímico e das adversidades econômico-financeiras enfrentadas pela Braskem S.A., foi informado aos acionistas e ao mercado em geral, em 26 de setembro de 2025, a contratação de assessores financeiros e jurídicos para auxiliar a Companhia na elaboração de um diagnóstico de alternativas econômico-financeiras para reorganização da sua estrutura de capital, compatível com os desafios operacionais e financeiros da Braskem S.A.

2.1.f – Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

O perfil de endividamento da Companhia pode ser resumido pela tabela a seguir:

Endividamento Consolidado Em milhões de R\$	31 de dezembro de 2025
Dívidas de Curto Prazo	8.268
Dívidas de Longo Prazo	43.553
Total	51.821
<i>Por moeda</i>	
Dívidas em reais	6%
Dívidas sujeitas à variação cambial do dólar	94%
Dívidas sujeitas à variação cambial de outras moedas	0%
<i>Por tipo de garantia</i>	
Dívidas Quirografárias	98%
Dívidas cobertas por garantias reais	2%
Dívidas cobertas por outros tipos de garantias	0%

O cronograma de amortização do endividamento consolidado da Braskem está resumido no quadro abaixo:

Endividamento Consolidado	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034 em diante	TOTAL
Moeda Nacional	610	378	746	1.960	216	172	113	0	0	4.195
Moeda Estrangeira ⁽¹⁾	8.297	1.392	8.585	5.612	8.285	4.680	6.517	5.469	13.095	47.626
Total	8.907	1.770	9.331	7.572	8.501	4.852	6.630	5.469	13.095	51.821

Nota 1: A tabela reflete o cronograma original do pagamento dos financiamentos da Braskem Idesa. Em novembro de 2025, a Braskem Idesa não realizou os pagamentos dos juros previstos para o mês e em decorrência deste fato, a Braskem Idesa reclassificou o saldo do *bond* para o passivo circulante.

2.1.f (i) – Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A seguir estão apresentados(as): (i) as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos classificados(as) como relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas ao emissor.

FINANCIAMENTOS BRASKEM

Moeda Estrangeira	Taxas de juros médias (% a.a.)	Vencimento	Saldo devedor principal e juros em 31/12/2025	
			US\$ milhões	R\$ milhões
Bonds	Descrito no item (a) abaixo	Descrito no item (a) abaixo	7.094	39.036
Dívidas indexadas à SOFR	1,93	jan/2026 a fev/2031	1.633	8.986

Ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, as dívidas indexadas à *Security Overnight Financing Rate* (“SOFR”), estavam dispostas do seguinte modo: (a) R\$ 1.644 milhões contratados pela Braskem Holanda Finance e pela Braskem Holanda com seguros da SACE e NEXI, agências de crédito de exportação italiana e japonesa, respectivamente, com garantia da Braskem S.A.; (b) R\$ 399 milhões contratados pela Braskem America com seguro da Euler Hermes, agência de crédito de exportação alemã, sem garantia da Braskem S.A.; e (c) R\$ 32 milhões relacionados à operação de venda com retroarrendamento (*sale & leaseback*) envolvendo equipamentos industriais sob a posse da Braskem S.A. (a propriedade permanece com o respectivo arrendador).

A Companhia mantém operações de pré-pagamento de exportação classificadas como “*Sustainability Linked Loans - SLL*” no montante de R\$ 550 milhões (US\$ 100 milhões), cujo principal está indexado à taxa SOFR acrescida de spread contratual de cerca de 1,8% a.a. O spread contratual está sujeito a ajuste de 0,05 p.p., podendo ser acrescido, caso a Companhia não atinja as metas atreladas ao volume comercializado de polietileno verde (“PE l’m green™ *bio-based*”), ou reduzido em igual magnitude caso tais metas sejam cumpridas, com vencimento em junho de 2027.

Moeda Nacional	Taxas de juros médias (% a.a.)	Vencimento	Saldo devedor principal e juros em 31/12/2025	
			Em milhões de US\$	Em milhões de R\$
Debêntures	Descrito no item (b) abaixo	Descrito no item (b) abaixo	568	3.123
Dívidas indexadas ao IPCA	6,04	jan/2026 a jan/2031	44	243
Dívidas indexadas ao CDI	3,41	mar/2026 a jul/2027	151	833
Outros	6,5	jan/2026 a mai/2026	-	2

(a) Bonds

Data de Emissão	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação em milhões)	Vencimento	Juros		Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2025	
				Cupom (% a.a.)	Pagamento	US\$ milhões	R\$ milhões
jul/11 e jul/12	US\$	750	jul/41	7,13%	Semestral	584	3.211

out/17	US\$	1.250	jan/28	4,50%	Semestral	1.198	6.590
nov/19	US\$	1.500	jan/30	4,50%	Semestral	1.521	8.369
nov/19	US\$	750	jan/50	5,88%	Semestral	768	4.228
jul/20 ⁽¹⁾	US\$	600	jan/81	8,50%	Semestral	248	1.364
fev/23	US\$	1.000	fev/33	7,25%	Semestral	1.028	5.655
set/23	US\$	850	jan/31	8,50%	Semestral	884	4.863
out/24	US\$	850	out/34	8,00%	Semestral	864	4.756
Total						7.095	39.036

(b) Debêntures

Data de Emissão	Série	Vencimento	Juros		Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2025	
			Indexador	Cupom (% a.a.)	US\$ milhões	R\$ milhões
jan/22	1ª ⁽¹⁾	dez/28	IPCA	5,54%	114	706
jan/22	2ª ⁽¹⁾	dez/31	IPCA	5,57%	27	169
mai/22	1ª ⁽²⁾	mai/29	CDI	1,75%	125	772
mai/22	2ª ⁽²⁾	mai/32	CDI	2,00%	40	249
nov/22	1ª ⁽²⁾	nov/29	CDI	1,70%	182	1.129
nov/22	2ª ⁽²⁾	nov/32	CDI	1,95%	16	98
Total					504	3.123

Nota 1: Debêntures quirográficas emitidas pela Braskem, utilizadas como lastro para emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Nota 2: Debêntures de espécie quirográfica.

FINANCIAMENTOS BRASKEM IDESA

(a) Bonds

Data de Emissão	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação em milhões)	Vencimento	Juros		Amortização principal	Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2025	
				Cupom (% a.a.)	Pagamento		US\$ milhões	R\$ milhões
nov/19 ⁽¹⁾	US\$	900	out/29	7,45%	Semestral	Final	942	5.185
out/21 ⁽²⁾	US\$	1.200	fev/32	6,99%	Semestral	Final	1.231	6.773
Total							2.173	11.958

Nota 1: A Braskem Idesa concedeu como garantia bens do ativo imobilizado no mesmo valor da captação dos Bonds.

Nota 2: Operação de Sustainability-linked bonds. Os títulos têm prazo de dez anos e taxa de 6,99% a.a., podendo ser acrescida em até 0,37% a.a. em caso de descumprimento da meta de sustentabilidade, que consiste em reduzir as emissões absolutas de gases de efeito estufa (GEE) em 15% a partir de uma linha de base de 2017 até o final do ano de 2028. A Braskem Idesa concedeu como garantia bens do ativo imobilizado no mesmo valor da captação dos Bonds.

(b) Outros

Data de	Moeda	Valor	Vencimento	Juros	Saldo Devedor Principal e
---------	-------	-------	------------	-------	---------------------------

Emissão	Operação	Emitido (Moeda da Operação em milhões)					Juros em 31/12/2025	
				Indexador	Cupom (% a.a.)	Pagamento	US\$ milhões	R\$ milhões
abr/25 ⁽¹⁾	US\$	95	abr/29	Term SOFR	8,25%	Trimestral	97	534
dez/26 ⁽²⁾	US\$	85	dez/26	Term SOFR	4,50%	Trimestral	34	188
nov/23 ⁽³⁾	US\$	384	out/28	Term SOFR	3,25%	Trimestral	310	1.959
Total							412	2.681

Nota 1: Em abril de 2025, a Braskem Idesa celebrou um novo contrato, no valor de R\$ 545 milhões (US\$ 95 milhões), com vencimento em abril de 2029 e pagamento de juros trimestral. Os recursos provenientes desse novo financiamento foram utilizados para a liquidação antecipada do financiamento com vencimento original em outubro de 2026.

Nota 2: Em outubro de 2025, a Braskem Idesa aumentou o valor do *Term Loan* que havia sido contratado em maio de 2025, de R\$ 523 milhões (US\$ 95 milhões) para R\$ 990 milhões (US\$ 180 milhões). Desembolsos decorrentes da ampliação da referida linha de crédito possuem vencimento em dezembro de 2026. Em outubro de 2025, a Braskem Idesa realizou saques que totalizaram R\$ 188 milhões (US\$ 34 milhões) em uma linha de crédito contratada com o Banco Inbursa, cujo limite total disponível é de R\$ 468 milhões (US\$ 85 milhões). Essa linha de crédito possui vencimento em dezembro de 2026.

Nota 3: Financiamento tomado pela Terminal Química para a construção do terminal de importação de etano no México, no qual a Braskem proveu compromisso de suporte de capital que, no final de dezembro de 2025, cobre 50% do saldo do financiamento da Terminal Química, sendo os outros 50% providos pelo outro acionista.

2.1.f (ii) – Relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Além das relações decorrentes dos contratos de financiamentos, cujos itens relevantes foram descritos no item 2.1.f (i) acima, a Companhia mantém as seguintes relações de longo prazo com instituições financeiras decorrentes de operações com derivativos, conforme apresentadas na nota explicativa 18.7 de suas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025:

Instrumento	Risco de mercado	Exposição	Proteção	Notional	Saldo em 2024	Variação do valor justo	Liquidação financeira	Saldo em 2025
Operações não designadas para hedge accounting								
Contratos futuros	Preço de commodities	Gasolina	Nafta	(14)	(9)	(17)	27	1
Swap - Terminal Química	Taxa de juros	SOFR variável	SOFR fixo	(44)	4	3	2	9
Contratos futuros de energia	Preço de energia	Energia	-	(136)	19	(36)		(17)
					14	(50)	29	(7)
Operações designadas para hedge accounting								
Swap - Terminal Química	Taxa de juros	SOFR variável	SOFR fixo	(10)	20	24		44
Opções de compra e venda	Taxa de câmbio	Real	Dólar	2.526	132	(150)	(1)	(19)
Swap CRA	Dólar e taxas fixas	Real	Dólar e taxas fixas	742	(49)	(26)	19	(56)
Swap CDI dólar	Dólar e taxas fixas	Real	Dólar e taxas fixas		24	(10)	(14)	
					127	(162)	4	(31)

2.1.f (iii) – Grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo acontecerá de acordo com o disposto na Lei nº 11.101/2005, atualizada pela Lei nº 14.112/2020, observada a seguinte ordem: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) créditos com garantia real; (iii) impostos a recolher; (iv) créditos quirografários; (v) créditos subordinados; e (vi) juros vencidos após a decretação da falência.

Os saldos apresentados abaixo referem-se às rubricas de Financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) apresentados nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Endividamento Corporativo da Braskem (não inclui Braskem Idesa e suas controladas)					31 de dezembro de 2025 Em milhões de R\$	
Grau de Subordinação	Tipo de Garantia	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Sênior	Sem Garantia Real	7.876	8.806	10.437	22.168	49.255
Sênior	Com Garantia Real ⁽¹⁾ (Conta reserva de serviço da dívida)	345	478	302	59	1.184
Subordinada	Sem Garantia Real	47	-	-	1.303	1.350
Total		8.268	9.284	10.739	23.530	51.821

Nota 1: Ao final de 31 de dezembro de 2025, o saldo total dessa conta reserva de serviço da dívida era de R\$ 286 milhões.

Os saldos apresentados abaixo referem-se às rubricas de Financiamentos da Braskem Idesa (circulante e não circulante) apresentados nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Endividamento da Braskem Idesa e suas controladas					31 de dezembro de 2025 Em milhões de R\$	
Grau de Subordinação	Tipo de Garantia	Inferior a um ano ⁽²⁾	Um a três anos ⁽²⁾	Três a cinco anos ⁽²⁾	Superior a cinco anos ⁽²⁾	Total
Sênior	Com Garantia Real ⁽¹⁾	639	1.803	5.348	6.517	14.308
Total		639	1.803	5.348	6.517	14.308

Nota 1: A Braskem Idesa concedeu como garantia bens do ativo imobilizado no mesmo valor da captação dos *bonds*.

Nota 2: A tabela reflete o cronograma original do pagamento dos financiamentos da Braskem Idesa. Em novembro de 2025, a Braskem Idesa não realizou os pagamentos dos juros previstos para o mês e em decorrência deste fato, a Braskem Idesa reclassificou o saldo do *bond* para o passivo circulante.

Com exceção de certas contas reserva vinculadas ao cumprimento de obrigações contratuais, os financiamentos e debêntures da Braskem compreendem obrigações sem garantia real de ativos (*unsecured obligations*).

Do ponto de vista contratual, à exceção do Bond emitido em julho de 2020, não existe subordinação entre as dívidas, de modo que o pagamento de cada uma delas deverá observar a data de vencimento estabelecida em cada instrumento contratual, independentemente do pagamento das demais dívidas.

2.1.f (iv) – Restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

As dívidas em que a Companhia, excluindo a Braskem Idesa e suas subsidiárias, figura como emissora ou garantidora não possuem restrições em relação a limites para determinados indicadores ligados à capacidade de endividamento e de pagamento de juros. Entretanto, alguns desses contratos de financiamento contêm outras obrigações que restringem, dentre outras, a capacidade da Companhia e da maioria de suas subsidiárias de outorgarem garantias, incorporarem, fundirem, transferirem ou alienarem de outra forma todos ou substancialmente todos os seus ativos.

As dívidas em que a Braskem Idesa e suas subsidiárias figuram como emissora ou garantidora possuem restrições para contratação de endividamento, pagamento de dividendos, venda de ativos e oneração de ativos, conforme respectivos contratos de financiamentos e bonds.

As restrições descritas acima não ensejaram a aceleração de nenhum dos contratos de financiamento celebrados pela Companhia ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Em novembro de 2025, a Braskem Idesa deixou de pagar os juros devidos referentes ao bond com vencimento em 2029. Em dezembro de 2025, o saldo desses juros, registrado no passivo circulante, totalizava R\$ 230 milhões (US\$ 42 milhões).

Em função desse não pagamento, o total do saldo de juros e principal do bond poderá ser acelerado pelos bondholders, sujeito aos quóruns contratuais aplicáveis. Como a decisão de acelerar a dívida não está sob controle da Braskem Idesa e, por esta ausência de controle conclui-se que a Braskem Idesa, não tem a capacidade de postergar tais pagamentos por pelo menos 12 meses após a data do balanço, os saldos dessa obrigação foram reclassificados para o passivo circulante, bem como de outras dívidas que preveem cláusulas de cross default em seus contratos. Os demais saldos de financiamentos e debêntures da Companhia não foram impactados.

Dessa forma, a Braskem Idesa reclassificou integralmente os valores de principal de suas dívidas do passivo não circulante para o circulante, totalizando R\$ 12.083 milhões (US\$ 2.196 milhões), sendo R\$ 4.954 milhões (US\$ 900 milhões) referentes ao bond 2029, R\$ 6.606 milhões (US\$ 1.201 milhões) referentes ao bond 2032 e R\$ 523 milhões (US\$ 95 milhões) referente ao *Term Loan*. Em função do descumprimento de cláusulas contratuais dos financiamentos que davam suporte às relações de hedge, a Braskem Idesa procedeu à descontinuação do hedge accounting. Dessa forma, a Braskem Idesa reclassificou integralmente os valores de principal de suas dívidas do passivo não circulante para o circulante, no total de R\$ 12.083 (US\$ 2.196), sendo R\$ 4.954 (US\$ 900) referentes ao bond 2029, R\$ 6.606 (US\$ 1.201) referentes ao bond 2032 e R\$ 523 (US\$ 95) referente ao *Term Loan*. Em função do descumprimento de cláusulas contratuais dos financiamentos que davam suporte às relações de hedge, a Braskem Idesa procedeu com a descontinuação do hedge accounting, conforme divulgações.

2.1.g – Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2025, o limite de crédito contratado pela Companhia, excluindo os limites contratados pela Braskem Idesa e suas subsidiárias, estava utilizado por meio do desembolso da linha de crédito rotativo "stand-by" de R\$ 5.350 milhões (US\$ 1.000 milhão), com vencimento em dezembro de 2026, que foi realizado em 3 de outubro de 2025.

Em outubro de 2025, a Braskem Idesa aumentou o valor do *Term Loan* que havia sido contratado em maio de 2025, de R\$ 523 milhões (US\$ 95 milhões) para R\$ 990 milhões (US\$ 180 milhões). Os desembolsos decorrentes da ampliação da referida linha de crédito possuem vencimento em 31 de dezembro de 2026. Ao longo do último trimestre de 2025, a Braskem Idesa realizou saques do *Term Loan* que totalizaram R\$ 188 milhões (US\$ 34 milhões).

Em 31 de dezembro de 2025, a Braskem Idesa havia utilizado cerca de 72% do limite total de crédito contratados por meio do *Term Loan*, considerando o contrato inicial e posterior majoração.

2.1.h – Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Demonstração de Resultado (R\$ milhões)	dez/25 (A)	AV (%)	dez/24 (B)	AV (%)	AH (A)/(B)	AH (A)-(B)
Receita líquida de vendas e serviços	70.717	100%	77.411	100%	(9%)	(6.694)
Custo dos produtos vendidos	(69.161)	(98%)	(71.414)	(92%)	(3%)	2.253
Lucro bruto	1.556	2%	5.997	8%	(74%)	(4.441)
Despesas com vendas e distribuição	(2.067)	(3%)	(1.991)	(3%)	4%	(76)
(Redução) reversão ao valor recuperável de contas a receber e outros de clientes	(125)	(0%)	108	0%	(216%)	(233)
Gerais e administrativas	(2.615)	(4%)	(2.639)	(3%)	(1%)	24
Pesquisa e desenvolvimento	(460)	(1%)	(463)	(1%)	(1%)	3
Resultado de participações societárias	9	0%	(21)	(0%)	(143%)	30
Outras receitas (despesas) líquidas	1.895	3%	(2.070)	(3%)	(192%)	3.965
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos	(1.807)	(3%)	(1.079)	(1%)	68%	(728)
Resultado financeiro líquido	(1.038)	(1%)	(16.654)	(22%)	(94%)	15.616
Despesas financeiras	(6.802)	(10%)	(6.853)	(9%)	(1%)	51
Receitas financeiras	2.290	3%	1.719	2%	33%	571
Resultado com derivativos e variações cambiais, líquidas	3.474	5%	(11.520)	(15%)	(130%)	14.994
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.845)	(4%)	(17.733)	(23%)	(84%)	14.888
Imposto de renda e contribuição social -correntes e diferidos	(8.116)	(11%)	5.681	7%	(243%)	(13.797)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(10.961)	(15%)	(12.052)	(16%)	(9%)	1.091
Atribuível a:						
Acionistas da Companhia	(9.880)	(14%)	(11.320)	(15%)	(13%)	1.440
Participação de acionistas não controladores em controladas	(1.081)	(2%)	(732)	(1%)	48%	(349)

As principais variações nos resultados operacionais do último exercício social podem ser explicadas do seguinte modo:

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

A receita líquida de vendas e serviços foi menor em R\$ 6.694 milhões, ou 9%, para R\$ 70.717 milhões em 2025, de R\$ 77.411 milhões em 2024 explicada, principalmente, pela redução de (i) R\$ 3.070 milhões na receita líquida do segmento Brasil, em função da redução do preço médio de referência internacional de resinas e principais químicos, com impacto negativo de R\$ 973 milhões; e da redução do volume de vendas de resinas e principais químicos no mercado brasileiro e exportações, com impacto negativo de R\$ 2.235 milhões; (ii) R\$ 3.044 milhões na receita líquida do segmento Estados Unidos e Europa; e (iii) R\$ 1.045 milhões na receita líquida do segmento México, em função da redução do preço médio de referência internacional de PE, com impacto negativo de R\$ 423 milhões; e da e da redução do volume de vendas de PE no ano, com impacto negativo de R\$ 622 milhões.

Tais efeitos foram parcialmente compensados pelo impacto positivo no segmento Brasil dos créditos presumidos de PIS/COFINS no âmbito do REIQ Investimentos no montante líquido de R\$ 583 milhões (US\$ 106 milhões).

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E LUCRO BRUTO

No período, o custo dos produtos vendidos diminuiu R\$ 2.253 milhões, ou 3%, para R\$ 69.161 milhões em 2025, de R\$ 71.414 milhões em 2024 explicado, principalmente, pela (i) redução de R\$ 1.949 milhões no custo dos produtos vendidos no segmento Brasil; e (ii) redução de R\$ 1.747 milhões no custo dos produtos vendidos no segmento Estados Unidos e Europa. Esses efeitos foram parcialmente compensados por um aumento de R\$ 1.699 milhões no custo dos produtos vendidos no México, principalmente, pelo registro de perda por *impairment* de cerca de R\$ 1.468 milhões, após a identificação de que os valores recuperáveis de ativos da Braskem Idesa eram inferiores aos respectivos valores contábeis.

Durante o ano de 2025, o CPV foi impactado positivamente pelos créditos de PIS/COFINS na compra de matéria-prima (REIQ) em aproximadamente R\$ 273 milhões (US\$ 46 milhões) e pelos créditos do Reintegra em R\$ 8,4 milhões (US\$ 1,5 milhão). O lucro bruto diminuiu R\$ 4.441 milhões, para R\$ 1.556 milhões em 2025 de R\$ 5.997 milhões em 2024. A margem bruta (lucro bruto como percentual da receita líquida) reduziu para 2,2% em 2025 de 7,7% em 2024.

DESPESAS COM VENDAS E DISTRIBUIÇÃO

As despesas com vendas e distribuição aumentaram em R\$ 76 milhões, ou 4%, para R\$ 2.067 milhões em 2025, de R\$ 1.991 milhões em 2024, em função, principalmente, (i) do aumento das despesas logísticas e com serviços de armazenagem e tancagem, dada à parada programada da central petroquímica da Braskem Idesa; e (ii) da depreciação do real médio frente ao dólar médio de 4% no período.

(REDUÇÃO) REVERSÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE CONTAS A RECEBER E OUTROS DE CLIENTES

As perdas com redução do valor recuperável do contas a receber e outros de clientes totalizaram R\$ 125 milhões em 2025, de uma reversão de R\$ 108 milhões em 2024 explicado, principalmente, pelo aumento em provisões para perdas em contas a receber durante em 2025.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas diminuíram R\$ 24 milhões, ou 1%, para R\$ 2.615 milhões em 2025, de R\$ 2.639 milhões em 2024, principalmente, das menores despesas administrativas associadas a Cetrel S.A., que foi alienada em setembro de 2024.

Esses efeitos foram parcialmente compensados pela depreciação do real médio frente ao dólar médio de 4% no período. O indicador de despesas gerais e administrativas como percentual da receita líquida foi de 3,7% em 2025, ante 3,4% no período correspondente de 2024.

DESPESAS COM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

As despesas com pesquisa e desenvolvimento diminuíram R\$ 3 milhões, ou 1%, em comparação a 2024, totalizando R\$ 460 milhões em 2025, de R\$ 463 milhões em 2024, em função, principalmente, da decisão de descontinuação de novos investimentos na Oxygea. Tal decisão está alinhada ao direcionamento estratégico da Companhia de priorização de seus ativos e investimentos, tanto operacionais como estratégicos, na busca da otimização da alocação de capital e na sua geração de caixa.

RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os resultados de participações societárias aumentaram em R\$ 30 milhões, para uma receita de R\$ 9 milhões em 2025, de uma despesa de R\$ 21 milhões em 2024, devido ao maior lucro líquido registrado pelas investidas Borealis Brasil S.A. e Plaine Investimentos S.A. (Holding criada e mantida para gerenciar o controle da Cetrel e da DAC). Esse efeito foi parcialmente compensado pelo maior prejuízo da Bioglycols LLC.

OUTRAS RECEITAS

Outras receitas aumentaram R\$ 2.236 milhões, para R\$ 3.213 milhões em 2025, de R\$ 978 milhões em 2024, explicado, principalmente, (i) pelo reconhecimento de crédito tributário de cerca de R\$ 1.670 milhões referentes a dedução da Cide-Combustíveis paga do PIS/COFINS devidos na comercialização de gasolina desde 2004; (ii) pelo reconhecimento de créditos de PIS e COFINS relacionados ao REIQ na compra de insumos no montante de R\$ 465 milhões, apurados em conformidade com a legislação vigente, os quais são passíveis de compensação com tributos federais, observados os prazos e condições legais; (iii) pelo reconhecimento de créditos remanescentes de PIS e COFINS de exercícios anteriores relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições no montante de R\$ 293 milhões; e (iv) pela reversão da provisão de imposto retido na fonte da Braskem Netherlands B.V relacionado aos conceitos da reforma tributária internacional (Pilar Dois) no montante de R\$ 161 milhões.

OUTRAS DESPESAS

A redução de outras despesas de R\$ 1.730 milhões, ou 57%, para R\$ 1.318 milhões em 2025, de R\$ 3.048 milhões em 2024, é explicada, principalmente, (i) pelas despesas referentes à hibernação da planta de cloro-soda em Alagoas de R\$ 253 milhões; (ii) pela provisão relacionada ao evento geológico de Alagoas de cerca de R\$ 324 milhões; (iii) pelo deságio relacionado à venda de direitos creditórios, de cerca de R\$ 208 milhões; e (iv) pela revisão anual das provisões ambientais líquidas das unidades industriais localizadas no Brasil de cerca R\$ 131 milhões.

RESULTADO ANTES DAS DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS E IMPOSTOS

O resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos diminuiu em R\$ 728 milhões, passando de -R\$ 1.079 milhões em 2024 para -R\$ 1.807 milhões em 2025. O resultado é explicado, principalmente, pelo menor resultado (i) dos segmentos Estados Unidos e Europa, que diminuiu R\$ 1.260 milhões para um prejuízo de R\$ 718 milhões em 2025, em comparação com um lucro de R\$ 542 milhões em 2024, em função da redução das referências internacionais de preço de propeno; e (ii) do segmento México, que diminuiu R\$ 2.521 milhões para um prejuízo de R\$ 2.390 milhões em 2025, de um lucro de R\$ 130 milhões em 2024, em função da redução de 16% do volume de vendas de PE no ano somada a redução de 12% na referência internacional de preço de PE dos Estados Unidos no período. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo resultado do segmento Brasil/América do Sul, que aumentou R\$ 2.514 milhões, de R\$ 119 milhões para R\$ 2.633 milhões, em função, principalmente, (i) do aumento de 7% nas exportações de resinas; e (ii) do impacto positivo do reconhecimento de créditos presumidos de PIS/COFINS no âmbito do REIQ Investimentos

RESULTADO FINANCEIRO

Despesas Financeiras

A redução das Despesas Financeiras em R\$ 51 milhões, ou 1%, para R\$ 6.802 milhões em 2025 em relação ao montante de R\$ 6.853 milhões em 2024, é explicada, principalmente, (i) por menores despesas com juros relacionados ao *Shareholder Loan* da Braskem Idesa, após a sua capitalização em 2024; e (ii) pela apreciação do real ao final do período frente ao dólar, de cerca de 7,4%. O efeito foi parcialmente compensado pelo aumento da despesa financeira relacionada à regularização tributária para liquidação e parcelamento de débitos de ICMS.

Receita Financeira

As receitas financeiras aumentaram em R\$ 571 milhões, ou 33%, para R\$ 2.290 milhões em 2025, em relação ao montante de R\$ 1.719 milhões em 2024, em função, principalmente, (i) da atualização monetária referente recuperação de crédito tributário de PIS/COFINS relacionados a dedução de Cide-Combustíveis na comercialização de gasolina de cerca de R\$ 890 milhões; e (ii) dos juros de cerca de R\$ 132 milhões, relacionados a recuperação de créditos presumidos de PIS/COFINS no âmbito do REIQ Industrial referentes a suspensão abrupta do benefício em julho de 2022 em desacordo com o Código Tributário Nacional.

Resultados com derivativos e variações cambiais, líquidas

O resultado com derivativos e variações cambiais, líquidas, aumentou em R\$ 14.994 milhões, para uma receita de R\$ 3.474 milhões em 2025 em relação à despesa de R\$ 11.520 milhões em 2024, principalmente em função dos efeitos da (i) apreciação de cerca de 11,1% do real final do período frente ao dólar sobre a média anual da exposição líquida ao dólar no montante de US\$ 4.102 milhões; e (ii) apreciação em torno de 11,4% do peso mexicano final do período frente ao dólar sobre a média anual da exposição líquida ao dólar da Braskem Idesa no montante de US\$ 1.860 milhões.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTES E DIFERIDOS

O imposto de renda e contribuição social foi negativo em R\$ 8.116 milhões em 2025. A redução em relação ao valor positivo de R\$ 5.681 milhões em 2024 é explicada, principalmente, pela (i) reavaliação da recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos da Companhia e suas controladas com efeito negativo de R\$ 8.759 milhões; e (ii) pela redução de R\$ 5.049 milhões do diferido ativo apurado no exercício em função, principalmente, do menor prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social impactado pelo aumento de R\$ 14.994 milhões no resultado com derivativos e variações cambiais.

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO

A Companhia registrou um prejuízo de R\$ 10.961 milhões em 2025, menor quando comparado ao prejuízo de R\$ 12.052 milhões em 2024, em função, principalmente, (i) da redução de R\$ 4.441 milhões no lucro bruto no período, de R\$ 5.997 milhões em 2024, para R\$ 1.556 milhões em 2025; e (ii) da baixa de ativos fiscais diferidos com impacto líquido no resultado de R\$ 8.759 milhões, decorrente de fatores que indicam potencial indisponibilidade de lucros tributáveis futuros, principalmente em decorrência de incertezas atuais do setor, de acordo com a CPC 32.

Tais efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de R\$ 14.994 milhões no resultado com derivativos e variações cambiais, líquidas, que atingiu R\$ 3.474 milhões em 2025, em comparação ao resultado negativo de R\$ 11.520 milhões em 2024.

FLUXO DE CAIXA

Demonstração de Fluxo de Caixa (R\$ milhões) CONSOLIDADO	Dez/25 (A)	Dez/24 (B)	AH (%)	AH (Absoluto) (A)-(B)
---	------------	------------	--------	--------------------------

			(A)/(B)	
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	(4.200)	2.435	N/A	(6.635)
Utilização de caixa em atividades de investimento	(2.947)	(3.485)	(15%)	538
Geração de caixa em financiamentos	3.175	469	N/A	2.706
Variação cambial do caixa de controladas no exterior	(513)	1.380	(137%)	(1.893)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(4.485)	799	N/A	(5.284)

Fluxos de caixa das Atividades Operacionais

A variação entre o caixa líquido utilizado nas atividades operacionais de R\$ 4.200 milhões em 2025 e o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 2.435 milhões em 2024 é principalmente explicada:

- (a) pela redução de R\$ 2.711 milhões em Aplicações Financeiras, de R\$ 3.325 milhões em 2024, para R\$ 614 milhões em 2025;
- (b) pela variação negativa de capital de giro no período em função, principalmente, (i) da variação negativa de R\$ 2.523 milhões em fornecedores, de um resultado positivo de R\$ 384 milhões em 2024 para um resultado negativo de R\$ 2.343 milhões em 2025; e (ii) da variação negativa de R\$ 240 milhões em contas a receber. Tais reduções são explicadas, principalmente, pela redução da disponibilidade de certos convênios de pagamentos com instituições financeiras e fornecedores. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela otimização dos níveis de estoques e monetização de impostos durante o ano, iniciativas incluídas no Programa de Resiliência da Companhia;
- (c) pela variação de R\$ 542 milhões referente ao aumento em pagamentos e reclassificações relacionados ao Evento Geológico de Alagoas, de R\$ 2.052 milhões em 2024, para R\$ 2.594 milhões em 2025. Do montante ao final de 2025, R\$ 1.348 milhões referem-se a pagamentos efetuados e R\$ 1.246 milhões referem-se a reclassificações para o grupo de Outras obrigações, que totalizou um saldo de R\$ 1.416 milhões referente a contas a pagar do Evento Geológico em Alagoas.

Fluxos de caixa utilizados em atividades de investimento

A utilização de caixa em atividades de investimento foi de R\$ 2.947 milhões em 2025, uma redução de R\$ 538 milhões em comparação com o caixa líquido utilizado em atividades de investimento em 2024, de R\$ 3.485 milhões, em função, principalmente, do menor montante de adições ao imobilizado e intangível, em função da otimização e priorização de investimentos durante o ano.

Geração de caixa em financiamentos

Em 2025, a utilização de caixa em financiamentos foi de R\$ 3.175 milhões, R\$ 2.706 milhões maior que o montante apresentado em 2024, em função, principalmente, das seguintes operações:

- R\$ 5.350 milhões (US\$ 1.000 milhão) referentes ao saque da linha de crédito "stand-by";
- R\$ 550 milhões (US\$ 95 milhões) referentes ao acordo de financiamento "Term Loan" da Braskem Idesa com o banco Inbursa; e
- R\$ 188 milhões (US\$ 34 milhões) em uma linha de crédito contratada com o Banco Inbursa, cujo limite total disponível é de R\$ 468 milhões (US\$ 85 milhões).

Durante o ano de 2025, a Companhia pagou R\$ 606 milhões (US\$ 100 milhões) referentes ao pagamento de linhas de crédito para exportação, no valor de R\$ 5.228 milhões menor que o desembolsado em 2024, em função, principalmente, (i) do resgate parcial de títulos de dívida com vencimento em 2081; e (ii) do pagamento de linhas de crédito para exportação.

2.2 – Comentários dos diretores sobre resultados operacionais e financeiro:

2.2.a – Resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As informações deste item estão apresentadas no item 2.2 (b) abaixo.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Crescimento do PIB brasileiro e demanda interna dos produtos da Companhia

O volume de vendas da Companhia tem uma importante correlação com a conjuntura econômica global e nos países onde atua. O resultado das operações e a situação financeira têm sido e continuarão a ser afetados pelas variações do PIB global e do Brasil, dos Estados Unidos, da Europa e do México

Segundo o FMI, o crescimento da economia global deve permanecer estável, em meio ao progresso da desinflação global. O PIB mundial expandiu 3,3% em 2023, 3,3% em 2024, 3,3% em 2025, espera-se que tenha um crescimento de 3,3% em 2026 e 3,2% em 2027.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, as vendas no mercado brasileiro e exportações do segmento Brasil representaram 71% da receita líquida consolidada de todos os segmentos da Companhia.

A tabela a seguir mostra as taxas de crescimento do PIB brasileiro e outros indicadores macroeconômicos relevantes nos períodos apresentados:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
PIB Crescimento/Redução ⁽¹⁾	2,3%
Inflação (IGP-M) ⁽²⁾	(1,1%)
Inflação (IPCA) ⁽³⁾	3,8%
Taxa CDI ⁽⁴⁾	14,9%
Valorização (desvalorização) do real vs. dólar	(11%)
Taxa de câmbio do fim do período (US\$1,00)	R\$ 5,5024
Fontes: Nota 1: PIB brasileiro medido segundo o Sistema IBGE de Recuperação Automática SIDRA. Nota 2: Inflação medida pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas. Nota 3: Inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE. Nota 4: A taxa CDI é a média das taxas interbancárias overnight no Brasil (na última data do respectivo período).	

A administração da Companhia acredita que a taxa de crescimento do PIB brasileiro, que vem flutuando, deverá manter tal comportamento no futuro. A administração também acredita que o crescimento econômico no Brasil pode impactar positivamente a receita líquida de vendas e serviços e os resultados operacionais do segmento Brasil.

Efeitos de flutuações da taxa de câmbio entre o real e o dólar

Os resultados operacionais da Companhia e sua situação financeira têm sido e continuarão sendo afetados pela desvalorização ou valorização do real frente ao dólar, uma vez que: (i) uma parcela substancial da receita líquida da

Companhia é denominada ou atrelada ao dólar; (ii) os custos das matérias-primas e de determinados insumos necessários nos processos de produção são em dólares ou estão atrelados a essa moeda; (iii) as despesas operacionais e investimentos de outras naturezas são denominados em dólares ou estão atrelados a essa moeda; e (iv) valores significativos de passivos denominados em dólares que exigem o pagamento do principal e juros nessa moeda.

Praticamente todas as vendas da Companhia são de produtos petroquímicos cujos preços no mercado internacional são expressos em dólares. Em geral, a administração procura definir os preços considerando: (i) o preço dos produtos químicos e petroquímicos nos mercados internacionais; e (ii) no Brasil, as variações da taxa de câmbio real/dólar. Desta forma, embora uma parcela significativa da receita líquida de vendas e serviços seja denominada em reais, os produtos da Companhia são vendidos a preços baseados no mercado internacional, cotados em dólares.

Flutuações no real afetam o custo da nafta, etano, propano, propeno e de outras matérias-primas. Os contratos de matérias-primas com a Petrobras são atrelados ao dólar. A fórmula de preços inclui um fator que ajusta o preço em reais.

A desvalorização do real frente ao dólar aumenta os custos de produção dos produtos e normalmente a Companhia busca aumentar os preços dos seus produtos em reais (na medida do possível, considerando as condições de mercado vigentes no Brasil), o que pode resultar na redução dos volumes de vendas de seus produtos no mercado brasileiro. Na medida em que os aumentos de preços não sejam suficientes para cobrir os aumentos de custo das matérias-primas, a margem bruta da Companhia diminui. Em períodos de alta volatilidade da taxa de câmbio dólar/real, geralmente há uma defasagem entre o momento em que o dólar se valoriza ou se desvaloriza e o momento em que a Companhia define os preços aos seus clientes. Esses descasamentos de preços diminuem quando a taxa de câmbio real/dólar é menos volátil.

A Companhia pode realizar transações com derivativos financeiros para mitigar o risco da taxa de câmbio associado à exposição dos custos em reais. Essas operações podem incluir opções de compra e venda ou outras operações de derivativos. Por exemplo, a Companhia pode aplicar uma estratégia de proteção chamada de *collar*, que consiste na compra de uma opção de venda associada à venda simultânea de uma opção de compra, ambas com o mesmo vencimento. Nesse caso, se o real desvalorizar e a taxa de câmbio na data de exercício da opção exceder o preço de exercício da opção de compra, a Companhia pode sofrer perdas financeiras significativas. No entanto, uma vez que essas estratégias serão implementadas apenas para fins não especulativos (de acordo com a política financeira da Companhia), as perdas em potencial sobre as transações com derivativos deverão ser compensadas por custos fixos mais competitivos em reais.

O endividamento corporativo em dólares americanos da Companhia representava 91,9% do seu endividamento em 31 de dezembro de 2025, excluindo a dívida relacionada à Braskem Idesa e suas controladas. Considerando a inclusão da Braskem Idesa e suas controladas, o endividamento consolidado em dólares americanos da Companhia representava 93,7% do seu endividamento em 31 de dezembro de 2025.

Como consequência, quando o real se desvaloriza frente ao dólar: (i) os custos com juros sobre a dívida expressa em dólares aumentam quando convertidos para reais, afetando negativamente o lucro líquido das operações em reais; (ii) o montante da dívida em dólares aumenta quando expresso em reais, elevando as obrigações totais e o serviço da dívida em reais; e (iii) as despesas financeiras tendem a aumentar como resultado das perdas cambiais que a Companhia registra, mitigadas pela decisão da Companhia em 1 de maio de 2013, 10 de outubro de 2017, 1 de fevereiro de 2019, 2 de maio de 2019, 1 de novembro de 2019, 2 de janeiro de 2020, 1 de março de 2021, 1 de setembro de 2022, 1 de outubro de 2023, 1 de novembro de 2024, 30 de abril de 2025 e 1 de julho de 2025, de designar parte dos passivos denominados em dólares norte-americanos como hedge para exportações futuras.

As vendas para exportação e as vendas do segmento Estados Unidos e Europa, que permitem à Companhia ter recebíveis em moedas estrangeiras, tendem a fornecer um hedge em relação a uma parte das obrigações de serviço da dívida em dólares americanos da Companhia. Adicionalmente, pelo fato de as vendas da Companhia no Brasil considerarem o preço dos produtos químicos e petroquímicos nos mercados internacionais e as variações da taxa de câmbio real/dólar, a Companhia amplia a mitigação do risco dos passivos denominados em dólares americanos.

A taxa de câmbio real/dólar americano variou significativamente ao longo do tempo. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa de câmbio real/dólar americano informada pelo Banco Central era de R\$ 5,5024 a US\$ 1,00.

Efeitos da inflação no Brasil

A inflação brasileira afeta o desempenho financeiro da Companhia na medida em que aumenta as despesas operacionais expressas em reais (e não atreladas ao dólar). Uma parcela significativa do seu custo dos produtos vendidos, no entanto, está atrelada ao dólar, não sendo substancialmente afetada pela taxa de inflação brasileira. Algumas das dívidas em reais da Companhia são indexadas pela inflação, geralmente ajustadas com referência ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, um índice de inflação, de modo que a inflação resulta em aumentos nas despesas financeiras e obrigações de serviço da dívida da Companhia. Além disso, uma parcela significativa da dívida denominada em reais da Companhia incide juros à taxa CDI, que são parcialmente ajustados pela inflação.

Efeito das Vendas no Exterior sobre o Desempenho Financeiro

A Companhia possui capacidades de produção instaladas fora do Brasil, localizadas nos Estados Unidos, Alemanha e México.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, 40% da receita líquida foi proveniente das exportações oriundas do Brasil e das vendas realizadas através dos segmentos Estados Unidos e Europa e México, em comparação com 42,3% em 2024 e 43,2% em 2023.

Em 2025, a economia mundial foi impactada por uma combinação de protecionismo, guerras tarifárias e tensões comerciais persistentes, o que reforça a incerteza global. O ano foi marcado por aumentos tarifários dos Estados Unidos, resultando em maiores tensões comerciais, elevando custos operacionais, fragmentando cadeias globais e reduzindo investimentos. Paralelamente, o cenário internacional continuou sendo pressionado por conflitos como a guerra entre Rússia e Ucrânia e o conflito entre Israel e Gaza. Essa combinação de fatores intensificou a fragmentação econômica global, pressionou mercados financeiros e limitou o potencial de crescimento.

Efeito da ciclicidade na indústria petroquímica

Uma das principais características da indústria petroquímica é a natureza cíclica e, historicamente, o mercado petroquímico global passa por períodos alternados de oferta limitada, levando ao aumento dos preços globais e das margens operacionais na indústria, seguidos de períodos de adição de capacidade de produção, o que pressiona as taxas de utilização, os preços globais e, consequentemente, as margens operacionais na indústria.

O aumento da demanda de petroquímicos e produtos químicos está relacionado ao crescimento da demanda global, que é impactado por fatores macroeconômicos, tais como taxas de juros, preços do petróleo, mudanças para produtos alternativos, inovação, tendências de consumo, requisitos regulatórios, acordos comerciais, assim como disrupções logísticas, pandemias ou outros eventos globais. Portanto, os resultados da Companhia são influenciados não apenas por suas atividades, mas também pela dinâmica da indústria global e por cenários macroeconômicos, sobre os quais a Companhia não tem controle e que podem afetar adversamente os seus resultados operacionais. Entretanto, novas

oportunidades podem surgir em função de externalidades, tais como a mudança no comportamento do consumidor, como exemplo derivado do COVID-19.

Em 2025, os spreads permaneceram desafiados em função, principalmente, da contínua entrada de novas capacidades em operação para PE e PP no decorrer do ano, e das incertezas em relação às tensões comerciais entre Estados Unidos e China. Adicionalmente, os preços do petróleo foram impactados pela incerteza econômica resultante da guerra tarifária, além da retomada gradual da produção por parte da OPEP+, que contribuiu para ajustes na oferta global, pressionando as referências de preço de resinas no mercado internacional. As racionalizações de capacidades realizadas em 2025 não foram suficientes para reestabelecer o equilíbrio entre a oferta e demanda.

No longo prazo, a tendência é que o atual ciclo de baixa se suavize e eventualmente se transforme novamente em um ciclo de alta, à medida que a indústria aguarda para tomar decisões sobre novos investimentos, enquanto o comércio global se reequilibra e a demanda mundial absorve as novas capacidades. Adicionalmente, projetos anunciados para entrar em operação mais adiante no futuro têm maior probabilidade de serem adiados ou cancelados, à medida que o cenário pode mudar, matérias-primas podem se tornar menos vantajosas e curvas de custo podem se alterar.

Efeitos da flutuação dos preços internacionais das principais matérias-primas (nafta, etano, propano e propeno)

As flutuações no preço de mercado internacional da nafta têm efeitos significativos sobre os custos dos produtos vendidos da Companhia e sobre os preços que pode cobrar de seus clientes por seus produtos de primeira e segunda geração. A instabilidade política no Oriente Médio ou eventos similares que possam ocorrer, incluindo o conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, e mais recentemente o conflito entre Israel, Hamas e Hezbollah, além de outros conflitos no Oriente Médio, podem levar a efeitos imprevisíveis sobre a economia global ou sobre as economias das regiões afetadas. Esses eventos podem ter efeitos negativos sobre a produção de petróleo e a volatilidade de preços, consequentemente levando ao aumento dos preços da nafta e dos produtos petroquímicos em todo o mundo.

O preço do etano e propano na região de Mont Belvieu, no Texas, e no Henry Hub nos Estados Unidos, são usados como referências para parte dos custos de matéria-prima da Companhia. Qualquer desenvolvimento futuro que afete o equilíbrio entre oferta e demanda de gás natural nos Estados Unidos pode afetar negativamente o preço do gás natural no Mont Belvieu e Henry Hub (incluindo, portanto, o etano, propano e butano) e aumentar os custos de produção da Companhia ou diminuir o preço dos produtos petroquímicos. Fatores externos e desastres naturais, como furacões, invernos rigorosos ou desenvolvimentos industriais, como a exploração de gás de xisto, podem perturbar o fornecimento de gás natural, aumentando, dessa maneira, o custo, o que pode afetar materialmente de forma adversa o custo dos produtos vendidos e os resultados das operações da Companhia.

O preço do propeno é baseado na referência dos Estados Unidos e é (i) produzido por três processos diferentes: produção em refinarias (*FCC - Fluidized Catalytic Cracking*), *steam cracking*, produção dedicada (*on-purpose*) como no processo PDH (*desidrogenadora de propano*), sendo as refinarias a principal fonte de propeno nos Estados Unidos; entretanto, (ii) as refinarias podem utilizar o propeno para fazer alguns produtos diferentes. Seu desejo de vender o propeno no mercado aberto depende da demanda e do preço da gasolina, junto com alguns outros produtos químicos.

Efeitos da flutuação dos preços internacionais no custo dos produtos vendidos

A nafta é a principal matéria-prima utilizada das operações químicas que fazem parte do Segmento Brasil. Em 2025, a nafta e o condensado representaram 35,2% do custo consolidado direto e indireto dos produtos vendidos da Companhia.

O custo da nafta varia de acordo com os preços no mercado internacional, que flutuam em função do equilíbrio de oferta e demanda de petróleo e outros produtos petrolíferos refinados.

A Companhia compra nafta sob um contrato de fornecimento de longo prazo com a Petrobras, e importa nafta de outros fornecedores através de terminal em Aratú, no Estado da Bahia, e do terminal da Petrobras em Osório, no Estado do Rio Grande do Sul. Os preços que a Companhia paga pela nafta sob estes acordos, além de contrato de fornecimento com a Petrobras, são baseados no preço de mercado da nafta no mercado Amsterdã-Roterdã-Antuérpia (ARA). Como resultado, as flutuações no preço de mercado ARA para a nafta tiveram um impacto direto sobre o custo de dos produtos de primeira geração da Companhia.

Os contratos da Companhia com a Petrobras preveem preços de nafta baseados em cotações ARA. A volatilidade da cotação deste produto no mercado internacional, a taxa de câmbio real/dólar americano e o nível de dissulfeto de carbono, um contaminante da nafta que é entregue, também influenciam o preço da nafta que a Companhia compra da Petrobras. A Companhia acredita que estes contratos reduziram a exposição do custo de produtos de primeira geração da Companhia às flutuações no preço de mercado ARA da nafta.

O preço da nafta no mercado internacional variou significativamente no passado, e a Companhia espera que continue a variar no futuro. Aumentos significativos no preço da nafta e, conseqüentemente, no custo de produção dos produtos da Companhia, geralmente, reduzem suas margens brutas e seus resultados operacionais na medida em que não é capaz de repassar todos esses custos aumentados para seus clientes, e podem resultar na redução do volume de vendas de seus produtos.

Por outro lado, reduções significativas no preço da nafta e, conseqüentemente, no custo de produção dos produtos da Companhia, geralmente aumentam suas margens brutas, seus resultados operacionais e podem resultar em maiores volumes de vendas, se esse custo mais baixo levar a Companhia a baixar os preços. Em períodos de alta volatilidade do preço, em dólares americanos da nafta, geralmente há uma defasagem entre o tempo em que o preço em dólares americanos aumenta ou diminui e o tempo em que a Companhia é capaz de repassar maiores custos.

Atualmente, a Companhia não faz hedge da exposição a mudanças nos preços da nafta, porque uma parte de suas vendas são exportações a pagar em moedas estrangeiras e ligadas aos preços de mercado internacional da nafta e, também, porque os preços de polietileno, polipropileno e PVC vendidos no Brasil geralmente refletem as mudanças nos preços de mercado internacional desses produtos.

A estratégia de hedge tem como foco mitigar, por meio de operações de swaps, a volatilidade de preços de curto prazo e as distorções temporárias que possam afetar compras específicas que não foram contratadas com base em média mensal. Essas exposições são convertidas para uma estrutura de precificação pela média mensal, reduzindo a sensibilidade a oscilações diárias de preço e a movimentos esporádicos de mercado.

Efeitos da flutuação dos preços internacionais nos preços dos produtos vendidos

No Brasil, a maior parte dos preços dos produtos da Companhia é baseada nas referências internacionais. Os preços dos produtos exportados do Brasil são geralmente baseados nos preços do mercado à vista internacional. A Companhia define os preços dos produtos vendidos nos Estados Unidos e na Europa com base nos preços de mercado nessas regiões. O preço do PE no México é baseado nos preços da região da Costa do Golfo dos EUA.

A Companhia negocia mensalmente os preços em reais de seus produtos. A Companhia busca revisar seus preços para refletir (i) mudanças nos preços no mercado internacional desses produtos, que tendem a variar em conjunto com os preços da nafta; e (ii) a valorização ou desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano. No entanto,

durante períodos de alta volatilidade nos preços do mercado internacional ou nas taxas de câmbio, a Companhia pode não conseguir refletir integralmente essas mudanças em seus preços de maneira imediata.

Utilização da capacidade

As operações da Companhia são intensivas em capital. Em vista disso, a fim de obter custos de produção unitários mais baixos e de manter margens operacionais adequadas, a Companhia procura manter altas taxas de utilização de capacidade em todas as suas unidades industriais.

A tabela a seguir demonstra as taxas de utilização de capacidade relativas às plantas de alguns dos principais produtos da Companhia nos períodos apresentados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025
Eteno Brasil (Centrais Petroquímicas)	68%
PE Brasil	68%
PP Brasil	68%
PVC Brasil	60%
PP EUA e Europa	74%
PE México	64%

Efeitos da Política Industrial Brasileira

SUDENE – Redução do imposto de renda

Desde 2015, a Braskem obteve benefício fiscal de redução de 75% do IRC sobre o rendimento das seguintes unidades industriais: (i) unidades de PVC e cloro-soda, estabelecidas no estado de Alagoas; e (ii) unidades de químicos, PE e PVC estabelecidas na cidade de Camaçari (BA). Este benefício é válido para as pessoas jurídicas com projetos de implementação, modernização ou expansão de empreendimentos industriais. O benefício pode ser utilizado por um período de dez anos. O benefício fiscal para as unidades em Camaçari (BA) foi renovado com sucesso por um período adicional de dez anos, estendendo os benefícios até 2033. As outras unidades estão em processo de renovação do benefício fiscal. Em 2025, as operações no Brasil registraram prejuízos fiscais, portanto, o benefício não estava disponível para uso.

PRODESIN – Incentivo de ICMS

A Braskem possui incentivos fiscais de ICMS no Estado de Alagoas, através do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas, ou PRODESIN, que visava implementar e expandir uma planta naquele estado. Este incentivo é considerado uma entrada compensatória ao imposto sobre vendas. Em 2025, o valor foi de R\$ 58 milhões (R\$ 28 milhões em 2024).

Regime Especial da Indústria Química (REIQ) – Incentivo Fiscal de PIS/COFINS

Em 2025, foi publicada a Lei nº 15.294, que institui o Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química (“PRESIQ”), tendo em vista que os tributos que compõem a base do REIQ — PIS e COFINS — serão extintos em 2026 devido à reforma tributária do país. O PRESIQ consiste em um crédito financeiro para o setor no valor total de R\$ 3.000 milhões por ano entre 2027 e 2031, considerando as modalidades industrial e investimentos.

A Braskem também obteve aprovação para projetos no âmbito do REIQ (“REIQ Investimentos”), a fim de receber um incentivo fiscal adicional à taxa de 1,5%, vinculado a investimentos em expansão de capacidade produtiva. Passamos a reportar esses incentivos por meio de uma obrigação acessória chamada DIRBI. Com base nos dados enviados à Receita Federal do Brasil, em 2025, o incentivo total bruto dos REIQ Investimentos atingiu R\$ 629,3 milhões.

Adicionalmente, em 20 de março de 2026 foi publicada a Lei Complementar nº 228, dispondo sobre a majoração, de 0,73% para 5,8%, do benefício do Regime Especial da Indústria Química (“REIQ”), que corresponde a créditos de PIS/Cofins, incidentes sobre as matérias primas das indústrias química e petroquímica, passíveis de compensação com tributos federais.

Reintegra

Em dezembro de 2011, o governo brasileiro implantou o programa “Reintegra”, que visa ao aumento da competitividade de fabricantes brasileiros em mercados internacionais, por meio do retorno de forma integral ou parcial de impostos federais sobre exportações. Atualmente, o programa Reintegra permanece com uma taxa de reembolso de 0,1%. Espera-se que essa taxa persista, pois o Supremo Tribunal Federal do Brasil decidiu que o Reintegra constitui um subsídio fiscal para exportadores. Para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 8 milhões deste crédito tributário.

Preços e taxas

A Companhia define os preços de venda do eteno tomando por referência os preços do mercado internacional. Os preços pagos pelos produtores de resinas por produtos petroquímicos importados refletem, em parte, custos de transporte, tributos e tarifas. A Companhia define os preços de subprodutos do eteno, tal como o butadieno, tomando por referência vários fatores de mercado, inclusive os preços pagos pelos produtores de resinas por produtos importados, que também levam em consideração os custos de transporte, tributos e tarifas.

O governo brasileiro tem utilizado tarifas de importação para implementar políticas econômicas. Como resultado, as tarifas de importação aplicadas a produtos petroquímicos variaram no passado e podem voltar a variar no futuro. Até setembro de 2024, o imposto de importação aplicado às resinas da Braskem era de 12,6%, de acordo com o nível da TEC.

Ajustes de tarifas poderiam levar ao aumento da concorrência das importações e fazer com que a Braskem reduza seus preços no mercado brasileiro, com reflexo na receita líquida o que pode afetar negativamente o desempenho financeiro da Companhia. Adicionalmente, os produtos que exportamos para os Estados Unidos e Europa estão sujeitos a tarifas de 6,5%. Essas tarifas geralmente equilibram o nível de concorrência dos produtos produzidos localmente pela Companhia, e quaisquer ajustes futuros nessas estruturas tarifárias poderão impactar negativamente nossas vendas nessas regiões. Futuros acordos comerciais celebrados pelo Brasil, pelo Mercosul, pelos Estados Unidos ou pela União Europeia também poderão levar a um aumento da concorrência das importações e à redução dos preços internos.

As importações e exportações dentro da área de livre comércio da América do Sul (Mercado Comum do Sul), ou Mercosul, que é composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, não estão sujeitas a tarifas desde dezembro de 2001. As importações de PVC em suspensão da Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, Israel, Peru e Venezuela não

estão sujeitas a tarifas, devido a uma série de acordos comerciais. Importações de PVC suspenso do México com tarifas reduzidas de 80% do NMF, devido a acordos comerciais.

Medidas aplicadas em 2025

O Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovou o aumento temporário do imposto de importação de 12,6% para 20% até 16 de outubro de 2026 para as resinas PE, PP e PVC comercializadas pela Companhia, via inclusão na Lista de Elevações Tarifárias Temporárias por Desequilíbrios Comerciais Conjunturais da Camex.

Medidas de defesa comercial

Desde os anos 90, as importações de PVC dos Estados Unidos e do México estão sujeitas a direitos *antidumping* de 16,0% e 18,0%, respectivamente, que foram impostos pela Câmara de Comércio Exterior Brasileira (Câmara de Comércio Exterior), ou CAMEX.

Os direitos aplicados às importações dos Estados Unidos e do México foram revisados em 2022 pelo governo brasileiro, que decidiu prorrogar até 2027 a aplicação dos direitos antidumping para as importações dos Estados Unidos, com uma alíquota *ad valorem* reduzida para 8,2%, e para as importações do México, com uma alíquota de 13,6%, porém com suspensão imediata da aplicação dos direitos antidumping para as importações originárias do México.

Em junho de 2023, o Departamento de Defesa Comercial (DECOM) iniciou uma revisão do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de PVC obtido por processo de suspensão originárias dos Estados Unidos devido a uma mudança de circunstâncias que poderia levar a um aumento dos direitos aplicados. Ao final da investigação, a autoridade brasileira concluiu que a medida antidumping de 8,2% não era suficiente para neutralizar a prática de dumping nas importações de PVC dos Estados Unidos e decidiu elevar o direito para 43,7%, conforme publicado na Resolução Gecex nº 737, de 28 de maio de 2025. A medida permanece em vigor até 19 de setembro de 2027.

Desde 2008, as importações de PVC provenientes da China também estão sujeitas a direitos antidumping de 21,6%. Esses direitos haviam sido suspensos temporariamente em agosto de 2020, mas foram restabelecidos em setembro de 2021. Em agosto de 2025, o governo brasileiro iniciou uma revisão do direito antidumping aplicado ao PVC originário da China para investigar a probabilidade de recorrência de dano e dumping caso a medida seja encerrada. A revisão foi solicitada pela Braskem e deve ser concluída até agosto de 2026. Durante o período de investigação, o direito antidumping de 21,6% permanece vigente.

Além disso, em dezembro de 2010, a CAMEX impôs um direito antidumping de 10,6% sobre as importações de PP provenientes dos Estados Unidos, o qual foi prorrogado em novembro de 2016 e novamente em outubro de 2022. Nessa última revisão, o governo brasileiro decidiu estender os direitos aplicados às importações de PP dos Estados Unidos até 2027, mas com suspensão imediata da aplicação dos direitos antidumping. Posteriormente, em fevereiro de 2024, o governo brasileiro decidiu re aplicar os direitos antidumping às importações de PP provenientes dos Estados Unidos, à alíquota *ad valorem* de 10,6%.

Em agosto de 2014, o governo brasileiro também impôs direitos antidumping sobre as importações de PP provenientes da África do Sul, Índia e Coreia do Sul, de 16,0%, de 6,4% a 9,9%, e de 2,4% a 6,3%, respectivamente. Em dezembro de 2020, o governo brasileiro prorrogou os direitos antidumping aplicados às importações de PP da Índia, reduziu os direitos aplicados à África do Sul para um intervalo entre 4,6% e 16% e encerrou os direitos aplicados à Coreia do Sul. Em dezembro de 2025, o governo brasileiro iniciou uma revisão do direito antidumping aplicado ao PP da África do Sul e da Índia para investigar a probabilidade de recorrência de dano e dumping caso a medida seja encerrada. A revisão

foi solicitada pela Braskem e deve ser concluída até dezembro de 2026. Durante o período de investigação, os direitos antidumping atualmente aplicados permanecem em vigor.

Em novembro de 2024, o Departamento de Defesa Comercial (DECOM) iniciou uma investigação original para determinar a existência de dumping nas exportações de resinas de polietileno dos Estados Unidos e do Canadá para o Brasil, classificadas nas subposições 3901.10.30, 3901.20.29 e 3901.40.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), e o consequente dano à indústria doméstica decorrente dessas práticas. O processo de investigação pode durar até 18 meses.

Em agosto de 2025, o DECOM publicou uma determinação preliminar da investigação, recomendando a aplicação de um direito antidumping provisório por seis meses para conter o dano à indústria doméstica durante o período investigativo. Consequentemente, o direito antidumping provisório passou a ser aplicado a partir de 29 de agosto de 2025 e permanecerá vigente por seis meses. Essa medida impõe um direito antidumping de US\$ 238,49 por tonelada métrica sobre as importações de polietileno originárias do Canadá e de US\$ 199,04 por tonelada métrica sobre as importações originárias dos Estados Unidos.

Impacto do nível de endividamento e taxas de juros

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, o endividamento consolidado da Companhia, líquido de custos de transação, era de R\$ 66.128 milhões (US\$ 12.018 milhões), incluindo R\$ 14.308 milhões (US\$ 2.600 milhões), referentes a Braskem Idesa e suas controladas.

O nível de endividamento da Companhia resulta em despesas financeiras relevantes, refletidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Essas despesas em reais consistem em despesas com juros, incluindo variação cambial de dívidas em relação ao dólar e a outras moedas, ganhos ou perdas cambiais, entre outros itens.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou uma despesa no total de R\$ 6.802 milhões associada, principalmente, (i) R\$ 4.945 milhões referentes a despesas com juros; (ii) R\$ 861 milhões referem-se ao ajuste a valor presente – apropriação; e (iii) R\$ 305 milhões referem-se a despesas com juros sobre arrendamentos.

Também foi registrado um resultado positivo de R\$ 3.474 milhões relacionados a hedges e variações cambiais, líquido em conexão com a variação cambial sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia.

Efeito dos impostos sobre o resultado

A Companhia está sujeita a diversos tributos federais e estaduais em diversas jurisdições e incidentes sobre suas operações e resultados. A Companhia está sujeita ao imposto de renda federal brasileiro de 25% (incluindo sobretaxa) que combinado com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 9%, totaliza uma alíquota nominal de 34%, que é a alíquota padrão do imposto de pessoa jurídica no Brasil.

Existem certas isenções fiscais federais previstas em lei federal que oferecem incentivos tributários a empresas que instalam suas operações industriais no estado da Bahia. Essas isenções representam uma redução de 75% da carga tributária e, como resultado, a Companhia tem direito a pagar 25% da alíquota estatutária do imposto de renda sobre os lucros provenientes da venda de: polietileno, químicos básicos e PVC fabricados em uma de suas plantas no Complexo do Nordeste (Estado da Bahia) até 2033. A isenção de 75% da alíquota do imposto de renda, combinada com a CSLL de 9%, permite que a Companhia pague 44,9% da alíquota padrão de 34% sobre os lucros provenientes dos produtos fabricados nessas plantas.

Os prejuízos fiscais acumulados disponíveis para compensação no Brasil não expiram. Contudo, a compensação anual é limitada a 30% da nossa base de lucro líquido tributável ajustado. Esse limite também se aplica à CSLL.

O montante consolidado inclui o impacto das diferentes alíquotas aplicáveis nos países onde estão localizadas as subsidiárias estrangeiras, que, em 31 de dezembro de 2025, eram as seguintes:

- Braskem Europe (Alemanha): 31,33% (incluindo sobretaxas);
- Braskem America and Braskem America Finance (Estados Unidos): 21% + imposto sobre vendas;
- Braskem Argentina (Argentina): 35%;
- Braskem Petroquímica Chile (Chile): 27%;
- Braskem Netherlands, Braskem Netherlands Finance, Braskem Netherlands Inc. e empresas dos Países Baixos (Holanda): 25,8%;
- Braskem Idesa, Braskem Idesa Serviços, Braskem México, Braskem México Serviços e Braskem México Sofom (México): 30%; ande
- Braskem India (Índia): 25% (incluindo sobretaxas).

Adicionalmente, a introdução de um imposto mínimo global à alíquota de 15%, no âmbito da Solução do Pilar II, acordada por mais de 135 jurisdições sob o Marco Inclusivo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)/G20 sobre Erosão da Base Tributária e Transferência de Lucros (BEPS), traz um impacto tributário adicional para países em que a alíquota efetiva de tributação seja inferior a 15%. Dependendo dos resultados por segmento de negócios, um imposto adicional (imposto complementar mínimo doméstico qualificado) poderá ser aplicável a países específicos e/ou poderá haver cobrança complementar pelo país da Entidade Controladora Final do Grupo (Regra de Inclusão de Renda).

O montante consolidado também inclui o impacto da tributação em bases universais, introduzida no Brasil pelos artigos 76 e 77 da Lei nº 12.973/2014. Essa lei determina que as parcelas positivas dos resultados auferidos por subsidiárias no exterior serão computadas na base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da CSLL no Brasil, individualmente. Caso a subsidiária possua prejuízos acumulados, estes podem ser deduzidos até o valor do lucro apurado; assim, a pessoa jurídica é obrigada a informar à autoridade fiscal os prejuízos acumulados em sua declaração anual de imposto de renda.

Todos os lucros auferidos pelas subsidiárias mencionadas acima devem ser submetidos à tributação de IRPJ e CSLL no Brasil, com exceção daqueles auferidos por subsidiárias sediadas em países com os quais o Brasil possui tratado para evitar dupla tributação. Os lucros dessas empresas somente serão tributados quando distribuídos às respectivas controladoras.

Além disso, o mecanismo de tributação em bases universais permite a utilização, como crédito tributário, do imposto comprovadamente pago pelas subsidiárias no exterior (incluindo o imposto previsto no Pilar II pago no exterior, conforme introduzido pela Lei nº 15.079/2024), limitado ao imposto devido sobre o lucro da subsidiária no Brasil à alíquota de 34%. A legislação também permite que, até 2024, a controladora no Brasil aplique um crédito presumido de 9,0% sobre o lucro auferido pelas subsidiárias no exterior que exerçam atividade industrial. A Braskem aplica esse mecanismo às suas subsidiárias Braskem Europe GmbH, Braskem America Inc. e Braskem Idesa SAPI.

Atualmente, as exportações da Companhia são isentas de: (i) PIS – Programa de Integração Social, (ii) COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, um tributo federal sobre valor agregado, (iii) IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, e (4) ICMS – Imposto estadual sobre circulação de mercadorias e serviços.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a administração reavaliou, a recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos da Companhia e suas controladas, em conformidade com o CPC 32 / IAS 12, considerando todas as evidências disponíveis, positivas e negativas, sobre a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para a realização dos créditos registrados. Esse processo incluiu, entre outros, a análise do histórico recente de resultados, das projeções de desempenho constantes do plano de negócios aprovado, do prazo de expiração dos prejuízos fiscais e das estratégias de planejamento tributário aplicáveis. Dessa forma, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi efetuada a baixa do ativo fiscal diferido no montante de R\$ 9.393, com efeito de R\$ 7.054 no resultado do exercício e R\$ 2.339 no resultado abrangente

Reforma Tributária no Brasil

O novo marco regulatório para a tributação do consumo no Brasil visa simplificar o sistema tributário para as operações envolvendo a venda de bens e serviços, com impactos significativos para a indústria petroquímica. Essa reforma, estabelecida pela Emenda Constitucional nº 132 no final de 2023, foi seguida pela aprovação de legislação regulamentadora no final de 2024. A reforma federal do imposto sobre o consumo deverá entrar em fase de testes em 2026 e entrar totalmente em vigor em 2027. Enquanto isso, a implementação dos impostos estaduais e municipais sobre o consumo seguirá um período de transição gradual de 2029 a 2032.

A Braskem está conduzindo estudos para avaliar os impactos dessa reforma e está trabalhando proativamente para se preparar para sua implementação. Acredita-se que a reforma trará benefícios indiretos ao setor, incluindo um sistema tributário simplificado, a possibilidade de aproveitamento de créditos tributários sobre todas as compras tributadas de bens e serviços — e não apenas de matérias-primas — e processos internos mais enxutos. No entanto, espera-se uma redução gradual nos incentivos fiscais à medida que o novo marco regulatório entra em vigor. A Companhia está avaliando esses efeitos para compreender plenamente suas implicações.

2.2.b – Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços, e c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

RESULTADO OPERACIONAL

Os diretores apresentam abaixo a análise do último exercício por segmento da Companhia:

BRASIL

Spreads Internacionais:

O spread dos principais químicos produzidos pela Braskem foi menor em relação a 2024 (-13%), principalmente, em função da redução (i) dos preços dos principais químicos dado o menor preço do propeno no mercado internacional, explicado, principalmente, pelo aumento da oferta de propeno nos Estados Unidos e pela redução da demanda de PP durante o período; (ii) do preço do butadieno, explicado, principalmente, pela redução da demanda do setor automotivo; (iii) do preço do benzeno, explicado, principalmente, da sobreoferta nos Estados Unidos e pelos menores preços de petróleo e nafta; e (iv) dos preços da gasolina, explicada, principalmente, pelo menor preço do petróleo durante o período.

O spread de PE apresentou uma redução em relação a 2024 (-7%) em função, principalmente, (i) do menor preço de PE, dado o aumento da oferta deste produto no ano; e (ii) da redução dos fretes marítimos que estavam maiores em 2024, em função dos conflitos no Mar Vermelho.

O spread de PP foi maior em relação a 2024 (+3%) em função, principalmente, do menor preço de nafta no período explicado, principalmente, pelo menor preço do petróleo, influenciado pela maior oferta no período, associado ao aumento dos níveis de produção durante o ano.

O spread Par de PVC apresentou redução de 20% em relação a 2024, explicado, principalmente, pelo menor preço de PVC em função da redução da demanda do setor de construção civil dado as taxas de juros globais, compensada pela redução no preço do petróleo.

Demanda:

A demanda de resinas no mercado brasileiro (PE+PP+PVC) em 2025 foi de 6,7 milhões de toneladas, 2% inferior quando comparado com 2024, em função, principalmente, da menor demanda de (i) PP influenciada, principalmente, pelo setor de bens de consumos duráveis; e (ii) PE, principalmente pelos setores de construção civil, automotivo e eletrodomésticos. Esses efeitos foram parcialmente compensados, pela maior demanda de PVC, com destaque para o setor de construção civil.

Indicadores operacionais:

A taxa de utilização média das centrais petroquímicas no Brasil foi de 68% em 2025, menor em 4 p.p quando comparada a 2024, explicada, principalmente, pela (i) adequação dos níveis de produção frente a menor demanda no período; e (ii) parada programada de manutenção na central petroquímica da Bahia concluída em janeiro de 2026.

As vendas de resinas no mercado brasileiro totalizaram 3,2 milhões de toneladas em 2025, 5% inferiores ao volume apresentado em 2024, em função principalmente (i) da estratégia de priorização de vendas com maior valor agregado; e (ii) do menor volume de vendas de PP e PE devido a menor demanda no mercado brasileiro. Com relação aos principais químicos, as vendas no mercado brasileiro totalizaram 2,6 milhões de toneladas em 2025, representando uma redução de 5% em relação a 2024 em função principalmente, do menor volume de vendas de propeno, cumeno, eteno e paraxileno, explicada pela menor demanda no período no mercado brasileiro.

As exportações de resinas em 2025 totalizaram 0,9 milhão de toneladas, representando um aumento de 7% em relação a 2024 em função, principalmente, do maior volume de exportação de PE e PP para a América do Sul dada a maior disponibilidade de produtos como consequência da menor demanda no mercado brasileiro em 3%.

As exportações de principais químicos totalizaram 0,2 milhão de toneladas, uma redução de 27% em relação a 2024, em função, principalmente, do menor volume de exportações de (i) gasolina, em função da priorização de atendimento ao mercado brasileiro; (ii) benzeno, impactado pelas tarifas de importação nos EUA; e (iii) tolueno, em função da menor demanda relacionada à maior oferta de produtos substitutos no mercado brasileiro.

A receita líquida de vendas e serviços do segmento Brasil reduziu em R\$ 3.070 milhões, ou 6%, de R\$ 54.844 milhões em 2024 para R\$ 51.774 milhões em 2025 explicada, principalmente, pela redução de (i) 5% ou 175 mil toneladas no volume de vendas de resinas no mercado brasileiro; (ii) 13% na referência internacional média de preço de principais químicos; (iii) 5% ou 128 mil toneladas no volume de vendas de principais químicos no mercado brasileiro; (iv) 10% na referência internacional média de preço de resinas; e (v) 27% ou 72 mil toneladas no volume de exportação de principais químicos no mercado internacional. Adicionalmente, em 2025 a receita do segmento Brasil foi impactada positivamente em cerca de R\$ 583 milhões (US\$ 106 milhões) de créditos de PIS/COFINS relacionados ao REIQ Investimentos, apurados de acordo com a legislação vigente.

O custo dos produtos vendidos do segmento Brasil reduziu em R\$ 1.949 milhões, ou 4%, de R\$ 50.600 milhões em 2024 para R\$ 48.651 milhões. Em 2025, o CPV do segmento Brasil foi impactado pela provisão da hibernação da planta de

cloro-soda em Alagoas, no âmbito do Transforma Alagoas, que tem como objetivo tornar a produção de PVC mais competitiva e sustentável, em R\$ 546 milhões (US\$ 100 milhões).

Desconsiderando o efeito acima, a redução em dólares (-8%) e em reais (-5%) é explicada, principalmente, pela redução de (i) 14% e 4% nas referências internacionais de nafta e propano, respectivamente; (ii) 5% ou 175 mil toneladas no volume de vendas de resinas no mercado brasileiro; e (iii) 5% ou 128 mil toneladas no volume de vendas de principais químicos no mercado brasileiro.

Tais efeitos foram parcialmente compensados pelo impacto de R\$ 85 milhões (US\$ 14 milhões) de aumento nos custos de ociosidade e paradas programadas durante 2025 em relação a 2024 relacionados, principalmente, às paradas de manutenção programadas realizadas nas centrais petroquímicas do Rio de Janeiro, durante o 3T25, e da Bahia, durante o 4T25.

Adicionalmente, durante o ano de 2025, o CPV foi impactado positivamente pelos créditos de PIS/COFINS na compra de matéria-prima (REIQ) em R\$ 273 milhões (US\$ 46 milhões) e pelos créditos do Reintegra em R\$ 8,4 milhões (US\$ 1,5 milhão).

Nesse sentido, em 2025 o lucro bruto do segmento Brasil foi R\$ 3.123 milhões, menor em R\$ 1.122 milhões em relação a 2024, quando apresentou lucro bruto de R\$ 4.244 milhões.

ESTADOS UNIDOS E EUROPA

Spreads internacionais:

O spread de PP nos Estados Unidos permaneceu em linha na comparação com 2024 em função, principalmente, (i) da redução do preço do PP, explicada pela redução do preço do propeno com o aumento da oferta durante o ano dada a normalização das taxas de utilização na região; e (ii) da redução do preço do propeno explicado, principalmente, pelo aumento da oferta de propeno.

O spread de PP na Europa em 2025 foi menor 34% em relação a 2024 em função, principalmente, do menor preço de PP dada a menor demanda dos setores de construção civil, eletrodomésticos e automotivo durante o período.

Demanda:

A demanda de PP na América do Norte permaneceu em linha quando comparado com 2024, explicada, principalmente, pela otimização dos níveis de estoques na cadeia de transformação associada a manutenção dos níveis de demanda em relação ao ano anterior.

A demanda de PP na Europa foi maior em 3% quando comparada a 2024 em função, principalmente, da antecipação de compras na cadeia de transformação durante o 4T25, explicada pela redução do preço do PP Europa (-7%), combinado com o aumento da capacidade de produção da China durante o período, resultando em maiores níveis de importação para a Europa.

Indicadores operacionais:

A taxa de utilização média e o volume de vendas de PP do segmento Estados Unidos e Europa permaneceu em linha quando comparada a 2024.

A receita líquida do segmento EUA e Europa reduziu R\$ 3.044 milhões, ou 16%, para R\$ 16.400 milhões em 2025, ante R\$ 19.444 milhões em 2024, em função da redução de 17% e 7% nas referências internacionais de preço de PP nos Estados Unidos e na Europa, respectivamente.

O custo dos produtos vendidos do segmento Estados Unidos e Europa reduziu R\$ 1.747 milhões, ou 10%, para R\$ 16.279 milhões em 2025, de R\$ 18.026 milhões em 2024, principalmente como resultado da redução de 24% e 1% nas referências internacionais de preço de propano nos Estados Unidos e na Europa, respectivamente.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o lucro bruto do segmento Estados Unidos e Europa foi menor em R\$ 1.297 milhões, ou 91%, para R\$ 121 milhões em 2025, de R\$ 1.418 milhões em 2024.

MÉXICO

Spread internacional:

O spread de PE na América do Norte, em 2025, apresentou redução de 19% em função, principalmente, do menor preço de PE explicado, principalmente, (i) pela sobreoferta deste produto no ano, e pela redução dos fretes marítimos que estavam maiores em 2024, em função dos conflitos no Mar Vermelho; e (ii) pelo maior preço do etano em função, principalmente, do aumento do preço do gás natural e da maior demanda de etano no período.

Demanda:

A demanda de PE no México foi de 2,6 milhões de toneladas em 2025, apresentando um aumento de 3% em relação ao ano de 2024, em função, principalmente, do aumento da formação de estoques na cadeia relacionados (i) às incertezas tarifárias nos Estados Unidos; e (ii) às expectativas de aumento dos preços de PE.

A taxa de utilização das plantas de PE foi de 64% em 2025, 14 p.p. inferior em relação ao ano de 2024, explicada, principalmente, pela parada geral de manutenção programada na central petroquímica da Braskem Idesa ocorridas no 2T25 e no 3T25. O fornecimento médio de etano durante o ano foi de aproximadamente 41 mil barris por dia, inferior à média de cerca de 50 mil barris por dia fornecidos em 2024.

Indicadores operacionais:

Em 2025, as vendas de PE foram 16% inferiores quando comparadas a 2024, totalizando 708 mil toneladas, explicadas, principalmente, pela menor disponibilidade de produto para venda no 2T25 e 3T25 em função da parada geral de manutenção realizada nestes trimestres.

A receita líquida do segmento México reduziu R\$ 1.045 milhões, ou 20%, para R\$ 4.103 milhões em 2025, de R\$ 5.148 milhões em 2024, em função principalmente da (i) redução de 138 mil toneladas, ou 16%, no volume de vendas de PE no ano; e (ii) redução de 12% na referência internacional de preço de PE no mercado internacional.

O custo dos produtos vendidos do segmento no México aumentou em R\$ 1.699 milhões, ou 38%, para R\$ 6.200 milhões em 2025, de R\$ 4.501 milhões em 2024, principalmente em função do registro de perda por *impairment* no valor de R\$ 1.468 milhões, após a identificação de que os valores recuperáveis de ativos da Braskem Idesa eram inferiores aos respectivos valores contábeis.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o lucro bruto do segmento México reduziu R\$ 2.744 milhões, para um valor negativo de R\$ 2.097 milhões em 2025, de R\$ 647 milhões em 2024.

CONSOLIDADO

EBITDA Consolidado Ajustado

O EBITDA Consolidado Ajustado foi menor em R\$ 2.603 milhões, de R\$ 5.759 milhões em 2024, para R\$ 3.156 milhões em 2025. A redução em relação a 2024 é explicada, principalmente, pela redução de R\$ 4.441 milhões no lucro bruto,

de R\$ 5.997 milhões em 2024, para R\$ 1.556 milhões em 2025, função da redução de R\$ 6.694 milhões na receita líquida em comparação com 2024.

Estes efeitos foram parcialmente compensados (i) pelas provisões de multa contratual a receber sobre o atraso na construção do terminal de importação de etano no México de R\$ 225 milhões; (ii) pela redução de R\$ 173 milhões nas constituições de provisões para reparação de danos ambientais; (iii) do ajuste no laudo de avaliação referente a venda da Cetrel, de R\$ 43 milhões; e (iv) da aumento de R\$ 33 milhões em alienações de ativo imobilizado em função, principalmente, da venda de vagões nos Estados Unidos.

2.2.c – Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

As informações relacionadas a este item 2.2(c) encontram-se descritas no item 2.2(a) (ii) deste Formulário.

2.3 – Comentários dos diretores sobre mudanças nas práticas contábeis/opiniões modificadas e ênfases:

2.3.a – Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não há eventos significativos de alterações em práticas contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

2.3.b – Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Comentário sobre o relatório dos auditores externos independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

O relatório dos auditores independentes da Companhia sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 não conteve ressalvas. Já com relação ao parágrafo de ênfase referente às incertezas materiais e significativas sobre a continuidade operacional da Companhia, destaca-se que foram apresentadas aos auditores diversos plano de ação sobre as medidas que estão sendo atualmente adotadas para enfrentamento da deterioração da situação financeira da Companhia, oriunda, entre outras, do prolongado ciclo de baixa global da indústria petroquímica. Adicionalmente, nesse cenário, também não foram considerados quaisquer impactos dos recentes conflitos armados no Oriente Médio, com relevantes impactos nos insumos petroquímicos e cadeias logísticas que impactam os preços de venda dos produtos da Companhia.

2.4 – Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes nas DFs

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

2.4.a – Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.4.b – Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em junho de 2025, a Companhia concluiu a alienação da totalidade de sua participação na B&TC B.V. (“B&TC”), que detém 100% das ações da ER Plastics B.V. (“ER Plastics”), e de sua controlada integral ER Plastics, que atua no segmento de reciclagem mecânica de resíduos plásticos mistos em peças moldadas por compressão (placas para uso em construção e paletes). Em decorrência dessa operação, a Companhia reconheceu uma perda de R\$ 96 milhões.

Em janeiro de 2025, a Companhia decidiu reavaliar e descontinuar novos investimentos na Oxygea, veículo da Braskem é voltado para a transformação digital com startups no mercado. Tal decisão está alinhada ao direcionamento estratégico da Companhia de priorização de seus ativos e investimentos, tanto operacionais como estratégicos. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do investimento na Oxygea era de R\$ 79 milhões.

Em maio de 2025, foram constituídas mais quatro Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”) de titularidade da Braskem Trading and Shipping B.V., sociedade controlada indiretamente pela Companhia, com o objetivo principal de celebrar determinados contratos de frete marítimo e determinadas transações comerciais de compra e venda de produtos químicos e petroquímicos, sendo elas: Mares do Futuro Shipping B.V., Baita Futuro Shipping B.V., Bravo Futuro Shipping B.V. e Fortunate Future Shipping B.V.

Em junho de 2025, a Companhia concluiu a operação de aquisição de 100% das ações ordinárias classe B da sociedade Serra das Almas F1 Holding S.A. (“Serra das Almas”), equivalente a 49% do seu capital votante e 24,5% do seu capital total, passando a deter participação indireta em cinco SPEs controladas pela Serra das Almas, detentoras da outorga de autorização para a geração de energia eólica dos parques eólicos, quais sejam: Parque Eólico Serra das Almas I S.A., Parque Eólico Serra das Almas III S.A., Parque Eólico Serra das Almas IV S.A., Parque Eólico Serra das Almas V S.A. e Parque Eólico Serra das Almas VI S.A.

Em agosto de 2025, a Companhia concluiu a operação de aquisição de 100% das Ações Ordinárias Classe B da sociedade Folha Larga 1 Holding S.A. (“Folha Larga”), equivalente a 49,89% do seu capital votante e 24,95% do seu capital total, passando a deter participação indireta em quatro SPEs controladas pela Folha Larga e detentoras da outorga de autorização para a geração de energia eólica dos parques eólicos, quais sejam: Parque Eólico Ventos de São Januário 01 S.A., Parque Eólico Ventos de São Januário 04 S.A., Parque Eólico Ventos de São Januário 13 S.A. e Parque Eólico Ventos de São Januário 14 S.A.

2.4.c – Eventos ou operações não usuais

Evento Geológico - Alagoas

Em maio de 2019, o Serviço Geológico do Brasil (“CPRM”) divulgou um relatório indicando que o fenômeno geológico, identificado em determinados bairros do município de Maceió, Alagoas, estaria relacionado com as atividades de

exploração de poços de sal-gema desenvolvidas pela Braskem. A operação de extração de sal gema, a partir deste momento, foi totalmente encerrada pela Companhia.

Desde então, a Companhia tem empreendido seus melhores esforços na compreensão do fenômeno geológico, seus possíveis efeitos em superfície, na estabilidade das cavidades de sal-gema e na condução de medidas de precaução e proteção à segurança das pessoas. Os resultados advindos da compreensão do fenômeno geológico vêm sendo compartilhados com a Agência Nacional de Mineração (“ANM”) e demais autoridades pertinentes.

Como desdobramento do fenômeno geológico verificado, foram conduzidas tratativas com as autoridades públicas e regulatórias que resultaram em Termos de Acordo firmados, sendo os principais acordos:

- i) Termo de Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Riscos (“Acordo para Compensação dos Moradores”), firmado com o Ministério Público Estadual (“MPE”), Defensoria Pública Estadual (“DPE”), Ministério Público Federal (“MPF”) e Defensoria Pública da União (“DPU”), homologado judicialmente em 3 de janeiro de 2020, ajustado pelas suas resoluções e aditivos posteriores, que dispôs sobre ações cooperativas para a desocupação das áreas de risco, definidas no Mapa de Setorização de Danos e Linhas de Ações Prioritárias da Defesa Civil de Maceió (“Mapa da Defesa Civil”), sendo o segundo termo aditivo ao Termo de Acordo referente ao mapa emitido em dezembro de 2020 (versão 4), além da garantia da segurança das pessoas, prevendo o atendimento, pelo Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (“PCF”) implantado pela Braskem, da população situada nas áreas do Mapa da Defesa Civil. Com a homologação judicial do Acordo para Compensação dos Moradores, a Ação Civil Pública para Reparação dos Moradores, foi extinta;
- ii) Termo de Acordo para Extinguir a Ação Civil Pública Socioambiental (“ACP Reparação Socioambiental”) e o Termo de Acordo para definição de medidas a serem adotadas quanto aos pedidos liminares da Ação Civil Pública Socioambiental, conjuntamente “Acordo para Reparação Socioambiental”, firmado com MPF e interveniência do MPE em 30 de dezembro de 2020, no qual a Companhia se comprometeu, principalmente, a: (i) adotar as medidas para estabilização e monitoramento do fenômeno da subsidência decorrente da extração de sal-gema; (ii) reparar, mitigar ou compensar potenciais impactos e danos ambientais decorrentes da extração de sal-gema no Município de Maceió; e (iii) reparar, mitigar ou compensar potenciais impactos e danos sociourbanísticos decorrentes da extração de sal-gema no Município de Maceió. Com a homologação judicial deste acordo, a Ação Civil Pública para Reparação Socioambiental foi extinta;
- iii) Termo de Acordo para Implementação de Medidas Socioeconômicas Destinadas à Requalificação da Área do Flexal (“Acordo Flexal”), firmado com MPF, MPE, DPU e Município de Maceió e homologado em 26 de outubro de 2022 pela 3ª Vara Federal de Maceió, que estabelece adoção de ações de requalificação na região do Flexal, pagamento de compensação ao Município de Maceió e indenizações aos moradores desta localidade;
- iv) de Acordo Global com o Município de Maceió (“Termo de Acordo Global”) homologado em 21 de julho de 2023 pela 3ª Vara Federal de Maceió, que estabelece, dentre outros: (a) o pagamento de R\$ 1,7 bilhão a título de indenização, compensação e ressarcimento integral em relação a todo e qualquer dano patrimonial e extrapatrimonial ao Município de Maceió; (b) adesão do Município de Maceió aos termos do Acordo Socioambiental, incluindo o Plano de Ações Sociais (“PAS”); e

- v) Termo de Acordo com o Estado de Alagoas (“Acordo Estado”), celebrado em 10 de novembro de 2025, que estabelece, dentre outros: (a) o valor total de R\$ 1,2 bilhão a título de compensação, indenização e/ou ressarcimento ao Estado de Alagoas para a reparação integral de todo e qualquer dano patrimonial e extrapatrimonial estadual; (b) confere à Companhia a quitação integral por quaisquer danos decorrentes e/ou relacionados ao evento geológico de Alagoas, incluindo a extinção da Ação indenizatória do Estado de Alagoas. Do total de R\$ 1,2 bilhão estabelecido no acordo, R\$ 139 milhões (em base atualizada) já foram pagos. O saldo deverá ser quitado em 10 parcelas anuais variáveis corrigidas, principalmente após 2030, considerando a capacidade de pagamento da Companhia.

A Administração da Companhia, baseada em sua avaliação e dos seus assessores externos, levando em consideração os efeitos de curto e longo prazo dos estudos técnicos elaborados, as informações existentes e a melhor estimativa dos gastos para implementação das diversas medidas referentes ao evento geológico em Alagoas, apresenta as seguintes movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Provisões - Evento geológico Alagoas em R\$ milhões	2025	em 31 de dezembro de 2024
Saldo no início do exercício	5.570	5.240
Complemento de provisão (*)	320	2.237
Pagamentos e reclassificações (**)	(2.594)	(2.052)
Realização do ajuste a valor presente	207	145
Total	3.503	5.570
Passivo circulante	1.107	2.436
Passivo não circulante	2.396	3.134
Total	3.503	5.570

(*) a) A variação da provisão no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 refere-se, principalmente, (i) a celebração do Termo de Acordo com o Estado de Alagoas, (ii) a reversões a partir da atualização das estimativas de custos das ações das frentes de atuação em Alagoas, e (iii) da atualização do ajuste a valor presente pela remensuração de taxa de desconto e à estimativa de desembolsos ao longo dos anos. No exercício de 2024 a variação da provisão foi causada, principalmente, (i) pela atualização das estimativas de custos referentes ao plano de fechamento das frentes de lavra, (ii) pela implementação e avanço na maturidade de projetos e (iii) iniciativas e programas presentes nas frentes de atuação em Alagoas. b) Inclui atualização monetária/cambial no total de R\$ (4) (2024: R\$ 114) reportada na rubrica resultado financeiro.

(**) Deste montante, R\$ 1.348 milhões (2024: R\$ 1.819 milhões) referem-se a pagamentos efetuados e reclassificações de R\$ 1.246 milhões (2024: R\$ 233 milhões) para o grupo de Outras obrigações, que totaliza um saldo de R\$ 1.416 milhões (2024: R\$ 478 milhões) referente a contas a pagar do Evento geológico em Alagoas.

Os valores incluídos na provisão podem ser segregados entre as seguintes frentes de atuação:

a. Apoio na realocação e compensação: Refere-se às ações de apoio na realocação e compensação dos moradores, comerciantes e proprietários de imóveis localizados no Mapa da Defesa Civil, incluindo indenizações que pressupõe providências especiais para realocação, tais como hospitais, escolas e equipamentos públicos, sendo eles pertencentes a entes privados ou públicos.

Esta frente de atuação possui saldo de provisão no montante de R\$ 192 milhões (2024: R\$ 997 milhões) compreendendo gastos relacionados a ações como desocupação, auxílio aluguel, transporte de mudanças, negociação de acordos individuais para compensação financeira e indenizações relativas aos estabelecimentos que pressupõe providências especiais para sua realocação.

b. Ações para fechamento, monitoramento das cavidades de sal, ações ambientais e outros temas técnicos: Com base no resultado de sonares e estudos técnicos, foram definidas ações de estabilização e monitoramento para todas as 35 frentes de lavras existentes.

O plano de fechamento das 35 frentes de lavras está segregado atualmente da seguinte forma:

- (i) 18 cavidades possuem recomendação para preenchimento prioritário com material sólido. Até a presente data, 6 cavidades tiveram o preenchimento com areia concluído, 4 cavidades atingiram o limite técnico de preenchimento, 6 cavidades estão com o processo de preenchimento em andamento e 2 cavidades estão em fase de preparação e planejamento;
- (ii) 6 cavidades foram naturalmente preenchidas e, por isso, não indicam, neste momento, a necessidade de medidas adicionais;
- (iii) 11 cavidades permanecem dentro da camada de sal e aptas à pressurização. No final do ano de 2024, a Companhia, baseada na nota técnica emitida por consultoria especializada, considerou a recomendação do preenchimento destas cavidades pressurizadas com material sólido, a longo prazo, isto é, no decorrer de vários anos a décadas, e após a conclusão do plano de preenchimento atual, com a finalidade de atingir um estado livre de manutenção para as 35 cavidades, adequado para o fechamento definitivo do campo.

Reitera-se que qualquer necessidade de ações adicionais é avaliada de forma contínua pela Companhia e são baseadas em estudos técnicos preparados por especialistas externos, cujas recomendações podem ser atualizadas periodicamente de acordo com a evolução do evento geológico e do conhecimento adquirido, sendo submetidas às autoridades competentes e seguindo os prazos pactuados no âmbito do plano de fechamento de mina, que é público e regularmente reavaliado com a ANM. A subsidência é um processo dinâmico presente na área do mapa de linhas de ações prioritárias e deve continuar a ser monitorada durante e após as ações previstas no plano de fechamento. Os resultados das atividades de monitoramento serão importantes para avaliar a necessidade de potenciais ações futuras, com foco na segurança e no acompanhamento da estabilidade da região. Quaisquer potenciais ações futuras podem resultar em custos e despesas adicionais relevantes que podem diferir das estimativas e provisões atuais.

O saldo provisionado de R\$ 1.730 milhões (2024: R\$2.607 milhões) para implementação das ações para fechamento, monitoramento das cavidades de sal, ações ambientais e outros temas técnicos foi calculado com base nas técnicas conhecidas até o momento e soluções previstas para as condições atuais das cavidades, incluindo gastos com estudos técnicos e monitoramento, bem como com as ações ambientais já identificadas. O valor da provisão poderá ser alterado com base em novas informações, tais como: resultado do monitoramento das cavidades, avanço da implementação dos planos de fechamento das frentes de lavras, eventuais alterações que possam ser necessárias no plano ambiental, acompanhamento dos resultados das medidas em andamento e outras possíveis alterações naturais.

Em relação às ações ambientais, atendendo ao estabelecido no Acordo para Reparação Socioambiental, a Braskem segue implementando as ações do plano ambiental aprovado junto ao MPF, assim como compartilhando os resultados de suas ações com as autoridades. Como um dos desdobramentos do colapso da cavidade 18, ocorrido em dezembro 2023, conforme prevê o Acordo de Reparação Socioambiental, foi concluído o Diagnóstico Ambiental e Plano Ambiental específico para avaliação de potenciais impactos causados pelo colapso da referida cavidade, realizado pela empresa especializada contratada, cujo relatório foi cientificado pelo MPF em fevereiro de 2026, e o plano de ação segue em andamento.

c. Medidas sociourbanísticas: Refere-se às ações em atendimento às medidas sociourbanísticas nos termos do Acordo para Reparação Socioambiental assinado em 30 de dezembro de 2020 para adoção de ações e medidas nas áreas

desocupadas, ações de mobilidade urbana e de compensação social, indenização por danos sociais e danos morais coletivos e eventuais contingências relacionadas às ações nas áreas desocupadas e de mobilidade urbana. Até o momento, dos 11 projetos definidos para mobilidade urbana, 6 já foram concluídos, 3 estão em andamento e os outros 2 seguem em planejamento. Em relação ao Plano das Ações Sociourbanísticas (“PAS”), das 44 ações previstas, que poderão ser alteradas conforme definição junto às autoridades, 35 são de responsabilidade da Braskem (2 estão concluídas e 8 estão em execução) e 9 são de responsabilidade do Município de Maceió, custeadas pela Companhia. O saldo atual da provisão é de R\$ 793 milhões (2024: R\$ 1.141 milhões).

d. Medidas adicionais: Refere-se às ações relacionadas a: (i) ações referentes aos Instrumentos de Cooperação Técnica firmados pela Companhia; (ii) gastos relacionados a comunicação, conformidade, jurídico, dentre outros; (iii) medidas adicionais de apoio à região e manutenção das áreas, incluindo as ações de requalificação e indenização destinadas para região dos Flexais; e (iv) outros assuntos classificados como obrigação presente para a Companhia, ainda que não formalizada. O saldo atual das medidas adicionais descritas neste item totaliza R\$ 788 milhões (2024: R\$ 825 milhões).

Em 10 de novembro de 2025, a Braskem e o Estado de Alagoas celebraram o Acordo Estado, prevendo o pagamento total de R\$ 1,2 bilhão, dos quais R\$ 139 milhões (em bases atualizadas) já tinham sido pagos. O saldo restante, classificado para Outras obrigações, deverá ser quitado em 10 parcelas anuais variáveis corrigidas, principalmente após 2030. A Companhia já havia provisionado R\$ 467 milhões para indenização de danos patrimoniais ao Estado de Alagoas. O Acordo Estado estabelece a compensação, indenização e/ou ressarcimento ao Estado de Alagoas para a reparação integral de todo e qualquer dano patrimonial e extrapatrimonial estadual e confere à Companhia a quitação integral por quaisquer danos decorrentes e/ou relacionados ao evento geológico de Alagoas, incluindo a extinção da Ação indenizatória do Estado de Alagoas.

As provisões da Companhia são baseadas nas estimativas e premissas atuais e podem sofrer atualizações futuras decorrentes de novos fatos e circunstâncias, incluindo, mas não se limitando a: mudanças no prazo, escopo, método e efetividade dos planos de ação; novas repercussões ou desdobramentos do fenômeno geológico, incluindo eventual revisão do Mapa da Defesa Civil; eventuais estudos que indiquem recomendações de especialistas, inclusive do Comitê de Acompanhamento Técnico, conforme Acordo para Compensação dos Moradores e outros novos desenvolvimentos do tema.

As ações para reparar, mitigar ou compensar potenciais impactos e danos ambientais, conforme previsão do Acordo para Reparação Socioambiental, estão em andamento e eventualmente novas medidas podem ser necessárias e serão consolidadas como parte das medidas de um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (“PRAD”).

A Companhia tem avançado nas tratativas com entes privados e públicos a respeito de outros pleitos indenizatórios, aprofundando o seu conhecimento, podendo ensejar em futuros acordos. Embora possam ocorrer desembolsos futuros como resultado de tais tratativas, até o momento, a Companhia não consegue prever os resultados e o prazo para sua conclusão, assim como seu eventual escopo e gastos totais associados, além daqueles já provisionados.

Em 21 de maio de 2024, foi aprovado o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (“CPI”), instaurada pelo Senado Federal, em 13 de dezembro de 2023, com propósito de investigar os efeitos da responsabilidade jurídica socioambiental da Companhia relacionada ao evento geológico em Alagoas. Nesta data, foi declarada encerrada a referida CPI, com posterior encaminhamento do relatório final às instituições pertinentes.

Há, também, procedimentos administrativos relacionados ao evento geológico em Alagoas em andamento perante o Tribunal de Contas da União (“TCU”) e a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). A Companhia informa que vem acompanhando os temas e seus desdobramentos.

Em outubro de 2025, o MPF apresentou denúncia baseada no relatório final da Polícia Federal de outubro de 2024. A Companhia reitera que está e sempre esteve à disposição das autoridades e irá se manifestar oportunamente nos autos do processo.

Adicionalmente, não é possível antecipar todos os novos pleitos, de natureza indenizatória ou naturezas diversas, que poderão ser apresentados por indivíduos ou grupos, inclusive entes públicos ou privados, que entendam ter sofrido impactos e/ou danos de alguma forma relacionados ao fenômeno geológico e à desocupação das áreas de risco, bem como novos autos de infração ou sanções administrativas de naturezas diversas. A Braskem ainda enfrenta e pode enfrentar procedimentos administrativos e diversas ações judiciais, inclusive ações individuais movidas por pessoas físicas ou jurídicas não atendidas pelo PCF ou que discordem da compensação financeira oferecida para liquidação individual, novas demandas coletivas e ações movidas por concessionárias de serviço público, entes da administração direta ou indireta do Estado, dos Municípios ou União, não sendo possível estimar, neste momento, a quantidade de eventuais ações, sua natureza ou valores envolvidos.

Consequentemente, a Companhia não pode descartar futuros desdobramentos relacionados a todos os aspectos do evento geológico de Alagoas, ao processo de realocação e ações nas áreas desocupadas e adjacentes, de modo que os custos a serem incorridos pela Braskem poderão ser materialmente diferentes de suas estimativas e provisões.

Ações judiciais em curso

Os passivos contingentes com prognóstico de perda avaliado como possível pela administração da Companhia, baseada em sua avaliação e dos seus assessores jurídicos externos, relacionadas ao evento geológico em Alagoas, são divulgados conforme segue (em milhões de reais):

Ações judiciais em curso - Evento geológico Alagoas em R\$ milhões	em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Processos de natureza cível – Alagoas ⁽¹⁾	8.036	9.241
Processos de natureza ambiental - Alagoas	96	85
Total ⁽²⁾	8.132	9.326

Nota 1: Valores apresentados líquidos da parcela de provisão de compensação e realocação dos equipamentos públicos localizados no Mapa da Defesa Civil (versão 4) abarcados por pleitos judiciais relacionadas ao tema.

Nota 2: Abrange as ações com prognóstico de perda possível detalhadas abaixo e outras de menor valor envolvido, incluindo Ações Cíveis Públicas relacionadas à realocação de certos equipamentos públicos contidos na região.

Vide nota explicativa “23.1 – Ações judiciais” em curso de suas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025 para mais informações sobre estas ações judiciais em curso referentes ao Evento Geológico de Alagoas.

Acordos de Leniência

No contexto das alegações de pagamentos indevidos no âmbito da Operação Lava Jato no Brasil, a Companhia contratou especialistas em investigação interna para conduzirem uma investigação independente de tais alegações (“Investigação”) e reportarem os seus resultados.

Em dezembro de 2016, a Companhia celebrou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal (“Acordo MPF”) e com as autoridades dos Estados Unidos e Suíça (“Acordo Global”), no valor de US\$957 (R\$3,1 bilhões à época), os quais foram devidamente homologados. Ainda, a Companhia se engajou em processo de cooperação e negociação com a Controladoria Geral da União (“CGU”) e a Advocacia Geral da União (“AGU”), que culminou com a assinatura de acordo de leniência com referidas autoridades em 31 de maio de 2019 (“Acordo CGU/AGU” e, em conjunto com o

Acordo Global, simplesmente “Acordos”), que trata dos mesmos fatos objetos do Acordo Global e prevê um desembolso adicional de R\$410, em função dos cálculos e parâmetros utilizados pela CGU e a AGU. Adicionalmente, em 2019, o Ministério Público da Bahia e o Ministério Público do Rio Grande do Sul aderiram ao Acordo CGU/AGU, sem previsão de pagamentos adicionais por parte da Companhia. Desde 2016, a Companhia já pagou R\$ 3.405 milhões, distribuídos conforme quadro abaixo:

Pagamentos por entidade em milhões de R\$	Valores acumulados até em 31 de dezembro de 2025					
	AGU, CGU e MPF	DoJ ⁽¹⁾	OAG ⁽¹⁾	MPF	SEC ⁽¹⁾	Total
Pagamentos Realizados	1.213	297	407	1.282	206	3.405

Nota 1: U.S. Department of Justice (“DoJ”); Swiss Office of the Attorney General (“OAG”) e U.S. Securities Exchange Commission (“SEC”).

Em agosto de 2023, a Companhia foi notificada pela CGU sobre o encerramento do período de monitoramento do programa de integridade, a qual também apresentou o Termo de Encerramento.

Em fevereiro de 2024, foi proferida decisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (“ADPF”) nº 1051, determinando a renegociação de acordos de leniência. Em dezembro de 2024, a Companhia assinou Termo Aditivo ao Acordo CGU/AGU para ajuste no cronograma de pagamentos e outras obrigações e condições, conforme abaixo. O MPF concordou com as condições do Termo Aditivo ao Acordo CGU/AGU:

- (i) 2025: R\$ 35 milhões
- (ii) 2026: R\$ 35 milhões
- (iii) 2027: R\$ 55 milhões
- (iv) 2028 a 2030: parcelas de cerca de R\$ 158 milhões cada.

O Aditivo CGU/AGU será submetido à homologação pelo Supremo Tribunal Federal – STF, nos autos da ADPF.

Em decorrência do aditivo, a Companhia reconheceu um estorno de R\$ 112 milhões no valor da provisão do acordo de leniência.

2.5 – Medições não contábeis

Consistente com práticas de mercado, a Companhia divulga medidas não contábeis que não consistem em medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (“IFRS”). A administração acredita que a apresentação dessas medidas fornece informações úteis para que os acionistas e mercado em geral tenham um melhor entendimento da performance operacional e dos resultados financeiros da Companhia. Entretanto, estas medidas não contábeis não têm significados e metodologias padronizados e podem não ser diretamente comparáveis com métricas de nome igual ou similar publicadas por outras companhias devido a diferentes metodologias de cálculo ou devido a itens que podem ser objeto de interpretação. Ainda que as medidas não contábeis sejam usadas frequentemente pelo mercado em geral e pela administração da Companhia para análise de sua posição financeira e operacional, os acionistas e o mercado em geral não devem basear suas decisões de investimento nessas informações como um substituto para as medidas contábeis ou como indicativo de resultados futuros.

As informações incluídas neste item 2.5 foram preparadas com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia e devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes das demonstrações financeiras individuais e

consolidadas da Companhia e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no site de Relação com Investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

2.5.a – Informar o valor das medições não contábeis

Medições não contábeis	31 de dezembro de 2025 Em milhões de R\$
EBITDA Consolidado	2.866
EBITDA Consolidado Ajustado	3.156
<i>Margem EBITDA Consolidada (%)</i>	<i>4%</i>
<i>Margem EBITDA Consolidada Ajustada (%)</i>	<i>4%</i>
EBITDA Ajustado excluindo Braskem Idesa e suas controladas	2.864
Dívida Bruta Consolidada	66.188
Dívida Braskem Idesa e suas controladas	14.308
Dívida Bruta Ajustada (excluindo Braskem Idesa e suas controladas)	51.881
Caixa e Aplicações Financeiras Consolidado	11.867
Caixa Braskem Idesa e suas controladas	233
Caixa Exclusivo de Alagoas	138
Contas reserva⁽¹⁾	122
Caixa e Aplicações Financeiras (excluindo Braskem Idesa e suas controladas, e o Caixa Exclusivo de Alagoas)	11.373
Dívida Líquida	40.507
Acordo Global	673
Dívida Líquida Ajustada	41.180
Alavancagem Financeira em R\$	14,38x

Nota 1: Valor referente a contas reserva vinculadas ao cumprimento de obrigações contratuais.

Valores Consolidados	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 em milhões de US\$
EBITDA Consolidado	500
EBITDA Consolidado Ajustado	557
<i>Margem EBITDA Consolidada (%)</i>	<i>4%</i>
<i>Margem EBITDA Consolidada Ajustada (%)</i>	<i>4%</i>
EBITDA Ajustado excluindo Braskem Idesa e suas controladas	508
Dívida Bruta Consolidada	12.029
Dívida Braskem Idesa e suas controladas	2.600
Dívida Bruta Ajustada (excluindo Braskem Idesa e suas controladas)	9.429
Caixa e Aplicações Financeiras Consolidado	2.157

Caixa Braskem Idesa e suas controladas	42
Caixa Exclusivo de Alagoas	25
Contas reserva ⁽¹⁾	22
Caixa e Aplicações Financeiras (excluindo Braskem Idesa e suas controladas, o Caixa Exclusivo de Alagoas e Contas reserva)	2.067
Dívida Líquida	7.362
Acordo Global	122
Dívida Líquida Ajustada	7.484
Alavancagem Financeira em US\$	14,74x

Nota 1: Valor referente a contas reserva vinculadas ao cumprimento de obrigações contratuais.

EBITDA Consolidado, EBITDA Consolidado Ajustado, EBITDA Ajustado excluindo Braskem Idesa e suas controladas, Margem EBITDA Consolidada, Margem EBITDA Consolidada Ajustada

O EBITDA Consolidado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), conciliada com suas demonstrações financeiras e corresponde ao lucro (prejuízo) líquido do período acrescido (i) do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos; (ii) do resultado financeiro líquido; e (iii) da depreciação e amortização.

A partir do EBITDA Consolidado, a Companhia divulga as medições não contábeis consolidadas EBITDA Consolidado Ajustado, EBITDA Ajustado excluindo Braskem Idesa e suas controladas, Margem EBITDA Consolidada e Margem EBITDA Consolidada Ajustada.

A Companhia define EBITDA Consolidado Ajustado como EBITDA Consolidado acrescido (i) da perda por *impairment* de cerca de R\$ 1.415 milhões no segmento México; (ii) do resultado da hibernação da planta de cloro-soda em Alagoas no montante de R\$ 797 milhões; (iii) da (Reversão) provisão do evento geológico em Alagoas de 324 milhões; (iv) do deságio relacionado à venda de direitos creditórios de R\$ 208 milhões; (v) da Provisão (reversão) para perdas de ativos de longa duração no montante de R\$ 105 milhões; (vi) do Resultado de participações societárias no montante negativo de R\$ 9 milhões; (vii) pela reversão da provisão de imposto retido na fonte da Braskem Netherlands B.V. relacionado aos conceitos da reforma tributária internacional (Pilar Dois) no montante negativo de R\$ 150 milhões; (viii) do resultado do reconhecimento do crédito de PIS/COFINS no montante negativo de R\$ 293 milhões; (ix) do resultado do reconhecimento de créditos presumidos de PIS/COFINS no âmbito do REIQ Industrial e do REIQ Investimentos no montante negativo de R\$ 437 milhões; e (x) do crédito tributário no montante negativo de R\$ 1.670 milhões referentes à dedução da Cide-Combustíveis paga do PIS/COFINS devidos na comercialização de gasolina desde 2004.

O EBITDA Ajustado excluindo Braskem Idesa e suas controladas corresponde ao EBITDA Consolidado Ajustado, mencionado acima, subtraído do EBITDA da Braskem Idesa e de suas controladas bem como dos efeitos de consolidação das empresas.

A Margem EBITDA Consolidada corresponde ao percentual do EBITDA Consolidado dividido pela receita líquida de vendas e serviços consolidada, e a Margem EBITDA Consolidada Ajustada corresponde ao percentual do EBITDA Consolidado Ajustado dividido pela receita líquida de vendas e serviços consolidada.

A Companhia utiliza os indicadores não contábeis EBITDA Consolidado, EBITDA Consolidado Ajustado, EBITDA Ajustado excluindo Braskem Idesa, Margem EBITDA Consolidada e Margem EBITDA Consolidada Ajustada para medir seu desempenho operacional consolidado, pois acredita facilitar a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que correspondem a indicadores utilizados para avaliar os resultados financeiros de uma Companhia, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros.

O EBITDA Consolidado, EBITDA Consolidado Ajustado, o EBITDA Ajustado excluindo Braskem Idesa e suas controladas, a Margem EBITDA Consolidada e a Margem EBITDA Consolidada Ajustada não são medidas estabelecidas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS) e são apenas informações adicionais às suas demonstrações contábeis e não devem ser utilizados como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional; (iii) indicadores de desempenho operacional, de forma isolada com relação a outros indicadores contábeis; ou (iv) indicadores de liquidez, de forma separada de outros indicadores contábeis.

Dívida Bruta Consolidada, Dívida Líquida Ajustada e Alavancagem Financeira (Dívida Líquida Consolidada/EBITDA Consolidado Ajustado)

A Dívida Bruta Consolidada da Companhia corresponde à somatória dos financiamentos e debêntures (circulante e não circulante). A Dívida Bruta Consolidada menos o caixa e equivalentes de caixa, e menos as aplicações financeiras (circulante e não circulante), resulta na Dívida Líquida Consolidada da Companhia.

A partir da Dívida Líquida Consolidada e do EBITDA Consolidado Ajustado, a Companhia divulga a medição não contábil Alavancagem Financeira, que é calculada como Dívida Líquida Consolidada Ajustada dividida pelo EBITDA Consolidado Ajustado dos últimos doze meses.

Dívida Bruta Consolidada, Dívida Líquida Ajustada e Alavancagem Financeira não são medidas estabelecidas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular Dívida Bruta Consolidada, Dívida Líquida Ajustada e Alavancagem Financeira de maneira diferente da Companhia. A Companhia entende que as medições da Dívida Bruta Consolidada, Dívida Líquida Ajustada e Alavancagem Financeira são úteis na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

2.5.b – Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA Consolidado, EBITDA Consolidado Ajustado, Margem EBITDA Consolidada e Margem EBITDA Consolidada Ajustada

Valores Consolidados	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 em milhões de R\$
Lucro (prejuízo) Líquido do período	(10.960)
(+) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos	8.116
(+) Resultado financeiro	1.038
(+) Depreciação e amortização	4.673
EBITDA Consolidado ⁽¹⁾	2.866
(+) Provisão (reversão) para perdas de ativos de longa duração ⁽²⁾	105
(+) Resultado de participações societárias ⁽³⁾	(9)
(+) Acordo de Leniência	–
(+) (Reversão) provisão do evento geológico em Alagoas ⁽⁴⁾	324
(+) Provisão hibernação CS-AL	797
(+) Outros não recorrentes ⁽⁵⁾	(926)
EBITDA Consolidado Ajustado ⁽¹⁾	3.156

Receita Líquida de Vendas e Serviços Consolidada	70.717
Margem EBITDA Consolidada (%)	4%
Margem EBITDA Consolidada Ajustada (%)	4%

Nota 1: O EBITDA Consolidado e o EBITDA Consolidado Ajustado correspondem, respectivamente, ao EBITDA Básico e ao EBITDA Recorrente em outros documentos divulgados pela Companhia incluindo, mas não se limitando, release de resultados trimestrais, apresentações para investidores, relatório anual da administração e de Sustentabilidade.

Nota 2: Representa as constituições (estornos) de provisões para perdas na recuperação dos ativos de longa duração, bem como o ganho (perda) líquido decorrente da venda de participações societárias. Esses efeitos foram ajustados para formação do EBITDA Consolidado Ajustado, uma vez que não há expectativa de realização financeira associada a tais eventos e, se houver, será capturada nas devidas contas da demonstração do resultado.

Nota 3: Corresponde à equivalência patrimonial dos investimentos em empresas coligadas e controladas em conjunto.

Nota 4: Corresponde a provisão (reversão) referente ao evento geológico em Alagoas registrada em cada período que impacta resultado em "Outras Receitas (Despesas) Líquidas".

Nota 5: Corresponde (i) ao deságio relacionado à venda de direitos creditórios; (ii) do resultado do reconhecimento do crédito de PIS/COFINS; (iii) do crédito tributário referentes à dedução da Cide-Combustíveis paga do PIS/COFINS devidos na comercialização de gasolina desde 2004; (iv) da perda por impairment no segmento México; (v) pela reversão da provisão de imposto retido na fonte da Braskem Netherlands B.V. relacionado aos conceitos da reforma tributária internacional (Pilar Dois); e (v) do resultado do reconhecimento de créditos presumidos de PIS/COFINS no âmbito do REIQ Industrial e do REIQ Investimentos.

Dívida Bruta Consolidada, Dívida Líquida Ajustada e Alavancagem Financeira (Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Consolidado Ajustado)

Valores Consolidados	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 em milhões de R\$
Financiamentos e debêntures consolidado (circulante) ⁽¹⁾	20.772
Financiamentos e debêntures consolidado (não circulante) ⁽¹⁾	45.356
Derivativo Swap CRA (ativo)/passivo líquido	60
Dívida Bruta Consolidada	66.188
Financiamentos Braskem Idesa e suas controladas (circulante)	12.504
Financiamentos Braskem Idesa e suas controladas (não circulante)	1.803
Dívida Bruta Ajustada (excluindo Braskem Idesa e suas controladas)	51.881
Caixa e Equivalentes de Caixa (circulante) ⁽²⁾	10.501
Aplicações Financeiras (circulante) ⁽²⁾	1.336
Aplicações Financeiras (não circulante)	29
Caixa e Equivalentes de Caixa Braskem Idesa e suas controladas (circulante)	233
Caixa Exclusivo de Alagoas	138
Contas reserva ⁽³⁾	122
Caixa e Aplicações Financeiras (excluindo Braskem Idesa e suas controladas, o Caixa Exclusivo de Alagoas e Contas reserva)	11.373
Dívida Líquida	40.507
Acordo Global	673
Dívida Líquida Ajustada ⁽⁴⁾	41.180
EBITDA Consolidado Ajustado	3.156

EBITDA Ajustado excluindo Braskem Idesa e suas controladas

2.864

Alavancagem Financeira (Dívida Líquida Consolidada / EBITDA Consolidado Ajustado) ⁽³⁾

14,38x

Nota 1: Considera Financiamentos da Braskem Idesa e suas controladas (circulante e não circulante)

Nota 2: Considera Caixa e Equivalentes de Caixa da Braskem Idesa e suas controladas (circulante)

Nota 3: Valor referente a contas reserva vinculadas ao cumprimento de obrigações contratuais.

Nota 4: A Dívida Líquida Ajustada, corresponde a Dívida Bruta ajustada (excluindo a dívida da Braskem Idesa e suas subsidiárias) menos Caixa e Aplicações Financeiras (excluindo Braskem Idesa e suas controladas, o Caixa Exclusivo de Alagoas e Contas reserva) acrescido das obrigações no âmbito do Acordo Global no valor de R\$ 673 milhões ao final de 2025.

2.5.c – Motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA Consolidado, EBITDA Consolidado Ajustado, EBITDA Ajustado excluindo Braskem Idesa e suas controladas, Margem EBITDA Consolidada e Margem EBITDA Consolidada Ajustada

A Companhia utiliza o EBITDA Consolidado, EBITDA Consolidado Ajustado, EBITDA Ajustado excluindo Braskem Idesa e suas controladas, Margem EBITDA Consolidada e a Margem EBITDA Consolidada Ajustada como indicadores financeiros, pois acredita que esses indicadores são medidas de cálculo do resultado consolidado da Companhia, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros.

Vale ressaltar que o EBITDA Consolidado, EBITDA Consolidado Ajustado, EBITDA Ajustado excluindo Braskem Idesa e suas controladas, Margem EBITDA Consolidada e a Margem EBITDA Consolidada Ajustadas são informações adicionais às demonstrações financeiras e não devem ser utilizados em substituição aos resultados auditados pois não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas normas contábeis internacionais (IFRS).

Dívida Bruta Consolidada, Dívida Líquida Consolidada e Alavancagem Financeira (Dívida Líquida Consolidada/EBITDA Consolidado Ajustado)

A Companhia entende que as medições da Dívida Bruta Consolidada, Dívida Líquida Consolidada e Alavancagem Financeira (Dívida Líquida Consolidada/EBITDA Consolidado Ajustado) refletem melhor o seu endividamento e sua alavancagem financeira.

Vale ressaltar que a Dívida Bruta Consolidada, Dívida Líquida Consolidada e Alavancagem Financeira (Dívida Líquida Consolidada/EBITDA Consolidado Ajustado) são informações adicionais às demonstrações financeiras e podem ser medidas suplementares para acionistas e o mercado em geral em suas análises da condição financeira e do desempenho operacional da Companhia.

2.6 – Eventos subsequentes as demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e emitidas em 26 de março de 2026.

Foram verificados os seguintes eventos subsequentes às demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2025, nos termos das regras previstas no Pronunciamento Técnico CPC 24, aprovado pela Resolução CVM nº105/2022:

Em janeiro de 2026, a Companhia tomou ciência do ajuizamento de uma Ação Civil Pública pela DPE e pela Associação dos Empreendedores e Vítimas da Braskem, pleiteando danos materiais e morais para os empreendedores que exploram negócios na área de borda do mapa. Adicionalmente, em caráter liminar, requerem a criação de um fundo emergencial de apoio aos empreendedores com aporte inicial pela Braskem de R\$ 400 mil para subsidiar empréstimos em benefício dos empreendedores. As partes autoras atribuíram à causa o valor de R\$ 2 bilhões. A Companhia, suportada pela opinião de seus assessores jurídicos externos, classifica a chance de perda da ação como possível.

No primeiro trimestre de 2026, a Companhia foi notificada de duas novas cobranças no valor total de R\$ 1,2 bilhão, sobre tributos federais diversos compensados com créditos de PIS e COFINS não cumulativos, gerados em decorrência da exclusão do ICMS da base de cálculo das referidas contribuições. A Companhia, suportada pela opinião de seus assessores jurídicos externos, classifica as chances de perdas dessas ações como possível.

2.7 – Destinação de resultados

(a) regras sobre retenção de lucros

O Estatuto Social da Companhia não prevê nenhuma reserva estatutária, conforme faculta o artigo 194 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

Contudo, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar sobre a constituição de outras reservas, bem como sobre a retenção de lucros, conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações.

(a.i) valores das retenções de lucros

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou prejuízo.

(a.ii) percentuais em relação aos lucros totais declarados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(b) regras sobre distribuição de dividendos

Dividendo obrigatório: De acordo com o Estatuto Social da Companhia, 25,0% do lucro líquido do exercício será destinado ao pagamento de dividendos obrigatórios, observadas as vantagens legais e estatutárias das ações preferenciais Classe “A” e “B”.

Dividendo prioritário: As ações preferenciais classes “A” e “B” possuem igual prioridade na distribuição em cada exercício, de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) sobre seu valor unitário (obtido através da divisão do capital social pelo total de ações em circulação), de acordo com os lucros disponíveis para distribuição aos acionistas. As ações ordinárias somente terão direito a dividendo depois do pagamento dos dividendos das ações preferenciais.

Depois de cumprido o disposto no parágrafo anterior e assegurado às ações ordinárias o dividendo de 6% (seis por cento) incidente sobre seu valor unitário, as ações preferenciais classe “A” concorrerão em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de lucro remanescente. As ações preferenciais classe “B” não participarão de lucros remanescentes após o recebimento, por elas, do dividendo mínimo referido anteriormente.

Havendo sobra do dividendo obrigatório após o pagamento do dividendo prioritário, será ela aplicada: no pagamento às ações ordinárias de um dividendo até o limite do dividendo prioritário das ações preferenciais; e se ainda houver saldo remanescente, na distribuição de um dividendo adicional às ações ordinárias e às preferenciais classe “A”, em igualdade de condições, de modo que cada ação ordinária ou preferencial classe “A” receba o mesmo dividendo.

(c) periodicidade das distribuições de dividendos

Em linha com a Lei das Sociedades por Ações e com a Política de Dividendos da Companhia, a deliberação sobre a destinação do lucro líquido da Companhia, apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras auditadas da Companhia, compete à Assembleia Geral Ordinária a realizar-se dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social. Sem prejuízo, é facultado à Companhia o levantamento de balanços trimestrais e/ou semestrais e, havendo lucro, o Conselho de Administração pode aprovar a distribuição de dividendos antecipados, vedada a distribuição “ad referendum” da Assembleia Geral, nos termos do parágrafo 4º do artigo 47 do Estatuto Social e observadas as disposições legais. Adicionalmente, o Conselho de Administração pode declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, nos termos da Lei e do Estatuto

Social.

(d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possui restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

(d.i) Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Dividendos, aprovada em 20/06/2018 pelo Conselho de Administração da Companhia, a qual encontra-se disponível nos websites da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br), estabelecendo as atribuições e responsabilidades relacionadas às distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, em conformidade ou em complemento ao previsto na legislação e regulamentação aplicável.

2.8 – Itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

2.8.a – Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*):

Conforme divulgado na nota 32 (Obrigações Contratuais) das Demonstrações Financeiras, a Companhia possui obrigações contratuais de longo prazo decorrentes de contratos firmados para a compra de energia elétrica, vapor e água, utilizados como insumos no processo produtivo da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, estes compromissos totalizavam R\$ 13.583 milhões, enquanto o total, ao final de 2024, era de R\$ 8.355 milhões e deverão ser liquidados até 2045.

2.8.b – Outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

2.9 – Comentários sobre Itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

2.9.a – como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há qualquer item relevante que não esteja evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

2.9.b – natureza e o propósito da operação

Não há qualquer item relevante que não esteja evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

2.9.c – natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há qualquer item relevante que não esteja evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

2.10 – Plano de Negócios

Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

2.10.a – Investimentos

Investimentos 2025

Ao final de 2025, a Braskem (ex-Braskem Idesa e ex-REIQ Investimentos) realizou investimentos corporativos de cerca de R\$ 2.364 milhões (US\$ 434 milhões), que foram utilizados principalmente para: (i) a parada geral de manutenção da central petroquímica no Rio de Janeiro; (ii) as paradas programadas em plantas de resinas; (iii) a aquisição de sobressalentes para continuidade operacional; e (iv) a aquisição de terreno adjacente a planta de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro.

Adicionalmente, a Companhia anunciou a execução de projetos no âmbito do REIQ Investimentos, que consiste no crédito presumido de 1,5% de PIS/COFINS vinculados a investimentos na ampliação de capacidade instalada da indústria química brasileira. Em 2025, a Companhia avançou na implementação dos projetos e registrou cerca de R\$ 322 milhões em créditos fiscais líquidos através do REIQ Investimentos. Esse montante está relacionado principalmente a investimentos para implementação do projeto Transforma Rio, em tecnologia para a eficiência na cadeia de resinas e na adequação de processo para produção industrial de novos grades de copolímeros.

Com relação a Braskem Idesa, os investimentos ao final de 2025 totalizaram cerca de R\$ 896 milhões (US\$ 160 milhões), dos quais (i) R\$ 397 milhões (US\$ 70 milhões) são relacionados a finalização da construção do terminal de importação de etano, por meio da Terminal Química Puerto México (TQPM); e (ii) R\$ 499 milhões destinados principalmente à parada programada de manutenção geral, a iniciativas de confiabilidade e integridade dos ativos e a Segurança, Saúde e Meio Ambiente (“SSMA”).

Investimentos 2026

O total de investimentos previsto para ser realizado em 2026 pela Braskem (ex-Braskem Idesa e ex-REIQ Investimentos) é de R\$ 2.565 milhões, que serão utilizados principalmente para: (i) paradas programadas de manutenção da central petroquímica do Rio Grande do Sul e de outras plantas de resinas no Brasil; (ii) investimentos regulatórios e relacionados à segurança operacional e de processo; (iii) integridade mecânica dos ativos e de aquisição de sobressalentes para continuidade operacional; (iv) investimentos em desenvolvimentos tecnológicos e (v) aquisição de terreno industrial no polo industrial de Duque de Caxias no Rio de Janeiro.

Em outubro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a realização do investimento para aumento da capacidade base etano de sua central petroquímica do Rio de Janeiro em 220 mil toneladas de eteno por ano e de volumes equivalentes de polietileno. O valor total estimado do investimento no Projeto é de aproximadamente R\$ 4,2 bilhões, podendo variar em até 30% dado o atual estágio de maturidade do Projeto. A implementação do Projeto, com estimativa de conclusão para o final de 2028, está condicionada à obtenção de financiamento, adicionalmente aos recursos já aprovados no âmbito do benefício do REIQ Investimentos para 2025 e 2026.

Com relação a Braskem Idesa e suas subsidiárias, o investimento total previsto para ser realizado em 2026 é de R\$ 242 milhões (US\$ 44 milhões), dos quais cerca de R\$ 234 milhões (US\$ 42 milhões) será direcionado para investimentos operacionais de manutenção e operação do complexo petroquímico e para projetos relacionados à eficiência

operacional, como manutenção, produtividade e SSMA), e cerca de R\$ 8 milhões (US\$ 2 milhões) serão direcionados, principalmente, para gastos com pessoas, considerando a fase de comissionamento do terminal.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia busca financiar o seu plano de investimentos preferencialmente, com linhas de financiamento contratadas junto a agentes governamentais (inclusive instituições de fomento), brasileiros e internacionais. Adicionalmente, a Companhia utiliza crédito presumido de 1,5% PIS/COFINS vinculados ao REIQ Investimentos, aplicáveis a projetos elegíveis para a indústria química brasileira. A decisão do financiamento depende da estratégia financeira da Companhia e da elegibilidade dos investimentos às linhas disponíveis.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Ao final de 2025, não havia processo de desinvestimento total de ativos materiais e estratégicos em andamento.

Em linha com os seus pilares estratégicos, a Braskem mantém seu foco no retorno ao capital investido, no fortalecimento da sua liderança e no crescimento em biopolímeros. Nesse contexto, a Companhia avalia, de forma constante, o seu portfólio de ativos de forma a direcionar as suas decisões estratégicas de potenciais desinvestimentos futuros.

2.10.b – desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há processo de aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos relevantes que possa influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

2.10.c – novos produtos e serviços, indicando:

2.10.c (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A área de Inovação & Tecnologia (I&T) da Braskem atua alinhada ao direcionamento estratégico da companhia, refletindo sua visão de futuro e o compromisso com a transformação da indústria química. A área conta com uma estrutura global formada por 352 profissionais distribuídos em centros de pesquisa, laboratórios e plantas piloto de última geração, dedicados a desenvolver pesquisas que atendem às necessidades dos clientes, sendo:

- (a) 2 centros de tecnologia e inovação localizados em Triunfo, Brasil, e Pittsburgh, Estados Unidos;
- (b) 2 núcleos técnicos de polímeros situados em Wesseling, Alemanha, e Coatzacoalcas, México;
- (c) 1 núcleo de desenvolvimento de tecnologias de processo localizado em Mauá, Brasil; e
- (d) 2 núcleos de pesquisa em químicos renováveis situados em Campinas, Brasil, e Boston, Estados Unidos.

Com base nessa estrutura, foram desenvolvidos projetos e iniciativas alinhados ao objetivo que sustentam a perpetuidade do negócio por meio do Programa de Transformação da Braskem, que reúne iniciativas estruturadas em três pilares:

- a. **Otimização base nafta:** compreende a implementação da estratégia para os ativos base nafta buscando maior rentabilidade e geração de caixa.
 - Em 2025 foram iniciadas ações para transformar a operação da planta de cloro-soda, em Alagoas, em uma unidade de movimentação de volumes de dicloreto (‘‘EDC’’), com o

objetivo de aumentar a competitividade das operações de PVC e torná-la mais sustentável. Como parte desse processo, a produção de cloro-soda foi hibernada em setembro de 2025 e parte da infraestrutura existente foi redirecionada para operações logísticas de movimentação de EDC.

- b. **Aumento e flexibilidade da base gás: considerando a maior competitividade do gás perante a nafta, os projetos visam** (i) viabilização de projetos de aumento de capacidade base gás (etano/propano/HLR); (ii) expansão da flexibilidade das centrais petroquímicas no Brasil; e (iii) garantia de estabilidade operacional, através da estabilidade no fornecimento/recebimento de matéria-prima.
- Faz parte desse pilar o projeto Transforma Rio, anunciado em fevereiro de 2025, que visa a expansão da capacidade da central petroquímica do Rio de Janeiro em 220 mil toneladas de eteno por ano e de volumes equivalentes de PE. Em 24 de outubro de 2025, foi anunciada a aprovação da realização do investimento pelo Conselho de Administração da Braskem. O valor total estimado do investimento é de aproximadamente R\$ 4,2 bilhões, podendo variar em até 30% dado o atual estágio de maturidade do projeto. A implementação do Projeto, com estimativa de conclusão para o final de 2028, está condicionada à obtenção de financiamento, adicionalmente aos recursos já aprovados no âmbito do benefício do REIQ Investimentos para 2025 e 2026. A estimativa é de que cerca de 80% do projeto seja desembolsado a partir de 2027.
- c. **Migração para produtos com fonte renováveis:** o objetivo de ampliar sua capacidade produtiva para 1 milhão de toneladas anuais até 2030, reforçando a vantagem competitiva em renováveis.
- Dentre as iniciativas em andamento, destacam-se: (i) a joint venture Sustainea, em parceria com a Sojitz, que estuda a construção de plantas para produção de MEG (monoetilenoglicol) de origem renovável ("bioMEG") e de MPG (monopropilenoglicol) de origem renovável ("bioMPG"), atualmente na fase de desenvolvimento de escopo e engenharia. Dentre os principais marcos, destacam-se os acordos estratégicos que viabilizaram o acesso a processos proprietários para produção de bioMEG e suporte técnico especializado durante todo o projeto; (ii) a joint venture Braskem Siam, em parceria com a SCG Chemicals, que avalia a construção da primeira planta de eteno verde fora do Brasil, na Tailândia. O projeto avançou em 2025 na fase de detalhamento da engenharia além de avanços relacionados aos acordos de fornecimento de etanol com players locais. A decisão final de investimento (FID) é esperado para final de 2026, e representa um importante passo no projeto de implementação do primeiro parque industrial da companhia na Ásia.

Em 2025, a Companhia manteve o seu foco no desenvolvimento de soluções tecnológicas que impulsionam a competitividade, a satisfação contínua de seus clientes, a sustentabilidade e a transição para uma economia circular e de baixo carbono. Ao final de 2025, o portfólio da Braskem contava com 108 projetos em inovação e tecnologia, mais de 440 clientes foram apoiados pela equipe, e 35 novos pedidos de patente e 51 extensões foram realizados.

A partir de 2025, a Companhia adotou uma nova métrica para refletir com maior precisão suas prioridades estratégicas e a alocação de recursos. O indicador mensura o percentual global de investimentos em inovação direcionados a projetos com impacto positivo em sustentabilidade, como iniciativas de base biológica e tecnologias de reciclagem, considerando as despesas operacionais e de capital ("CAPEX") diretamente associadas a esses projetos. Conforme a metodologia definida, 49% do capital de inovação atualmente está voltado para iniciativas sustentáveis, com meta de alcançar 60% até 2030.

Em 2025, o total investido pela área de Inovação & Tecnologia (I&T) da Braskem foi de R\$ 404,8 milhões.

2.10.d – oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG:

A Braskem definiu em 2024 o direcionamento estratégico com frentes de atuação para o ciclo 2025–2027, com base em três pilares: resiliência e hígidez financeira, transformação e fundação, gerando impacto positivo para todos os stakeholders. O pilar de transformação é orientado pelo Programa de Transformação, com foco na transformação das operações da Braskem com a estratégia *Switch to Gas and Fly up to Green*. Essa transformação tem como objetivo garantir maior resiliência e rentabilidade diante das mudanças da indústria petroquímica global, ao mesmo tempo em que reforça o compromisso da empresa com o desenvolvimento sustentável e a agenda de combate à mudança climática. O programa está estruturado em três pilares:

- a. **Otimização base nafta:** compreende a implementação da estratégia para os ativos base nafta buscando maior rentabilidade e geração de caixa.
- b. **Aumento e flexibilidade da base gás:** (i) viabilização de projetos de aumento de capacidade base gás (etano/propano/HLR); (ii) expansão da flexibilidade das centrais petroquímicas no Brasil; e (iii) garantia de estabilidade operacional, através da estabilidade no fornecimento recebimento de matéria-prima.
- c. **Expansão do portfólio de produtos com fonte renováveis:** o objetivo de ampliar sua capacidade produtiva para 1 milhão de toneladas anuais até 2030.

A Braskem tem objetivos alinhados com o desenvolvimento sustentável e um histórico comprovado na implementação de iniciativas bem-sucedidas que reforçam a sustentabilidade e a mitigação das mudanças climáticas. Alinhado ao Plano Global da Companhia, a Braskem vê a descarbonização de seus ativos como uma oportunidade relacionada a ASG. Neste sentido, foi criado o Programa de Descarbonização, um plano de descarbonização industrial com o objetivo de estruturar o plano de negócio e avançar em iniciativas que promovam a redução de 15% das emissões absolutas de CO₂ equivalente (escopos 1 e 2) até 2030. Em 2025, a Braskem seguiu avançando no Programa de Descarbonização, fortalecendo suas linhas de atuação em melhoria contínua, eficiência energética, eletrificação e transição da matriz energética. Desde o início do programa, já foi alcançado mais de 1,5 milhão de toneladas de CO₂e reduzidas em relação ao *baseline*, considerando a média de 2018 a 2020. As iniciativas focam nos ativos atualmente em operação da Braskem e têm como instrumento metodológico a MACC – Curva Marginal de Abatimento de Carbono e o *Roadmap* de Descarbonização Industrial – Portfolio de Iniciativas de descarbonização priorizadas.

Alinhado com a Migração para produtos com fontes renováveis, a Companhia segue avançando em sua Joint Venture com a SCG Chemicals, a Braskem Siam Company Ltda, para viabilizar a produção de bioeteno na Tailândia. A planta será projetada para ter capacidade de 200 mil toneladas, a partir da tecnologia *EtE Evergreen™* – tecnologia própria, oriunda da parceria entre Braskem e Lummus Technology. Essa iniciativa representa o primeiro parque industrial da Companhia na Ásia e contribuirá para o atingimento de seus objetivos de longo prazo. Em 2025, o projeto avançou na fase de detalhamento da engenharia, estudo necessário para obter o custo e design final da construção da unidade de desidratação de etanol, para a produção de bioeteno. Além disso, o projeto teve avanços relacionados aos acordos e fornecimento de etanol com players locais, incluindo a solução logística para esse fornecimento e inclusão em Zona Franca pelo departamento de alfândega da Tailândia.

Adicionalmente, em parceria com a Sojitz (empresa sediada no Japão), foi criada a Sustainea, joint venture voltada para a produção e comercialização de bioMEG, matéria-prima usada na produção de PET (politereftalato de etila), e de bioMPG, que pode ser utilizado em aplicações para construção civil, uso industrial e cosméticos. Em 2023, a Sustainea produziu a primeira garrafa feita de PET de origem renovável a partir do uso do bioMEG, que foi aprovada em testes regulatórios para contato com alimentos. Em 2025, os principais marcos foram acordos estratégicos que

viabilizaram o acesso a processos proprietários para produção de bioMEG e suporte técnico especializado durante todo o projeto.

BRASKEM S.A.

C.N.P.J. nº 42.150.391/0001-70
N.I.R.E. 29300006939

Companhia Aberta

ANEXO II

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BRASKEM S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2026

Indicação de candidatos indicados pela Novonor e pela Petrobras para ocupar cargos de membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, nos termos do artigo 11, inciso I da Resolução CVM 81

7.3/7.4 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome		Órgão da Administração	Cargo Efetivo ocupado		Data de Eleição	Data da Posse
Héctor Núñez		Conselho de Administração	Presidente do Conselho de Administração		29/04/2026	29/04/2026
Nacionalidade	CPF	Prazo do mandato	Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte	
Brasileiro	249.498.638-94	2 anos (até AGO 2028)	18/11/2021	Sim	N/A	

Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)
30/10/1962	Administrador de Empresas	Sim	Comitê de Finanças e Investimentos	Membro do Comitê (Efetivo)	08/05/2024	08/05/2024	2 anos	08/12/2021

Experiência Profissional:

O Sr. Héctor Nuñez é candidato a membro efetivo e presidente do Conselho de Administração por indicação da acionista Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial, além de já ser membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia desde 18/11/2021, também por indicação da acionista Novonor, e reeleito em 19/04/2022 e 29/04/2024. Por indicação da mesma acionista, foi eleito Presidente do Conselho de Administração da Companhia em 03/02/2025. O Sr. Héctor Nuñez é executivo de alto nível, focado no cliente, estrategista de negócios internacionais com mais de 25 anos de sucesso gerenciando o crescimento, realizando a reengenharia de operações em dificuldades e iniciando startups pelos Estados Unidos e América do Sul. Atuou como CEO da Ri Happy Brinquedos S.A. por 9 anos, liderando transações para aquisição dos maiores varejistas especializados do Brasil. Ainda, atuou como CEO da Walmart Brasil, subsidiária da Walmart Stores, Inc. e em diversas posições de liderança na The Coca-Cola Company e empresas de seu grupo. De abril de 2021 até março de 2022, foi Presidente do Conselho de Administração da Novonor, tendo assumido, em março de 2022, o cargo de Diretor Presidente. Atuou, de janeiro de 2011 até dezembro de 2021, como Conselheiro Independente da Vulcabrás, e de abril de 2017 até maio de 2022, como Presidente do Conselho de Administração da Marisa S.A. Faz parte, ainda, do conselho da ONG Amigos do Bem. O Sr. Héctor Nuñez é graduado e possui MBA em Administração de Empresas pela Florida International University. O Sr. Héctor Nuñez declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que exerce cargo em organização do terceiro setor.

Condenações:

O candidato declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Órgão da Administração	Cargo Efetivo ocupado	Data de Eleição	Data da Posse
Olavo Bentes David	Conselho de Administração	Vice-Presidente do Conselho de Administração	29/04/2026	29/04/2026

Nacionalidade	CPF		Prazo do mandato		Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte	
Brasileiro	223.854.441-00		2 anos (até AGO 2028)		28/11/2024	Sim	N/A	
Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)
25/04/1961	Advogado/Geólogo	Sim	Comitê de Finanças e Investimentos	Membro do Comitê (Efetivo)	13/12/2024	13/12/2024	2 anos	13/12/2024
Experiência Profissional:								
O Sr. Olavo Bentes David Nuñez é candidato a membro efetivo e vice-presidente do Conselho de Administração por indicação da acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, além de já ser membro efetivo e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia desde 28/11/2024, também por indicação da acionista Petrobras. Iniciou sua carreira profissional como Geólogo em 1986, na Petrobras, onde trabalhou por mais de vinte anos como Geofísico de Prospeção de Petróleo nas áreas de aquisição de dados sísmico, processamento sísmico e novos negócios. A partir de 2006, passou a ser membro da Advocacia Geral da União (AGU), como Procurador Federal (admitido por concurso público). Foi chefe da coordenação de contencioso na seção da Procuradoria Federal de Criciúma/SC e subprocurador regional junto ao INSS na 2ª Região (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo). Atuando junto à Agência Nacional do Petróleo (ANP), o sr. Olavo Bentes foi Procurador-Geral Substituto até o início de 2014, quando passou a ocupar o cargo de Consultor Jurídico da recém-criada Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA). Na PPSA, onde permaneceu por mais de oito anos, concentrou-se na elaboração e negociação dos contratos de partilha de produção brasileiros, dos acordos de individualização da produção e dos contratos de comercialização de petróleo e gás natural da União. Em abril de 2022 retornou à Procuradoria Federal da AGU, onde atuou no contencioso de petróleo e gás natural, aposentando-se do serviço público em setembro. No mesmo mês, o Sr. Olavo Bentes incorporou-se ao quadro de advogados do escritório de advocacia Tauil e Chequer associado a Mayer Brown onde ocupou a posição de Legal Counsel na área de Direito do Petróleo e Gás Natural (Corporate e Merge & Acquisition), onde permaneceu até o mês de junho de 2024, quando passou à posição de Assessor da Presidência da Petrobras, cargo que ocupa até hoje. O Sr. Olavo Bentes é graduado em Geologia pela Universidade de Brasília (UnB) e em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Possui pós-graduação em Geofísica para a Prospeção de Petróleo pela Universidade Corporativa da Petrobras e especialização em Direito do Petróleo e do Gás Natural pelo PRH-36 (convênio ANP e UFRN). O Sr. Olavo Bentes David declara que é pessoa exposta politicamente, nos termos Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.								
Condenações:								

O candidato declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome			Órgão da Administração		Cargo Efetivo ocupado		Data de Eleição	Data da Posse
Carlos Plachta			Conselho de Administração		Conselheiro de Administração Independente (Titular)		29/04/2026	29/04/2026
Nacionalidade	CPF		Prazo do mandato		Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte	
Brasileiro	991.171.187-00		2 anos (até AGO 2028)		29/04/2024	Sim	N/A	
Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)
21/09/1963	Engenheiro Químico	Sim	Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	08/05/2024	08/05/2024	2 anos	08/05/2024

Experiência Profissional:

O Sr. Carlos Plachta é candidato a membro efetivo independente do Conselho de Administração por indicação da acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, além de já ser membro efetivo independente do Conselho de Administração da Companhia desde 29/04/2024, também por indicação da acionista Petrobras. É sócio, Diretor Presidente e Conselheiro das Indústrias Químicas Taubaté S.A. desde 2006. Foi sócio da Hidroclean Ltda. de janeiro de 1999 a julho de 2003. Possui experiência em elaboração e revisão de documentos de Engenharia; acompanhamento e otimização de produção em campo; scale-up de escala laboratorial para escala piloto para escala industrial; gerenciamento do projeto de ampliação da Unidade de Metanol da Prosint, no RJ; gerenciamento do projeto de ampliação da Unidade de Metanol da Metanor, na BA; gerenciamento do projeto de ampliação da Unidade de Metanol da Coppenor, na BA; gerenciamento do projeto de ampliação da capacidade da torre primária da Refinaria de Petróleo de Maguinhas, no RJ. Adicionalmente, possui experiência nas áreas comerciais, Financeira, de Custos e Turnaround. Possui graduação em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. O Sr. Carlos Plachta declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que não

exerce cargo em organização do terceiro setor. Com base em sua autodeclaração e na análise do Conselho de Administração, o Sr. Carlos Plachta foi caracterizado como membro independente baseado no critério de independência definido no Anexo K da Resolução CVM nº 80 e replicado em Política aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

Condenações:

O candidato declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome			Órgão da Administração		Cargo Efetivo ocupado		Data de Eleição	Data da Posse
Luiz Eduardo Valente Moreira			Conselho de Administração		Conselheiro de Administração (Efetivo)		29/04/2026	29/04/2026
Nacionalidade	CPF		Prazo do mandato		Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte	
Brasileiro	929.338.668-20		2 anos (até AGO 2028)		03/02/2025	Sim	N/A	
Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)
19/02/1957	Engenheiro Químico	Sim	Comitê de Pessoas e Organização	Coordenador	26/02/2025	26/02/2025	2 anos	2025

Experiência Profissional:

O Sr. Luiz Eduardo Valente Moreira é candidato a membro efetivo do Conselho de Administração por indicação da acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, além de já ser membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia desde 03/02/2025, também indicado pela acionista Petrobras. Trabalha há 45 anos no Sistema Petrobras, onde já ocupou diversas funções gerenciais, tais como: Superintendente da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR) de setembro de 1999 a julho de 2000; Gerente Geral de Tecnologia de Refino no Abastecimento (AB-RE/TR) de dezembro de 2001 a abril de 2005; Gerente Geral da Refinaria Henrique Lage (REVAP) de maio de 2005 a setembro de 2008; Gerente Geral da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Bahia (FAFEN-BA) de setembro de 2008 a setembro de 2009; Gerente Executivo de Gás e Energia Gás-Química e Liquefação (GE-GQL) de setembro de 2009 a agosto de 2013; Diretor do projeto “Comperj Petroquímico” na Braskem de setembro de 2013 a maio de 2015; Gerente Executivo de Segurança, Meio

Ambiente e Saúde (SMS) de junho de 2015 até março de 2018; Gerente Executivo de Industrial (Refino) de abril de 2018 até abril de 2019; Vice-presidente de Projetos e Tecnologias Digitais na Petroquímica Braskem de abril de 2019 até junho de 2020; Diretor de Serviços da Petrobras Transporte – Transpetro de julho de 2020 até setembro de 2021; Presidente da Transpetro de setembro de 2021 até abril de 2023; e Diretor Superintendente da Fábrica Carioca de Catalisadores desde maio de 2023 até a presente data. O Sr. Luiz Valente Moreira é formado em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1980, tendo iniciado sua carreira na Petrobras neste mesmo ano, em 10/03/1980. É Pós-Graduado em Engenharia de Processamento de Petróleo, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e possui MBA Executivo pela COPPEAD (UFRJ). O Sr. Luiz Eduardo Valente Moreira declara que é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Condenações:

O candidato declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome			Órgão da Administração		Cargo Efetivo ocupado		Data de Eleição	Data da Posse
Paulo Roberto Britto Guimarães			Conselho de Administração		Conselheiro de Administração (Efetivo)		29/04/2026	29/04/2026
Nacionalidade	CPF		Prazo do mandato		Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte	
Brasileiro	253.779.305-68		2 anos (até AGO 2028)		29/04/2024	Sim	N/A	
Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)
21/07/1960	Engenheiro Químico	Sim	Comitê de Estratégia, Comunicação e ESG	Membro do Comitê (Efetivo)	08/05/2024	08/05/2024	2 anos	08/05/2024
Experiência Profissional:								

O Sr. Paulo Roberto Guimarães é candidato a membro efetivo do Conselho de Administração por indicação da acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, além de já ser membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia desde 29/04/2024, também por indicação da acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Atuou como Superintendente de Atração de Investimentos e Fomento ao Desenvolvimento Econômico da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM) de 2009 a 2014 e atua como Superintendente de Atração de Investimentos e Fomento ao Desenvolvimento Econômico da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) do Estado da Bahia desde 2015, tendo estado interinamente à frente da Secretaria entre abril e maio de 2015, abril e maio de 2018 e entre março e maio de 2022, além de participar em diversas missões internacionais do Governo do Estado da Bahia, muitas assessorando ou representando o Governador do Estado da Bahia (2010 – 2023). Desde abril de 2024, ocupa a Presidência da Bahiainveste - Empresa Baiana de Ativos. Ocupou os cargos de Coordenador do Curso de Engenharia Química, Chefe do Departamento de Engenharia e Arquitetura e Coordenador do Mestrado em Energia da Universidade Salvador UNIFACS, onde também atuou como professor titular até 2017, pesquisador e professor permanente do Mestrado em Energia, professor colaborador do Doutorado Multi-institucional em Engenharia Química (UFBA/UNIFACS) e professor do Curso de Graduação em Engenharia Química, tendo ocupado, ainda, os cargos de Coordenador Técnico do Programa de Monitoramento da Qualidade de Combustíveis PMQC da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ANP na Bahia até 2014 e de titular do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e do Conselho Universitário (CONSUNI). Ocupou o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Empresa Baiana de Ativos S.A. – Bahiainveste entre 2017 e 2024 e como Membro Titular do Conselho de Administração da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral CBPM, do qual foi Presidente entre abril e julho de 2023, tendo atuado como Presidente do Conselho Fiscal da Empresa Baiana de Pesca Bahia Pesca de 2015 a 2023, titular em diversos períodos do Conselho Curador da Fapesb Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia e titular do Conselho Regional de Química da Bahia CRQ 7ª Região. Tem experiência nas áreas de Engenharia Química e Energia, com ênfase em petróleo e petroquímica, energias renováveis, hidrogênio verde, transição energética, catálise, termodinâmica, modelagem e simulação, combustíveis, derivados de petróleo e regulação da indústria de petróleo, nas quais coordenou e participou de diversos projetos de pesquisa e de engenharia, com financiamento de empresas (Petrobras, Braskem, Ford etc.) e agências de fomento (Fapesb, ANP e MCT/CNPq/FINEP/CTPetro). O Sr. Paulo Roberto Guimarães possui graduação em Engenharia Química pela Universidade Federal da Bahia, mestrado em Engenharia Química pela Universidade Estadual de Campinas e doutorado em Engenharia Química pela Universidade de Leeds, Inglaterra. O Sr. Paulo Roberto Guimarães declara que é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que exerce cargo em organização do terceiro setor.

Condenações:

O candidato declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome			Órgão da Administração		Cargo Efetivo ocupado		Data de Eleição	Data da Posse
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha			Conselho de Administração		Conselheiro de Administração Independente (Efetivo)		29/04/2026	29/04/2026
Nacionalidade	CPF		Prazo do mandato		Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte	
Brasileiro	299.637.297-20		2 anos (até AGO 2028)		20/12/2019	Sim	N/A	
Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)
04/12/1949	Engenheiro	Sim	Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	10/11/2025	10/11/2025	2 anos - até 1º RCA após AGO 2026	10/11/2025

Experiência Profissional:

O Sr. José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha é candidato a membro efetivo independente do Conselho de Administração por indicação da acionista Novnor S.A. – Em Recuperação Judicial, além de já ser membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia desde 20/12/2019, também por indicação da acionista Novonor, e reeleito em 29/05/2020, 19/04/2022 e 29/04/2024. Em 03/02/2025, o Sr. José Mauro deixou de exercer as funções de Presidente do Conselho de Administração, passando a atuar como membro efetivo. O Sr. José Mauro foi Presidente do Conselho de Administração da Novonor até janeiro de 2024, Diretor Presidente da Novonor de abril de 2021 até março de 2022, e membro do Conselho de Administração da Oi S.A., de setembro de 2018 até setembro de 2020, tendo anteriormente atuado como Presidente do Conselho de Administração da Oi S.A. desde 2009. Iniciou sua carreira como funcionário do BNDES, onde exerceu diversas funções e ocupou diversos cargos executivos (de 1974 a 1990), tendo sido também nomeado Diretor (de 1991 a 1998) e Vice-Presidente, responsável pelas áreas de Operações Industriais, Jurídica e Assuntos Fiscais (de 1998 a 2002). Suas principais experiências profissionais incluem: (i) Membro titular do Conselho de Administração da Telemar Participações S.A. (de 2008 até a incorporação da Telemar Participações S.A., em setembro de 2015); (ii) Membro Titular do Conselho de Administração da Vale S.A. (de 2010 a abril de 2015); (iii) Diretor Presidente interino da Oi S.A., em 2013; (iv) Presidente do Conselho e Administração das seguintes empresas: Tele Norte Leste Participações S.A. (de 1999 a 2003 e de 2007 a 2012), onde também atuou como Membro Suplente do Conselho de Administração, em 2006; Telemar Norte Leste S.A. (de 2007 a 2012); TNL PCS S.A. (de 2007 a 2012); Tele Norte Celular Participações S.A. (de 2008 a 2012); Coari Participações S.A. (de 2007 a 2012); Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A., anteriormente denominada Calais Participações S.A. (de 2007 a dezembro de 2016); (v) Membro Titular do Conselho de Administração da Log-In Logística Intermodal S.A.

(de 2007 a 2011); (vi) Membro Titular do Conselho de Administração da Lupatech S.A. (de 2006 a 2012); (vii) Membro titular do Conselho de Administração da Santo Antonio Energia S.A. (de 2008 a 2016); (viii) Membro Titular do Conselho de Administração das seguintes Companhias: (a) Braskem S.A. (de 2007 a 2010), na qual exerceu anteriormente o cargo de Vice-Presidente de Planejamento Estratégico (de 2003 a 2005); (b) LIGHT Serviços de Eletricidade S.A. (de 1997 a 2000); (c) Aracruz Celulose S.A. (de 1997 a 2002); (d) Politeño Indústria e Comércio S.A. (de 2003 a 2004); (e) BANESTES S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo (de 2008 a 2009); e (f) Pharol, SGPS, S.A. (de 2015 a 2017). O Sr. José Mauro graduou-se em engenharia mecânica pela Universidade Católica de Petrópolis, no Rio de Janeiro, em 1971. Concluiu o Executive Program in Management na Anderson School, Universidade da Califórnia, em dezembro de 2002. O Sr. José Mauro declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que exerce cargo em organização do terceiro setor. Com base em sua autodeclaração e na análise do Conselho de Administração, o Sr. José Mauro foi caracterizado como membro independente baseado no critério de independência definido no Anexo K da Resolução CVM nº 80 e replicado em Política aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

Condenações:

O candidato declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Com relação a processos administrativos da CVM, o candidato foi condenado no âmbito do Processo Administrativo Sancionador PAS CVM 19957.004416/2016-00 (mantido em âmbito recursal no MF-CRSFN-CVM 10372.100118/2023-67).

Nome			Órgão da Administração		Cargo Efetivo ocupado		Data de Eleição	Data da Posse
Gesner José de Oliveira Filho			Conselho de Administração		Conselheiro de Administração Independente (Efetivo)		29/04/2026	29/04/2026
Nacionalidade	CPF		Prazo do mandato		Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte	
Brasileiro	013.784.028-47		2 anos (até AGO 2028)		27/06/2017	Sim	N/A	
Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)
17/05/1956	Economista	Sim	Comitê de Conformidade	Coordenador	08/05/2024	08/05/2024	2 anos	09/08/2017

			e Auditoria Estatutário					
Experiência Profissional:								
O Sr. Gesner José de Oliveira Filho é candidato a membro efetivo independente do Conselho de Administração por indicação da acionista Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial, além de já ser membro efetivo independente do Conselho de Administração desde 27/06/2017, também, por indicação da acionista Novonor e reeleito em 30/04/2018, 29/05/2020, 19/04/2022 e 29/04/2024. É certificado pelo IBGC como conselheiro independente e membro de Comitê de Auditoria CcoAud+; membro do Conselho de Administração da TIM, onde coordena o Comitê de Auditoria Estatutário e membro do Comitê ESG; presidente do Conselho de Administração da Estre Ambiental; e membro do Conselho de Autorregulação da FEBRABAN. Além disso, é membro da Academia Internacional de Direito e Economia (AIDE), a título pro bono é membro do Conselho Consultivo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), do Movimento + Água do Pacto Global da ONU Brasil e do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO). Ele é Diretor da Divisão de Saneamento Básico do Departamento de Infraestrutura (DEINFRA) da FIESP e membro do Conselho Superior de Infraestrutura (COINFRA) da FIESP. Também é sócio da GO Associados e Professor da FGV – Fundação Getúlio Vargas, onde coordena o Centro de Estudos de Infraestrutura e Soluções Ambientais. Ele atuou como Presidente do Conselho de Administração da KWPPar, membro do Conselho Consultivo Mundial da UBER e dos Conselhos de Administração da Iguá, Usiminas, Sabesp, CESP, Banco Nossa Caixa e Varig; adicionalmente, entre 2007 e 2011, foi presidente da SABESP – Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo, e entre 1996 e 2000 foi presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). O Sr. Gesner Oliveira é Phd pela Universidade da Califórnia (Berkeley), mestre pela Unicamp e bacharel pela FEA-USP, na área de Economia. O Sr. Gesner de Oliveira declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor. Com base em sua autodeclaração e na análise do Conselho de Administração, o Sr. Gesner de Oliveira foi caracterizado como membro independente baseado no critério de independência definido no Anexo K da Resolução CVM nº 80 e replicado em Política aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.								
Condenações:								
O candidato declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.								

Nome	Órgão da Administração	Cargo Efetivo ocupado	Data de Eleição	Data da Posse
João Pinheiro Nogueira Batista	Conselho de Administração	Conselheiro de Administração (Efetivo)	29/04/2026	29/04/2026

Nacionalidade	CPF		Prazo do mandato		Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte	
Brasileiro	546.600.417-00		2 anos (até AGO 2028)		16/04/2019	Sim	N/A	
Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)
13/08/1956	Economista	Sim	Comitê de Estratégia, Comunicação e ESG	Coordenador	10/11/2025	13/11/2025	2 anos - até 1º RCA após AGO 2026	13/11/2025

Experiência Profissional:

O Sr. João Nogueira é candidato a membro efetivo do Conselho de Administração por indicação da acionista Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial, além de já ser membro efetivo do Conselho de Administração da Braskem S.A. desde 16/04/2019, também por indicação da acionista Novonor S.A., e reeleito em 29/05/2020, 19/04/2022 e 29/04/2024. Atua há mais de 20 anos em Conselhos de Administração de empresas no Brasil e no exterior e atualmente é conselheiro no Instituto de Reciclagem do Adolescente – Recicla, organização do terceiro setor. O Sr. João Nogueira ocupou o cargo de CEO da Marisa Lojas de fevereiro de 2023 a fevereiro de 2024, assim como de Presidente do Conselho de Administração da Companhia Docas do Espírito Santo S/A – Porto de Vitória de início de 2022 até abril de 2024. Foi membro independente do Conselho de Administração da Wiz Soluções e Corretagem de Seguros de abril de 2020 até abril de 2022; membro do Conselho de Administração da Atvos Agroindustrial S.A. - Em Recuperação Judicial até janeiro de 2023; e CEO da Voltz Participações S.A. até janeiro de 2022. No Grupo Novonor, foi membro independente dos Conselhos de Administração da Odebrecht Engenharia e Construção desde junho de 2017 e da Ocyan desde abril de 2018, nos quais permaneceu até janeiro de 2019, quando ingressou no Conselho de Administração da Novonor e permaneceu até abril de 2021. Em sua ampla carreira executiva construída nos setores público e privado, foi CEO da Swiss Re, da Bertin S.A. e da Suzano Petroquímica, bem como ocupou diretorias em empresas como Petrobras, Dresdner Bank, Citibank, Radiobras e Siderbras. O Sr. João Nogueira é Economista pela PUC-RJ e tem MBA em Engenharia Econômica - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro. O Sr. João Nogueira declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que exerce cargo em organização do terceiro setor, conforme destacado em seu currículo.

Condenações:

O candidato declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome			Órgão da Administração		Cargo Efetivo ocupado		Data de Eleição	Data da Posse
Juliana Sá Vieira Baiardi			Conselho de Administração		Conselheiro de Administração (Efetivo)		29/04/2026	29/04/2026
Nacionalidade	CPF		Prazo do mandato		Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte	
Brasileiro	930.530.705-10		2 anos (até AGO 2028)		19/04/2022	Sim	N/A	
Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)
14/02/1974	Engenheira	Sim	Comitê de Pessoas e Organização	Membro do Comitê (Efetivo)	08/05/2024	08/05/2024	2 anos	08/05/2024

Experiência Profissional:

A Sra. Juliana Baiardi é candidata a membro efetiva do Conselho de Administração por indicação da acionista Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial, além de já ser membro efetiva do Conselho de Administração da Companhia desde 19/04/2022, também por indicação da acionista Novonor, e reeleita em 29/04/2024. Desde novembro de 2024, a Sra. Juliana Baiardi é Diretora Vice-Presidente de Planejamento e Gestão da Simpar S.A. Anteriormente, ingressou no grupo Novonor em agosto de 2011, permanecendo até novembro de 2023, onde atuou em diversos cargos, incluindo: Líder de Negócios-Participações da Novonor, de junho de 2022 a outubro de 2023; membro do Conselho de Administração da OTP (Odebrecht Transportes), de Junho de 2019 até Novembro de 2024; assessora da presidência da Novonor, de abril de 2021 a junho de 2022; vice-presidente do Conselho de Administração da Odebrecht Engenharia e Construção, de outubro de 2019 até junho de 2022; Diretora Presidente da Atvos, de maio de 2019 a fevereiro de 2021; Diretora Presidente da OTP, de maio de 2017 a maio de 2019; Diretora-Presidente da Odebrecht Ambiental, de setembro de 2016 a abril de 2017; Diretora Financeira da Odebrecht Ambiental, de fevereiro de 2016 a setembro de 2016; e Diretora de Logística da OTP, de agosto de 2011 a fevereiro de 2016. Antes de ingressar no Grupo Novonor, a Sra. Juliana Baiardi trabalhou durante 10 anos no JP Morgan nas áreas de Investment Banking na América Latina e Private Equity. Ela também trabalhou no Dresdner Bank no Brasil no setor de Project Finance de 1997 a 1999. A Sra. Juliana Baiardi é graduada em Engenharia Civil pela UFBA - Universidade Federal da Bahia e possui MBA pela Columbia Business School, em Nova York. A Sra. Juliana Sá Vieira Baiardi declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Condenações:

A candidata declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome			Órgão da Administração		Cargo Efetivo ocupado		Data de Eleição	Data da Posse
Mauricio Dantas Bezerra			Conselho de Administração		Conselheiro de Administração (Efetivo)		29/04/2026	29/04/2026
Nacionalidade	CPF		Prazo do mandato		Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte	
Brasileiro	861.028.185-04		2 anos (até AGO 2028)		28/11/2024	Sim	N/A	
Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)
20/04/1975	Advogado	Sim	Comitê de Estratégia, Comunicação e ESG	Membro do Comitê (Efetivo)	13/12/2024	13/12/2024	2 anos	13/12/2024

Experiência Profissional:

O Sr. Mauricio Dantas Bezerra é candidato a membro efetivo do Conselho de Administração por indicação da acionista Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial, além de já ser membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia desde 28/11/2024, também por indicação da acionista Novonor. Ele possui experiência executiva como líder de equipes nas áreas jurídica e governança corporativa, com atuação em funções estratégicas com atribuições relevantes nos últimos 16 anos no Brasil e no exterior. Possui sólida formação na condução de negociações difíceis, diagnóstico de problemas intrincados, desenvolvimento e execução de estratégias em situações complexas e multifacetadas, com participação em conselhos de administração de companhias e joint ventures. Tem experiência em coordenação do trabalho de escritórios de advocacia e consultores, com papel central na definição e condução das estratégias negociais e processuais, bem como na condução, no Brasil e exterior, de operações de M&A, estruturação de projetos de infraestrutura e negociações de acordos de leniência com diversas autoridades. Possui experiência, ainda, em mercado de capitais, operações financeiras, planejamento tributário e contencioso estratégico, inclusive atuando na formação de jurisprudência em casos líderes em tribunais superiores, bem como atuação executiva e orientada a negócios, integrando o centro decisório e de planejamento estratégico. O Sr. Mauricio Dantas Bezerra atua, desde 2022, como Vice-Presidente

Jurídico e Governança Corporativa da Novonor S.A., cargo ocupado por ele também de 2018 a 2020. Foi Sócio Fundador da VMB Jurídica, onde atuou na condução de projetos complexos de 2020 a 2022. De 2016 a 2018 foi Diretor Jurídico da Construtora Norberto Odebrecht e de 2013 a 2016 foi Diretor Jurídico e de Governança Corporativa da Odebrecht Ambiental S.A. Na Braskem S.A., foi Diretor Jurídico de 2008 a 2012, onde foi responsável pelas áreas societária e mercado de capitais, M&A, projetos, financeiro, tributária, comercial, trabalhista, propriedade intelectual, ambiental, concorrencial (CADE), arbitragem e contencioso. Possui graduação em Direito pela Unifacs – Universidade Salvador, LLM pela University of Warwick – Warwick, UK (Chevening Scholar and Distinction Award) e Global Leaders Program pela Wharton University of Pennsylvania – Filadélfia. O Sr. Mauricio Dantas Bezerra declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Condenações:

O candidato declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome			Órgão da Administração		Cargo Efetivo ocupado		Data de Eleição	Data da Posse
Lucas Cive Barbosa			Conselho de Administração		Conselheiro de Administração (Efetivo)		29/04/2026	29/04/2026
Nacionalidade	CPF		Prazo do mandato		Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte	
Brasileiro	323.198.758-08		2 anos (até AGO 2028)		13/11/2025	Sim	N/A	
Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)
17/06/1984	Administrador	Sim	Comitê de Finanças e Investimentos	Coordenador	10/11/2025	13/11/2025	2 anos - até 1º RCA após AGO 2026	13/11/2025

Experiência Profissional:

O Sr. Lucas Cive é candidato a membro efetivo do Conselho de Administração por indicação da acionista Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial, além de já ser membro efetivo do Conselho de Administração da Braskem S.A. desde 13/11/2025, também por indicação das acionistas Novonor S.A. - Em

Recuperação Judicial e NSP Investimentos S.A. É Diretor Financeiro e de Tecnologia da Informação na Novonor S.A. desde julho 2024, foi Diretor Financeiro e de Tecnologia da Informação OEC S.A. (2022-2025). Possui mais de 20 anos de experiência na área financeira, tendo atuado como Diretor Executivo da Alvarez & Marsal (2020-2022), Diretor da BBC Digital – JSL (2019 – 2020), Diretor Financeiro da Simpar S.A. - JSL (2018-2019) e Diretor de Finanças Corporativas da Odebrecht Engenharia e Construção S.A. (2015-2018), tendo atuado na liderança de equipes financeiras em projetos de elevada complexidade (como reestruturação de dívida, M&A, planejamento estratégico, relações com investidores, dentre outros). Possui bacharelado em Administração pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (2006) e MBA pela MIT – Sloan School of Management (2015). O Sr. Lucas Cive declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Condenações:

O candidato declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome		Órgão da Administração		Cargo Efetivo ocupado		Data de Eleição	Data da Posse	
Guilherme Simões de Abreu		Conselho de Administração		Conselheiro de Administração (Suplente)		29/04/2026	29/04/2026	
Nacionalidade	CPF		Prazo do mandato		Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte	
Brasileiro	065.800.095-00		2 anos (até AGO 2028)		29/05/2020	Sim	N/A	
Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)
26/09/1951	Administrador de Empresa	Sim	Comitê de Pessoas e Organização	Membro do Comitê (Efetivo)	08/05/2024	08/05/2024	2 anos	27/04/2022

Experiência Profissional:

O Sr. Guilherme Simões de Abreu é candidato a membro suplente do Conselho de Administração por indicação da acionista Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial, além de já ser membro suplente do Conselho de Administração da Braskem desde 29 de maio de 2020, também indicado pela acionista Novonor,

tendo sido reeleito em 19 de abril de 2022 e 29 de abril de 2024. Até janeiro de 2023, exerceu o cargo de Responsável por Pessoas, Comunicação e Organização da Novonor S.A. De junho de 2018 a dezembro de 2019, exerceu o cargo de Secretário Executivo do Conselho de Administração da Novonor S.A. De 2013 a março de 2017 foi Gerente da Novonor S.A, para assuntos de Pessoas e Organização. O Sr. Guilherme Simões declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Condenações:

O candidato declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome			Órgão da Administração		Cargo Efetivo ocupado		Data de Eleição	Data da Posse
Andréa Barcellos de Aragão			Conselho de Administração		Conselheiro de Administração (Suplente)		29/04/2026	29/04/2026
Nacionalidade	CPF		Prazo do mandato		Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte	
Brasileiro	077.130.637-73		2 anos (até AGO 2028)		29/04/2026	Sim	N/A	
Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)
29/06/1978	Engenheiro de Produção	Não	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Experiência Profissional:

A Sra. Andréa Barcellos de Aragão é candidata a membro suplente do Conselho de Administração por indicação da acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Desde agosto de 2024, atua como Gerente de SMS da área de Logística da Petrobras. Entre abril de 2022 e julho de 2024, exerceu o cargo de Gerente Setorial de Serviços de Armazenagem e Transporte Dutoviário na Petrobras. De março de 2021 a março de 2022, foi Gerente de Desempenho e Otimização na Transpetro, vinculada à Diretoria de Dutos e Terminais, no Rio de Janeiro. De dezembro de 2015 a fevereiro de 2021, desempenhou a função de Gerente Setorial de Desempenho Operacional na Transpetro, também na Diretoria de Dutos e Terminais. Entre janeiro de 2012 e novembro de 2015, atuou como Coordenadora de Bases Logísticas na Diretoria de Terminais e Oleodutos (DTO) da Transpetro. Por fim, de outubro de 2006 a dezembro de 2011 trabalhou como Engenheira de Produção de outubro de 2006 a dezembro de 2011 também na Petrobras. É Mestre em Engenharia de Produção pela

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com ênfase em Logística, e bacharel em Engenharia de Produção pela Universidade Federal Fluminense (UFF). A Sra. Andréa Barcellos de Aragão declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Condenações:

A candidata declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome			Órgão da Administração		Cargo Efetivo ocupado		Data de Eleição	Data da Posse
Edmundo José Correia Aires			Conselho de Administração		Conselheiro de Administração (Suplente)		29/04/2026	29/04/2026
Nacionalidade	CPF		Prazo do mandato		Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte	
Brasileiro	607.165.097-68		2 anos (até AGO 2028)		29/04/2026	Sim	N/A	
Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)
23/05/1958	Engenheiro Químico	Não	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Experiência Profissional:

O Sr. Edmundo José Correia Aires é candidato a membro suplente do Conselho de Administração por indicação da acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Desde julho de 2023, atua como Gerente Geral do INP/PQ. Entre fevereiro de 2019 e junho de 2023, atuou como Profissional Petrobras de Nível Superior Master no INP/PRGN/PART III. Entre setembro de 2018 e fevereiro de 2019, trabalhou simultaneamente no GIA-RGN/PILC e no INP/PILC, também como Profissional Petrobras de Nível Superior Master. De março de 2017 a agosto de 2018, exerceu a função de Representante em Empresa Coligada/Controlada no GIA-RGN/PGE/CTMBBI-I. De abril de 2016 a março de 2017, atuou como Engenheiro de Processamento Senior no GIA-RGN/PILC, função que também desempenhou de novembro de 2015 a março de 2016 na área AB-CR. Entre maio de 2015 e outubro de 2015, foi Gerente na área AB-PQ/PAPQ/PAPQ-I. De maio de 2010 a maio de 2015, atuou como Engenheiro de Processamento Senior na AB-PQ. Entre junho de 2008 e maio de 2010, ocupou o cargo de Gerente na AB-PQ/PI-II/GPP-II, após ter sido Coordenador Especial na PETROQUISA/PRQ de junho de 2006 a maio de 2008. Entre

setembro de 2004 e maio de 2006, exerceu a função de Gerente na AB-PQF/PI/AEI, tendo sido anteriormente gerente na área AB-PQ/PCP/PCP-II de dezembro de 2000 a agosto de 2004. Em 2000, atuou como Coordenador de Estudos Técnicos na PETROQUISA/GEPLAN, após ter trabalhado de janeiro de 1995 a janeiro de 2000 como Engenheiro de Processamento no CENPES/SUPEN/DIPRIND/SETRAT. De maio de 1992 a dezembro de 1995, atuou como Engenheiro de Processamento no CENPES/SUPEN/DIPRIND/SECOM. De junho de 1988 a abril de 1992, foi Chefe de Área na PETROQUISA/GETEC/NAIPET, e de março de 1980 a maio de 1988, atuou como Engenheiro Químico na PETROQUISA/GETEC/DETEC. Entre maio de 2010 e abril de 2015, foi Vice-Presidente de Inovação e Tecnologia da Braskem S.A., como Diretor Estatutário. De março de 2017 a agosto de 2018, exerceu as funções de Presidente da Termobahia S.A., Diretor-Presidente da Termomacaé Ltda. e Diretor Administrativo da Baixada Santista S.A., também como Diretor Estatutário. Entre fevereiro de 2019 e junho de 2023, atuou na Petrobras Biocombustível S.A. como Diretor de Biodiesel e, de fevereiro a agosto de 2019, também como Diretor de Suprimento Agrícola, ambas posições estatutárias. Também desempenhou diversas atividades de representação em Conselhos de Administração: foi membro suplente da COPENE entre 2001 e 2002; membro suplente do Conselho da Braskem de 2002 a 2008 e membro titular de 2008 a 2010; membro titular da Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. de 2004 a 2008; membro titular da Petroquímica Triunfo S.A. de 2005 a 2008, tendo ocupado a Presidência do Conselho; membro do Conselho de Administração do CNPEM de 2011 a 2015; membro do Conselho de Orientação do IPT de 2011 a 2015; e membro titular do Conselho de Administração da GUARANI S.A. de novembro de 2015 a fevereiro de 2017. É Bacharel em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O Sr. Edmundo José Correia Aires declara que é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Condenações:

O candidato declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome		Órgão da Administração	Cargo Efetivo ocupado		Data de Eleição	Data da Posse
Julio Cezar Jeronimo dos Santos		Conselho de Administração	Conselheiro de Administração (Suplente)		29/04/2026	29/04/2026
Nacionalidade	CPF	Prazo do mandato	Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte	
Brasileiro	000.410.917-10	2 anos (até AGO 2028)	29/04/2026	Sim	N/A	

Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)
30/01/1969	Engenheiro Mecânico	Não	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Experiência Profissional:

O Sr. Julio Cezar Jeronimo dos Santos é candidato a membro suplente do Conselho de Administração por indicação da acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Desde 2023, atua como Gerente Geral em Processamento de Gás Natural na Petrobras. Entre 2021 e 2023, atuou como Gerente Executivo de SMS na Transpetro. De 2018 a 2021, foi Gerente de Infraestrutura no Refino, após ter exercido de 2015 a 2018 o cargo de Gerente de Segurança de Processo no SMS. De 2009 a 2015, atuou como Gerente de Confiabilidade e Suporte Operacional Gás-Química e Liquefação, na área de Gás e Energia. Entre 2006 e 2009, atuou como Coordenador de Projetos, após ter trabalhado de 2001 a 2006 na área de Planejamento de Paradas Programadas no Refino. Iniciou sua vida profissional em 1989 como técnico em mecânica Industrial na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e posteriormente em FURNAS Centrais Elétricas na Diretoria Nuclear, atualmente renomeada ELETRONUCLEAR, onde atuou como engenheiro de comissionamento no sistema secundário de proteção do reator no período de outubro de 1996 a janeiro de 2001. Desde setembro de 2025, atua também como Conselheiro Fiscal da ABRAMAN. Possui MBA em Gestão de Projetos (FEA-USP, 2006) e Especialização em Engenharia de Manutenção (UFRJ, 1999). É graduado em Engenharia Mecânica pelo CEFET-RJ e possui MBA em Agronegócios pela ESALQ/USP (2026). O Sr. Julio Cezar Jeronimo dos Santos declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Condenações:

O candidato declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome		Órgão da Administração	Cargo Efetivo ocupado		Data de Eleição	Data da Posse
Rodrigo Tiradentes Montecchiari		Conselho de Administração	Conselheiro de Administração (Suplente)		29/04/2026	29/04/2026
Nacionalidade	CPF	Prazo do mandato	Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte	
Brasileiro	073.285.937-92	2 anos (até AGO 2028)	19/04/2022	Sim	N/A	

Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)
21/06/1976	Economista	Sim	Comitê de Finanças e Investimentos	Membro do Comitê (Efetivo)	08/05/2024	08/05/2024	2 anos	27/04/2022

Experiência Profissional:

O Sr. Rodrigo Montecchiari é candidato a membro suplente do Conselho de Administração por indicação da acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, além de que já é membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, também por indicação da acionista Petrobras desde 19/04/2022, sendo reeleito em 29/04/2024. O Sr. Rodrigo Montecchiari é Gerente de Análise Econômica da Petrobras S.A. desde abril de 2025, Conselheiro de Administração da Petrobras America Inc. desde 12/04/2024 e Conselheiro Fiscal da Refinaria de Mucuri S.A. desde novembro de 2020. Adicionalmente, foi Gerente Geral de Controle de Operações Financeiras e Comerciais entre dezembro de 2022 e março de 2025, Diretor Financeiro (CFO) da PB-LOG entre abril de 2017 e dezembro de 2021. Ocupou, também, o cargo de Conselheiro Fiscal da Cia Petroquímica de Pernambuco de abril de 2013 até junho de 2017; Cia de Gás do Estado do Mato Grosso do Sul de abril de 2013 até abril de 2015; Paraná Xisto S.A. de dezembro de 2020 até novembro de 2022; Refinaria de Manaus S.A. de dezembro de 2020 até novembro de 2022; Refinaria de Mataripe S.A. de dezembro de 2020 até novembro de 2021; e Logum Logística S.A. de maio de 2018 até abril de 2021. Ele também foi Coordenador de Finanças Corporativas na Petrobras de dezembro de 2012 até março de 2017, além de Diretor Financeiro e Administrativo nas seguintes empresas: Petrobras Namíbia, de março de 2012 até novembro de 2012; Petrobras Angola, de março de 2010 até fevereiro de 2012; Petrobras Nigéria, de maio de 2007 até fevereiro de 2010; e Coordenador de Auditoria e Joint Ventures na Petrobras, de 2003 até abril de 2007. É economista formado pela Universidade Federal Fluminense, possui MBA Executivo pela Fundação Dom Cabral e Mestrado em Finanças Corporativas pela University of Liverpool (EAD). O Sr. Rodrigo Montecchiari declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Condições:

O candidato declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Órgão da Administração	Cargo Efetivo ocupado	Data de Eleição	Data da Posse
Eduardo de Nardi Ros	Conselho Fiscal	Conselheiro Fiscal (Efetivo)	29/04/2026	29/04/2026

Nacionalidade	CPF		Prazo do mandato		Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte	
Brasileiro	008.054.840-78		1 ano (até AGO 2027)		29/04/2026	Sim	N/A	
Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)
06/09/1984	Economista	Não	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Experiência Profissional:								
O Sr. Eduardo De Nardi Ros é candidato a membro efetivo do Conselho Fiscal por indicação da acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Além disso, é Gerente Executivo de Relacionamento com Investidores (Head of IR) na Petrobras desde 2023. Entre 2019 e 2023, foi Gerente Executivo de Desempenho (Controller) também da Petrobras. Desde 2013, atuou na área de Desempenho/Controladoria da Petrobras, período no qual ocupou diferentes funções de liderança. É Mestre em Teoria Econômica pela Universidade de São Paulo (USP) e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O Sr. Eduardo De Nardi Ros declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.								
Condenações:								
O candidato declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.								

Nome			Órgão da Administração		Cargo Efetivo ocupado		Data de Eleição	Data da Posse
Maurício Nogueira			Conselho Fiscal		Conselheiro Fiscal (Efetivo)		29/04/2026	29/04/2026
Nacionalidade	CPF		Prazo do mandato		Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte	
Brasileiro	991.894.537-00		1 ano (até AGO 2027)		28/04/2025	Sim	N/A	
Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)

10/08/1970	Assessor Financeiro	Não	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Experiência Profissional:								
O Sr. Mauricio Nogueira é candidato a membro efetivo do Conselho Fiscal por indicação da acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, além de já ser membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia desde 28 de abril de 2025, também por indicação da acionista Petrobras. O Sr. Maurício Nogueira é assessor da Presidência na Petrobras desde 06/08/2024, apoiando no assessoramento ao Diretor de Finanças e Relações com Investidores. Atuou como funcionário do Banco do Brasil por mais de 35 anos, até novembro de 2021, em diversas áreas, tais como Diretoria Internacional, Mesa de Operações Financeiras, Gestão de Riscos, Captações Internacionais, dentre outras. De agosto de 2019 até novembro de 2021, atuou como Diretor Estatutário do Banco do Brasil, na Diretoria de Finanças, sendo responsável pelo desenvolvimento de estratégia de gestão financeira e políticas de gestão de capital, planejamento e captação de recursos nos mercados financeiros e de capitais, estrutura de ativos e passivos financeiros, entre outros. É graduado em Licenciatura em Matemática pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), possui MBA Executivo em Mercado de Capitais pelo IBMEC e Mestrado em Métodos Matemáticos em Finanças pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). O Sr. Mauricio Nogueira declara que é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.								
Condenações:								
O candidato declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.								

Nome			Órgão da Administração		Cargo Efetivo ocupado		Data de Eleição	Data da Posse
Ana Patrícia Soares Nogueira			Conselho Fiscal		Conselheiro Fiscal (Efetivo)		29/04/2026	29/04/2026
Nacionalidade	CPF		Prazo do mandato		Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte	
Brasileiro	535.222.575-53		1 ano (até AGO 2027)		28/04/2025	Sim	N/A	
Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)
10/12/1969	Advogada	Não	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Experiência Profissional:								

A Sra. Ana Patrícia Soares Nogueira é candidata a membro efetiva do Conselho Fiscal por indicação da acionista Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial, além de já ser membro efetiva do Conselho Fiscal da Companhia desde 28 de abril de 2025, também por indicação da acionista Novonor. A Sra. Ana Patrícia Soares Nogueira é advogada, sendo Sócia Gerente desde setembro de 2012 do escritório Ana Patrícia Soares Nogueira – Sociedade Individual de Advocacia, consultoria jurídica voltada para área empresarial, com foco nas áreas do Direito Societário, Comercial, Contratual e Governança Corporativa. No período de junho de 2017 a janeiro de 2021, a Sra. Ana Patrícia Nogueira foi Gerente Jurídica de Direito Societário e Governança Corporativa na OEC S.A., atuando como Secretária Executiva do Conselho de Administração em apoio ao Presidente do Conselho de Administração e ao Diretor Presidente da Sociedade, bem como gerindo assuntos relativos à propriedade intelectual e procurações e demais atividades da área de Direito Societário. A Sra. Ana Patrícia também ocupou o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Braskem S.A. de março de 2009 a abril de 2016; Gerente Jurídica da Área Societária na Braskem S.A. de agosto de 2002 até dezembro de 2008; membro suplente do Conselho de Administração da Polietileno Indústria e Comércio S.A. de dezembro de 2004 até abril de 2007; membro suplente do Conselho de Administração da Polialden Petroquímica S.A. de abril de 2004 até maio de 2006; advogada autônoma de outubro de 1997 a agosto de 2001, prestando serviços às empresas controladas pelo Grupo Odebrecht (Trikem S.A., OPP Petroquímica S.A., COPENE – Companhia Petroquímica do Nordeste e outras), à Fundação Odebrecht e ao Instituto de Hospitalidade; advogada da área Societária, Comercial, Cível e Trabalhista da Trikem S.A., de janeiro de 1992 a outubro de 1997; e estagiária, e posteriormente advogada das áreas Societária, Comercial e Cível da Onbiv S.A., de abril de 1991 a 1994. A Sra. Ana Patrícia Soares Nogueira declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

Condenações:

A candidata declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome			Órgão da Administração		Cargo Efetivo ocupado		Data de Eleição	Data da Posse
Gilberto Braga			Conselho Fiscal		Conselheiro Fiscal (Efetivo)		29/04/2026	29/04/2026
Nacionalidade	CPF		Prazo do mandato		Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte	
Brasileiro	595.468.247-04		1 ano (até AGO 2027)		19/04/2015	Sim	N/A	
Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)

08/10/1960	Economista, Contador e Administrador	Não	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Experiência Profissional:								
O Sr. Gilberto Braga é candidato a membro efetivo do Conselho Fiscal por indicação da acionista Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial, além de já ser membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia desde 19 de abril de 2015, também indicado pela acionista Novonor. O Sr. Gilberto Braga atuou como membro efetivo do Conselho Fiscal nos últimos anos, sendo reeleito em 28 de abril de 2025. O Sr. Gilberto é consultor empresarial nas áreas financeiras, mercado de capitais, societária, tributária, perícia e assistência de perícia judicial, além de atuar como membro fiscal, administração e de comitê de auditoria de companhias abertas e associações profissionais. Foi membro da Comissão Consultiva de Normas Contábeis dos Fundos de Investimentos da CVM, é professor universitário e de pós-graduação de governança corporativa do IBMEC, comentarista da Rádio CBN, Rádio Roquette Pinto e articulista de jornais e sites especializados em finanças, e participa como membro da Comissão de Arbitragem e Mediação do CRC-RJ e da Comissão de Falências e Recuperação Judicial do CRA-RJ. O Sr. Gilberto Braga é formado em Economia pela UCAM Ipanema e em Contabilidade pela UGF, pós-graduado pelo IAG-PUC Rio, em Administração Financeira, e mestre em Administração (Finanças e Mercado de Capitais) pelo IBMEC-Rio e é membro do IBGC. O Sr. Gilberto Braga declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.								
Condenações:								
O candidato declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.								

Nome			Órgão da Administração		Cargo Efetivo ocupado		Data de Eleição	Data da Posse
Viviana Cardoso de Sá e Faria			Conselho Fiscal		Conselheiro Fiscal (Suplente)		29/04/2026	29/04/2026
Nacionalidade	CPF		Prazo do mandato		Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte	
Brasileiro	026.921.737-16		1 ano (até AGO 2027)		29/04/2026	Sim	N/A	
Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)

03/10/1973	Economista	Não	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Experiência Profissional:								
A Sra. Viviana Cardoso de Sá e Faria é candidata a membro suplente do Conselho Fiscal por indicação da acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Desde outubro de 2025, atua como Gerente de Riscos Tributários na Petrobras, sendo responsável pelo atendimento à fiscalização e autos de infração, gestão de riscos tributários da Petrobras e de suas participações sem gestão tributária própria, gestão de riscos tributários potenciais, mitigação de contencioso, monitoramento de controles internos do processo tributário e fornecimento de informações sobre riscos e contingências tributárias. Entre outubro de 2021 e setembro de 2025, atuou como Gerente de Assessoria Tributária para Operações e Projetos de Refino, Logística, Gás e Energia e Transição Energética, com foco em avaliação tributária de projetos de investimento em Logística, Refino, Biocombustíveis e Geração Termelétrica, definição e otimização de incentivos fiscais, participação em processos de desinvestimento, análise de operações correntes para otimização de custos tributários, avaliação de impairment de créditos tributários e ativos, além de liderar estudos técnicos, consultas tributárias e iniciativas de transformação digital aplicadas ao processo tributário. Entre junho de 2019 e setembro de 2021, ocupou o cargo de Coordenadora de Gestão do Portfólio de Contratos de Transporte de Gás Natural, conduzindo negociações e elaboração de aditivos com TBG e GTB, acompanhando orçamento dos contratos, atuando nas estratégias de contratação de capacidade na Chamada Pública 01/2019 e no leilão de capacidade, além de participar de projetos de desinvestimento e coordenar grupo de trabalho envolvendo Petrobras, Transportadoras e ATGás para adequações ao novo regramento tributário do setor. De agosto de 2016 a maio de 2019, atuou como Coordenadora de Avaliação Tributária para Energia Elétrica e GNL, liderando projetos estratégicos e estruturantes, como o Manual de Premissas Tributárias, o GT de Novos Entrantes da malha de transporte de gás natural, a frente tributária do Propam e iniciativas alinhadas ao programa Gás para Crescer do MME. Também atuou em avaliações tributárias relacionadas à cessão de capacidade de terminais de GNL, considerando aspectos tributários, jurídicos, negociais e comparações internacionais. É Economista formada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com mestrado em Planejamento Energético e Ambiental pelo PPE/COPPE/UFRJ, MBA em Gestão Tributária pela PUC-Rio e curso de extensão em Comparative Tax Policy and Administration pela Harvard Kennedy School. A Sra. Viviana Cardoso de Sá e Faria declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.								
Condenações:								
A candidata declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.								

Nome	Órgão da Administração	Cargo Efetivo ocupado	Data de Eleição	Data da Posse
Fernanda Bianchini Egert	Conselho Fiscal	Conselheiro Fiscal (Suplente)	29/04/2026	29/04/2026

Nacionalidade	CPF		Prazo do mandato		Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte	
Brasileiro	108.986.577-50		1 ano (até AGO 2027)		28/04/2025	Sim	N/A	
Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)
16/10/1984	Economista	Não	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Experiência Profissional:								
A Sra. Fernanda Bianchini Egert é candidata a membro suplente do Conselho Fiscal por indicação da acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras., além de que já é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia desde 28 de abril de 2025, também por indicação da acionista Petrobras. A Sra. Fernanda possui 16 anos de experiência na Petrobras, sendo especializada em atendimento a investidores e nos processos de divulgação e elaboração de materiais para o mercado de capitais e o público em geral. Atuou como gerente no escritório da Petrobras em Nova York, entre 2015 e 2016, onde atendeu investidores e stakeholders institucionais nos Estados Unidos. De 2017 a 2021, foi gerente de Divulgação ao Mercado de Relações com Investidores, e de 2022 a março de 2023, ocupou o cargo de Gerente Executiva de Comunicação e Marcas. Atualmente, é gerente de Divulgação ao Mercado e Regulação na área de Relações com Investidores na Petrobras. A Sra. Fernanda é formada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e possui MBA em Finanças pela COPPEAD UFRJ. A Sra. Fernanda declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.								
Condenações:								
A candidata declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.								

Nome		Órgão da Administração	Cargo Efetivo ocupado		Data de Eleição	Data da Posse
Heider Josue de Aquino Nascimento		Conselho Fiscal	Conselheiro Fiscal (Suplente)		29/04/2026	29/04/2026
Nacionalidade	CPF	Prazo do mandato	Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte	
Brasileiro	481.226.705-63	1 ano (até AGO 2027)	28/04/2025	Sim	N/A	

Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)
23/02/1969	Contador	Não	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Experiência Profissional:								
O Sr. Heider Josué de Aquino Nascimento é candidato a membro suplente do Conselho Fiscal por indicação da acionista Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial, além de já ser membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia desde 28 de abril de 2025, também por indicação da acionista Novonor. O Sr. Heider é mestre em Contabilidade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Possui MBA em Finanças na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e MBA em IFRS na FIPECAFI. O Sr. Heider possui experiência profissional em empresas de auditoria independente e atua nas empresas do Grupo Novonor há mais de 30 anos nas áreas de Controladoria e Finanças, sendo atualmente o Controller da Nova Participações e Investimentos S.A. Suas principais experiências profissionais incluem: (i) Contador da Construtora Norberto Odebrecht S.A. e outras empresas do segmento de construção do Grupo Novonor (1994 – 2005); (ii) Gerente de Planejamento da OEC S.A. (2006 – 2008); (iii) Gerente Financeiro da subsidiária da OEC S.A. na Venezuela (2009 – 2011); (iv) Controller da divisão da América Latina da OEC (2012 – 2017); (v) Contador e Controller da Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial (2019 – 2024). O Sr. Heider declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.								
Condenações:								
O candidato declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.								

Nome			Órgão da Administração		Cargo Efetivo ocupado		Data de Eleição	Data da Posse
Tatiana Macedo Costa Rego			Conselho Fiscal		Conselheiro Fiscal (Suplente)		29/04/2026	29/04/2026
Nacionalidade	CPF		Prazo do mandato		Início 1º Mandato	Eleito pelo controlador?	Nº do passaporte	
Brasileiro	951.929.135-00		1 ano (até AGO 2027)		30/04/2018	Sim	N/A	
Data de nascimento	Profissão	Faz parte de Comitê?	Nome do Comitê	Cargo no Comitê	Data de Eleição no Comitê	Data de Posse no Comitê	Prazo do Mandato do Comitê	Data de Início 1º Mandato (Comitê)

28/04/1978	Administradora de Empresas	Não	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Experiência Profissional:								
A Sra. Tatiana Macêdo é candidata a membro suplente do Conselho Fiscal por indicação da acionista Novonor S..A – Em Recuperação Judicial, além de já ser membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia desde 28 de abril de 2025, também por indicação da acionista Novonor. A Sra. Tatiana Macêdo atualmente é responsável pela controladoria da OEC (Odebrecht Engenharia e Construção). Anteriormente, a Sr. Tatiana Macêdo atuou como Responsável pelo Planejamento Tributário da Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”). No período de 2000 a abril de 2007, a Sra. Tatiana atuou na área fiscal da VIVO S/A do setor de telefonia, tendo ocupado a função de Gerente de Divisão do Planejamento Tributário. Anteriormente, trabalhou por 2 anos na Arthur Andersen. A Sra. Tatiana é graduada em Administração de Empresas Públicas e Privadas, pela Universidade Federal da Bahia, e possui MBA em Gestão, pela IBMEC. A Sra. Tatiana Macêdo declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. A Sra. Tatiana não ocupa cargo de administração em nenhuma organização do terceiro setor.								
Condenações:								
A candidata declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.								



BRKM5
B3 LISTED N1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA B3

ICO2 B3

IGCT B3

IBRX100 B3



7.5 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco até o 2º Grau relacionadas a Administradores do Emissor, Controladas e Controladores

Não há relações familiares a serem divulgadas.

7.6 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social; (b) controlador direto ou indireto do emissor; e (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

2025:

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Héctor Núñez	Brasileiro	249.498.638-94	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial	Jurídica	05.144.757/0001-72	Brasil	N/A

Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada
Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração	Subordinação	Controlador Indireto

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Mauricio Nogueira	Brasileiro	991.894.537-00	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Efetivo do Conselho Fiscal				

Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Assessor da Presidência	Subordinação	Fornecedor		

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Luiz Eduardo Valente Moreira	Brasileiro	929.338.668-20	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Efetivo do Conselho de Administração				

Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Fábrica Carioca De Catalisadores	Jurídica	28.944.734/0001-48	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Diretor Estatutário	Subordinação	Controlada de Fornecedor		

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Olavo Bentes David	Brasileiro	223.854.441-00	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Vice-Presidente do Conselho de Administração				

Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Assessor da Presidência	Subordinação	Fornecedor		

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Rodrigo Tiradentes Montecchiari	Brasileiro	073.285.937-92	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Suplente do Conselho de Administração				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte

Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Gerente Geral Interino de Valuation e Backoffice/ Gerente de Valuation	Subordinação	Fornecedor		

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Viviana Cardoso de Sá e Faria	Brasileiro	026.921.737-16	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Suplente do Conselho Fiscal				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte

Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Gerente de Riscos Tributários/Gerente de Assessoria Tributária para Operações e Projetos de Refino, Logística, Gás e Energia e Transição Energética	Subordinação	Fornecedor		

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Andréa Barcellos de Aragão	Brasileiro	077.130.637-73	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Suplente do Conselho de Administração				

Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Gerente de SMS	Subordinação	Fornecedor		

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Eduardo De Nardi Ros	Brasileiro	008.054.840-78	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Efetivo do Conselho Fiscal				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte

Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Gerente de Executivo de Relacionamento com Investidores	Subordinação	Fornecedor		

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Fernanda Bianchini Egert	Brasileiro	108.986.577-50	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Suplente do Conselho Fiscal				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte

Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Gerente de Relações com Investidores / Divulgação ao Mercado e Regulação	Subordinação	Fornecedor		

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Julio Cezar Jeronimo dos Santos	Brasileiro	000.410.917-10	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Suplente do Conselho de Administração				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte

Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Gerente Geral em Processamento de Gás Natural	Subordinação	Fornecedor		

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Edmundo José Correia Aires	Brasileiro	607.165.097-68	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Suplente do Conselho de Administração				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A

Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada
Gerente Geral	Subordinação	Fornecedor

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Juliana Sá Vieira Baiardi	Brasileiro	930.530.705-10	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Efetivo do Conselho de Administração				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial	Jurídica	05.144.757/0001-72	Brasil	N/A

Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada
Prestador de Serviços	Prestação de Serviço	Controlador Indireto

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Mauricio Dantas Bezerra	Brasileiro	861.028.185-04	Brasil	N/A

Cargo/Função na Companhia
Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial	Jurídica	05.144.757/0001-72	Brasil	N/A

Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada
Vice-Presidente Jurídico e Governança Corporativa	Subordinação	Controlador Indireto

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Lucas Cive Barbosa	Brasileiro	323.198.758-08	Brasil	N/A

Cargo/Função na Companhia
Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial	Jurídica	05.144.757/0001-72	Brasil	N/A

Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada
Diretor Financeiro e de Tecnologia da Informação	Subordinação	Controlador Indireto

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Heider Josué de Aquino Nascimento	Brasileiro	481.226.705-63	Brasil	N/A

Cargo/Função na Companhia
Membro Suplente do Conselho Fiscal

Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial	Jurídica	05.144.757/0001-72	Brasil	N/A



BRKM5
B3 LISTED N1

BAK
LISTED
NYSE



IBOVESPA B3

ICO2 B3

IGCT B3

IBRX100 B3



FTSE4Good

Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada
Contador e Controller	Subordinação	Controlador Indireto

2024:

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Eduardo De Nardi Ros	Brasileiro	008.054.840-78	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia Membro Efetivo do Conselho Fiscal				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A

Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada
Gerente de Executivo de Relacionamento com Investidores	Subordinação	Fornecedor

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Andréa Barcellos de Aragão	Brasileiro	077.130.637-73	Brasil	N/A

Cargo/Função na Companhia
Membro Efetivo do Conselho Fiscal

Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A

Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada
Gerente de SMS/Gerente Setorial de Serv. de Armazenagem e Transporte Dutoviário	Subordinação	Fornecedor

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte			
Viviana Cardoso de Sá e Faria	Brasileiro	026.921.737-16	Brasil	N/A			
<table><tr><td>Cargo/Função na Companhia</td></tr><tr><td>Membro Suplente do Conselho Fiscal</td></tr><tr><td></td></tr></table>					Cargo/Função na Companhia	Membro Suplente do Conselho Fiscal	
					Cargo/Função na Companhia		
					Membro Suplente do Conselho Fiscal		
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte			
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A			

Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada
Gerente de Assessoria Tributária para Operações e Projetos de Refino, Logística, Gás e Energia e Transição Energética	Subordinação	Fornecedor

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Ana Patrícia Soares Nogueira	Brasileiro	535.222.575-53	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Efetivo do Conselho Fiscal				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte

Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial	Jurídica	05.144.757/0001-72	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Prestadora de serviços de consultoria na área do direito societário	Prestação de serviço	Controlador Indireto		

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Heider Josué de Aquino Nascimento	Brasileiro	481.226.705-63	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Suplente do Conselho Fiscal				

Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial	Jurídica	05.144.757/0001-72	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Contador e Controller	Subordinação	Controlador Indireto		

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Mauricio Nogueira	Brasileiro	991.894.537-00	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Efetivo do Conselho Fiscal				

Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Assessor da Presidência	Subordinação	Fornecedor		

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Fernanda Bianchini Egert	Brasileiro	108.986.577-50	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Suplente do Conselho Fiscal				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte

Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Gerente de Relações com Investidores / Divulgação ao Mercado e Regulação	Subordinação	Fornecedor		

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Luiz Eduardo Valente Moreira	Brasileiro	929.338.668-20	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Efetivo do Conselho de Administração				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte

Fábrica Carioca De Catalisadores	Jurídica	28.944.734/0001-48	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Diretor Estatutário	Subordinação	Controlada de Fornecedor		

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Olavo Bentes David	Brasileiro	223.854.441-00	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Vice-Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A

Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada
Assessor da Presidência	Subordinação	Fornecedor

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Mauricio Dantas Bezerra	Brasileiro	861.028.185-04	Brasil	N/A

Cargo/Função na Companhia
Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial	Jurídica	05.144.757/0001-72	Brasil	N/A

Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada
Vice-Presidente Jurídico e Governança Corporativa	Subordinação	Controlador Indireto

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte		
Héctor Núñez	Brasileiro	249.498.638-94	Brasil	N/A		
<table><tr><td>Cargo/Função na Companhia</td></tr><tr><td>Presidente do Conselho de Administração</td></tr></table>					Cargo/Função na Companhia	Presidente do Conselho de Administração
					Cargo/Função na Companhia	
					Presidente do Conselho de Administração	
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte		
Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial	Jurídica	05.144.757/0001-72	Brasil	N/A		

Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada
Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração	Subordinação	Controlador Indireto

Nome do Administrador		Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Daniel Pereira de Albuquerque Ennes		Brasileiro	086.809.277-08	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia Membro Suplente do Conselho de Administração					
Pessoa Relacionada		Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras		Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A

Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada
Gerente de Financiamento Bancário e Estruturado	Subordinação	Fornecedor

Nome do Administrador		Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha		Brasileiro	299.637.297-20	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia					
Membro Efetivo do Conselho de Administração					
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte	
Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial	Jurídica	05.144.757/0001-72	Brasil	N/A	

Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada
Membro do Conselho de Administração	Prestação de Serviço	Controlador Indireto

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte	
Juliana Sá Vieira Baiardi	Brasileiro	930.530.705-10	Brasil	N/A	
					Cargo/Função na Companhia
					Membro Efetivo do Conselho de Administração
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte	
Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial	Jurídica	05.144.757/0001-72	Brasil	N/A	

Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada
Prestador de Serviços	Prestação de Serviço	Controlador Indireto

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Rodrigo Tiradentes Montecchiari	Brasileiro	073.285.937-92	Brasil	N/A

Cargo/Função na Companhia
Membro Suplente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A

Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada
------------------------------------	------------------------------	----------------------------

Gerente de Controle de Operações Comerciais	Subordinação	Fornecedor
---	--------------	------------

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Lineu Fachin Leonardo	Brasileiro	317.424.398-02	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Suplente do Conselho de Administração				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Gerente Geral de Desenvolvimento, Carreira e	Subordinação	Fornecedor		

Liderança/Governance Officer para Mudança Climática e Descarbonização			
---	--	--	--

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Lucas Cive Barbosa	Brasileiro	323.198.758-08	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia Membro Efetivo do Conselho de Administração				
Pessoa Relacionada Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial				
Tipo da Pessoa Jurídica				
CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada 05.144.757/0001-72				
Nacionalidade Brasil				
No. do Passaporte N/A				
Cargo/Função na Pessoa Relacionada 				
Tipo de Relação com a Pessoa 				
Tipo de pessoa relacionada 				

Diretor Financeiro e de Tecnologia da Informação	Subordinação	Controlador Indireto	
--	--------------	----------------------	--

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Julio Cezar Jeronimo dos Santos	Brasileiro	000.410.917-10	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Suplente do Conselho de Administração				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		

Gerente Geral em Processamento de Gás Natural	Subordinação	Fornecedor
---	--------------	------------

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Edmundo José Correia Aires	Brasileiro	607.165.097-68	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Suplente do Conselho de Administração				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Gerente Geral	Subordinação	Fornecedor		

2023:

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Andréa Barcellos de Aragão	Brasileiro	077.130.637-73	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia Membro Suplente do Conselho de Administração				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada Gerente Setorial de Serv. de Armazenagem e Transporte Dutoviário				
Tipo de Relação com a Pessoa		Tipo de pessoa relacionada		
Subordinação		Fornecedor		

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Viviana Cardoso de Sá e Faria	Brasileiro	026.921.737-16	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Suplente do Conselho Fiscal				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Gerente de Assessoria Tributária para Operações e Projetos de Refino, Logística, Gás e Energia e Transição Energética	Subordinação	Fornecedor		

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha	Brasileiro	299.637.297-20	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Efetivo do Conselho de Administração				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial	Jurídica	05.144.757/0001-72	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Presidente do Conselho de Administração	Prestação de Serviço	Controlador Indireto		

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
João Pinheiro Nogueira Batista	Brasileiro	546.600.417-00	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Efetivo do Conselho de Administração				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial	Jurídica	05.144.757/0001-72	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Membro do Conselho de Administração	Prestação de Serviço	Controlador Indireto		

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Juliana Sá Vieira Baiardi	Brasileiro	930.530.705-10	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Efetivo do Conselho de Administração				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial	Jurídica	05.144.757/0001-72	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Líder de Negócios-Participações e Outros	Prestação de Serviço	Controlador Indireto		

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Rodrigo Tiradentes Montecchiari	Brasileiro	073.285.937-92	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Suplente do Conselho de Administração				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Gerente de Controle de Operações Comerciais	Subordinação	Fornecedor		
Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte

Guilherme Simões de Abreu	Brasileiro	065.800.095-00	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Suplente do Conselho de Administração				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial	Jurídica	05.144.757/0001-72	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Responsável por Pessoas, Comunicação e Organização	Subordinação	Controlador Indireto		

Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
------------------------------	-----------------------	-----------------------------	----------------------	--------------------------

Daniel Pereira de Albuquerque Ennes	Brasileiro	086.809.277-08	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				
Membro Suplente do Conselho de Administração				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Gerente de Financiamento Bancário e Estruturado	Subordinação	Fornecedor		
Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Lineu Fachin Leonardo	Brasileiro	317.424.398-02	Brasil	N/A

Cargo/Função na Companhia				
Membro Suplente do Conselho de Administração				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Gerente Geral de Desenvolvimento, Carreira e Liderança	Subordinação	Fornecedor		
Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Mauricio Dantas Bezerra	Brasileiro	861.028.185-04	Brasil	N/A

Cargo/Função na Companhia Membro Efetivo do Conselho de Administração				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial	Jurídica	05.144.757/0001-72	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Vice-Presidente Jurídico e Governança Corporativa	Subordinação	Controlador Indireto		
Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Luiz Eduardo Valente Moreira	Brasileiro	929.338.668-20	Brasil	N/A

Cargo/Função na Companhia				
Membro Efetivo do Conselho de Administração				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Fábrica Carioca De Catalisadores	Jurídica	28.944.734/0001-48	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Diretor Estatutário	Subordinação	Controlada de Fornecedor		
Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Ana Patrícia Soares Nogueira	Brasileiro	535.222.575-53	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				

Membro Efetivo do Conselho
Fiscal

Pessoa Relacionada

Tipo da Pessoa

**CPF/CNPJ da Pessoa
Relacionada**

Nacionalidade

No. do Passaporte

Novonor S.A. - Em Recuperação
Judicial

Jurídica

05.144.757/0001-72

Brasil

N/A

**Cargo/Função na Pessoa
Relacionada**

**Tipo de Relação com
a Pessoa**

Tipo de pessoa relacionada

Prestadora de serviços de
consultoria na área do direito
societário

Prestação de serviço

Controlador Indireto

Nome do Administrador

Tipo de Pessoa

CPF do Administrador

Nacionalidade

No. do Passaporte

Heider Josué de Aquino
Nascimento

Brasileiro

481.226.705-63

Brasil

N/A

Cargo/Função na Companhia Membro Suplente do Conselho Fiscal				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial	Jurídica	05.144.757/0001-72	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Contador e Controller	Subordinação	Controlador Indireto		
Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Fernanda Bianchini Egert	Brasileiro	108.986.577-50	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				

Membro Suplente do Conselho
Fiscal

Pessoa Relacionada

Tipo da Pessoa

**CPF/CNPJ da Pessoa
Relacionada**

Nacionalidade

No. do Passaporte

Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

Jurídica

33.000.167/0001-01

Brasil

N/A

**Cargo/Função na Pessoa
Relacionada**

**Tipo de Relação com
a Pessoa**

Tipo de pessoa relacionada

Gerente Executiva de
Comunicação e Marcas (até
março/2023) Gerente de
Relações com Investidores / ESG
(a partir de março/2023)

Subordinação

Fornecedor

Nome do Administrador

Tipo de Pessoa

CPF do Administrador

Nacionalidade

No. do Passaporte

Héctor Núñez

Brasileiro

249.498.638-94

Brasil

N/A

Cargo/Função na Companhia				
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial	Jurídica	05.144.757/0001-72	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração	Subordinação	Controlador Indireto		
Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Lucas Cive Barbosa	Brasileiro	323.198.758-08	Brasil	N/A

Cargo/Função na Companhia Membro Efetivo do Conselho de Administração				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial	Jurídica	05.144.757/0001-72	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Diretor Financeiro e de Tecnologia da Informação	Subordinação	Controlador Indireto		
Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Edmundo José Correia Aires	Brasileiro	607.165.097-68	Brasil	N/A

Cargo/Função na Companhia				
Membro Suplente do Conselho de Administração				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Gerente Geral	Subordinação	Fornecedor		
Nome do Administrador	Tipo de Pessoa	CPF do Administrador	Nacionalidade	No. do Passaporte
Eduardo De Nardi Ros	Brasileiro	008.054.840-78	Brasil	N/A
Cargo/Função na Companhia				

Membro Efetivo do Conselho
Fiscal

Pessoa Relacionada

Tipo da Pessoa

**CPF/CNPJ da Pessoa
Relacionada**

Nacionalidade

No. do Passaporte

Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

Jurídica

33.000.167/0001-01

Brasil

N/A

**Cargo/Função na Pessoa
Relacionada**

**Tipo de Relação com
a Pessoa**

Tipo de pessoa relacionada

Gerente de Executivo de
Relacionamento com
Investidores/Gerente de
Executivo de Desempenho
Empresarial

Subordinação

Fornecedor

Nome do Administrador

Tipo de Pessoa

CPF do Administrador

Nacionalidade

No. do Passaporte

Julio Cezar Jeronimo dos Santos

Brasileiro

000.410.917-10

Brasil

N/A

Cargo/Função na Companhia				
Membro Suplente do Conselho de Administração				
Pessoa Relacionada	Tipo da Pessoa	CPF/CNPJ da Pessoa Relacionada	Nacionalidade	No. do Passaporte
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Jurídica	33.000.167/0001-01	Brasil	N/A
Cargo/Função na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação com a Pessoa	Tipo de pessoa relacionada		
Gerente Geral em Processamento de Gás Natural	Subordinação	Fornecedor		

BRASKEM S.A.

C.N.P.J. nº 42.150.391/0001-70

N.I.R.E. 29300006939

Companhia Aberta

ANEXO III

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BRASKEM S.A.
A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2026**

Proposta de remuneração dos administradores, nos termos do artigo 13, inciso I da Resolução CVM 81

1. Proposta de Remuneração dos Administradores para 2026

De acordo com a estratégia de remuneração definida pelo Conselho de Administração, com recomendação favorável do Comitê de Pessoas e Organização, a proposta de remuneração global para os administradores da Companhia tem como base o indicado abaixo, sendo que os itens (ii) e (iii) são aplicáveis somente à Diretoria Estatutária:

- (i) Os resultados do estudo de remuneração executiva para o posicionamento dos honorários mensais e demais curvas de remuneração;
- (ii) Os indicadores econômico-financeiros pactuados para o exercício de 2026 para a definição da partilha de resultados referentes à remuneração variável de curto prazo; e
- (iii) O planejamento para a outorga de ações no âmbito do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia vigente.

O montante total proposto para a remuneração anual global dos administradores (Diretores Estatutários, membros do Conselho de Administração da Companhia) referente ao exercício social de 2026, é de até R\$ 84.307.940,81, incluindo os honorários fixos e variáveis, bem como os benefícios aplicáveis, líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador, valor superior ao aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2025, conforme detalhado ao longo do presente Anexo. A remuneração global anual proposta também contempla a remuneração dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração pela sua participação em Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

O montante global anual proposto refere-se a uma estimativa da verba máxima total que pode vir a ser reconhecida pela Companhia no exercício de 2026 com relação à remuneração de seus administradores, incluindo parcelas fixas e variáveis. O aumento de 8% do montante global da remuneração dos administradores em relação ao valor proposto para a assembleia geral no ano de 2025 decorre da previsão de verba de contingência para fazer face às eventuais consequências, no que diz respeito aos membros da administração da Companhia, de uma potencial transação

envolvendo as ações de emissão da Companhia, conforme divulgado ao mercado por meio dos Fatos Relevantes de 15/12/2025, 23/12/2025 e 06/03/2026, como a eventual criação de novas posições na Diretoria Estatutária e de novos programas de incentivos de curto e longo prazo ou outros mecanismos de remuneração com o objetivo de atrair e/ou reter executivos em cenário de alta complexidade.

A proposta está baseada, ainda, no alinhamento da estratégia de remuneração para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária com as referências de mercado.

Adicionalmente, a Administração propõe que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal seja fixada no montante mínimo legal, que corresponde a 10% da remuneração que, em média, for atribuída a cada diretor, nos termos do disposto no artigo 162, §3º, da Lei das S.A. e até o montante global de R\$ 1.200.000,00.

Resumo das principais variações dos valores das propostas submetidas à Assembleia Geral Ordinária em 2026 e em 2025

Diretores	Conselho de Administração ¹	
(R\$ em mil)		
Discriminação	2026	2025
Honorários Mensais e de Curto Prazo (ICP)	74.842	63.460
Honorários de Longo Prazo (ILP)	8.274	12.750
Benefícios	1.191	1.790
Total (líquido de encargos)	84.308	78.000
O montante relativo à remuneração global dos administradores proposto para o exercício social de 2026 é superior ao aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2025 o que decorre da previsão de verba de contingência para fazer face às eventuais consequências, no que diz respeito aos membros da administração da Companhia, de uma potencial transação envolvendo as ações de emissão da Companhia, conforme divulgado ao mercado por meio dos Fatos Relevantes de 15/12/2025, 23/12/2025 e 06/03/2026, como a eventual criação de novas posições na Diretoria Estatutária e de novos programas de incentivos de curto e longo prazo ou outros mecanismos de remuneração com o objetivo de atrair e/ou reter executivos em cenário de alta complexidade.		
Observações:		
¹Os membros suplentes do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração, salvo se ocuparem cargos em comitês de assessoramento do Conselho de Administração e exclusivamente em razão da função exercida. Inclui a remuneração devida aos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração por sua participação em Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.		
Conselho Fiscal ¹		
(R\$ em mil)		
Discriminação	2026	2025
Honorários	1.200	1.115
Total (líquido)	1.200	1.115
Observações:		
¹ Os membros suplentes do Conselho Fiscal não recebem remuneração.		

2. Valores efetivamente realizados em 2025 versus valores propostos em 2025

Diretores ¹	Conselho de Administração
------------------------	---------------------------

(R\$ em mil)		
Discriminação	2025 Proposto	2025 Realizado
Total	78.000	48.546
O valor efetivamente realizado em 2025 foi inferior ao valor proposto no exercício social de 2025, uma vez que o valor da proposta de remuneração global anual da administração para o exercício social de 2025 considerou 7 cargos na Diretoria Estatutária, enquanto o valor efetivo para a remuneração global anual da administração no exercício social de 2025 reflete os 5 membros da Diretoria Estatutária em exercício durante o exercício de 2025. Adicionalmente, não se fez necessária a utilização da verba de contingência projetada para o exercício.		

Conselho Fiscal		
(R\$ em mil)		
Discriminação	2025 Proposto	2025 Realizado
Total	1.115	1.064
O valor realizado apresenta-se ligeiramente abaixo do valor proposto devido ao não uso da verba contingencial.		

BRASKEM S.A.

**C.N.P.J. nº 42.150.391/0001-70
N.I.R.E. 29300006939**

Companhia Aberta

ANEXO IV

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BRASKEM S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2026

8.1 Política ou prática de remuneração

8 – Remuneração dos administradores

8.1 – Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

8.1.a – objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia adota práticas pautadas em uma estratégia de remuneração competitiva e transparente, que busca atrair, desenvolver e reter os melhores profissionais e remunerar seus administradores com base nas práticas do mercado, de acordo com seus deveres e responsabilidades na efetiva condução dos negócios. A prática da remuneração variável permite fortalecer o alinhamento de interesses dos acionistas com os dos Diretores Estatutários na obtenção e superação de resultados a curto e longo prazo.

A Política de Remuneração é formalmente aprovada pelo Conselho de Administração.

8.1.b – práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

As propostas de Remuneração Global dos Administradores e do Conselho Fiscal são baseadas em estudos de mercado e são submetidas à análise do Comitê de Pessoas e Organização (“CPO”) e do Conselho de Administração, previamente à submissão para aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (“AGO”). Após a aprovação em AGO, o CPO recomenda ao Conselho de Administração a proposta de individualização da Remuneração dos Administradores, que tem como base um comparativo de mercado (*peer group* de empresas, as quais possuem portes similares e boas práticas quanto a políticas e

governança) e o posicionamento estratégico dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários. A frequência dos estudos para atualização e comparação com o mercado é anual.

8.1.c – composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor
- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais
- sua metodologia de cálculo e de reajuste
- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados questões ASG

Os objetivos dos elementos da remuneração, a metodologia de cálculo e de reajuste, bem como os principais indicadores de desempenho (quando aplicável) são apresentados abaixo:

Conselho de Administração

Com o objetivo de recompensá-los pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido e de acordo com as práticas de mercado, os membros efetivos do Conselho de Administração são remunerados de maneira competitiva, com honorários fixos (mensais a título de pró-labore) baseados em pesquisas anuais de mercado (por meio de comparação a um *peer group* de empresas, as quais possuem portes similares e boas práticas quanto a políticas e governança). Os membros suplentes do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração pelo exercício do cargo de suplente, sendo-lhes devida apenas eventual remuneração decorrente de sua participação em Comitês, caso venham a integrá-los, que também possui natureza fixa e mensal. Adicionalmente, os membros efetivos e suplentes não fazem jus à remuneração variável (curto e longo prazo), tampouco à benefícios para o exercício do cargo.

Esta prática é avaliada anualmente pelo CPO e pelo Conselho de Administração, sendo que o montante global de remuneração proposto para o Conselho de Administração, inclusive aquele referente à participação de seus membros em Comitês, integra o montante global submetido à aprovação da AGO. A estratégia de remuneração dos membros efetivos do Conselho de Administração é posicionar os honorários fixos mensais de maneira competitiva frente às práticas do mercado de referência. Essa estratégia sempre buscará o alinhamento com a evolução da Governança da Braskem.

Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração

Para maior clareza sobre os objetivos dos elementos da remuneração e da sua metodologia de cálculo e de reajuste, são apresentados abaixo os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e como estão organizados:

Atualmente a Companhia possui 1 (um) comitê estatutário, o Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário (“CCA”), nos termos da Resolução CVM nº 23/21, da Sarbanes– Oxley Act e das regras emitidas pela Securities and Exchange Commission - SEC. O CCAE é um órgão de assessoramento do Conselho de Administração, de caráter permanente composto por 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, dos quais 3 (três) são membros independentes do Conselho de Administração, de acordo com a regulamentação da CVM e as políticas da Companhia; e 2 (dois) são membros externos à Companhia. Os 2 (dois) membros não participantes do Conselho de Administração são escolhidos pelo Conselho de Administração dentre os indicados em lista submetida pelo Presidente do Conselho de Administração, elaborada por empresa especializada e com experiência comprovada, não sendo permitida a indicação de nomes pelos acionistas.

A Companhia possui, ainda, 3 (três) outros comitês de assessoramento permanentes ao Conselho de Administração (não estatutários), quais sejam:

- Comitê de Finanças e Investimentos;
- Comitê de Pessoas e Organização; e
- Comitê de Estratégia, Comunicação e ESG.

Tais comitês não estatutários são compostos por membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração da Companhia, cabendo ao Presidente do Conselho de Administração a nomeação dos Conselheiros para compor cada um dos Comitês e a designação do Conselheiro Coordenador, levando em conta a experiência e as competências de cada Conselheiro, vis a vis as atribuições de cada Comitê. Cada Comitê terá no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros titulares, sendo um membro designado como Coordenador. Os mandatos dos Conselheiros nos Comitês coincidem com seus mandatos no Conselho de Administração, sendo permitida a recondução, desde que os membros sejam reeleitos para os seus cargos no Conselho de Administração.

Com o objetivo de recompensá-los pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido e de acordo com as práticas de mercado, os membros dos Comitês são remunerados de maneira competitiva, com honorários fixos (mensais a título de pró-labore) baseados em pesquisas anuais de mercado (por meio de comparação a um *peer group* de empresas, as quais possuem portes similares e boas práticas quanto a políticas e governança). A Companhia diferencia os honorários mensais dos membros dos Comitês, de acordo com as responsabilidades e participações em cada Comitê, reconhecendo e refletindo a demanda de tempo, responsabilidades e complexidade inerentes ao cargo ocupado. Os Membros do CCAE que não são membros do Conselho de Administração receberão uma remuneração fixa mensal por atuar e/ou coordenar um Comitê. A diferenciação dos honorários obedece a mesma regra citada acima. Os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração que fazem parte de Comitês da Companhia recebem uma remuneração adicional mensal e fixa por atuar e/ou coordenar um Comitê. Não são adotados remuneração variável (curto e longo prazo) e benefícios para membros dos Comitês. Esta prática é avaliada anualmente pelo CPO e pelo Conselho de Administração, sendo que a remuneração atribuída aos membros dos Comitês integra o montante global submetido à aprovação da AGO. A estratégia de remuneração dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração é posicionar os honorários fixos mensais de maneira competitiva frente às práticas do mercado de referência. Essa estratégia sempre buscará o alinhamento com a evolução da Governança da Braskem.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Os membros da Diretoria Estatutária e não Estatutária possuem uma estratégia de remuneração competitiva, sendo composta por remuneração fixa mensal, incentivos de curto e longo prazo e por benefícios. Todo posicionamento da remuneração leva em consideração o mercado anual de referência em todas as localidades onde a Braskem tem presença e comparada a um *peer group* de empresas, as quais possuem portes similares e boas práticas quanto a políticas e governança:

Com relação à remuneração fixa, anualmente se avalia a contribuição e desempenho individual de cada membro da Diretoria, seu posicionamento na faixa de remuneração e avalia-se a necessidade de algum ajuste na remuneração mensal.

Com relação à remuneração variável, o incentivo de curto prazo é proposto conforme o desafio de cada membro e avaliam-se o desempenho individual (através do cumprimento das metas individuais) e o desempenho operacional e econômico da Braskem (EBITDA, Geração de Caixa Livre e Caixa Operacional). Compõem as metas individuais indicadores ASG como, por exemplo, investimento em economia circular, comercialização de resinas recicladas, redução da emissão de CO2, planos de ação relativos à gestão de riscos socioambientais e implementação de planos de ação e demais ações pactuadas com a área de Conformidade. Nos termos dos Planos de ILP aprovados nas Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 21 de março de 2018 e 28 de julho de 2023, o Conselho de Administração tem como atribuição aprovar anualmente a lista de elegíveis e a quantidade de ações a serem entregues (*matching*) nesses programas, conforme critérios específicos previstos no Plano de ILP. Nesse sentido, os membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária da Companhia são beneficiários de programas de incentivo de longo prazo, aprovados no âmbito dos Planos de ILP da Companhia, recebendo a quantidade de ações (*matching*) definida pelo Conselho de Administração para cada um desses programas.

Os benefícios oferecidos pela Companhia a todos os Diretores Estatutários e Não Estatutários são os mesmos, tais como: assistência médica e odontológica, vale refeição, seguro de vida e previdência complementar.

A Companhia almeja remunerar seus Diretores no 3º quartil de mercado, reconhecendo e incentivando-os para a obtenção e superação dos resultados a serem obtidos.

A remuneração da Diretoria Estatutária é analisada anualmente pelo CPO e pelo Conselho de Administração, sendo que o montante global de remuneração proposto para a Diretoria integra o montante global submetido à aprovação da AGO. Com relação à Diretoria Não Estatutária, a aprovação de sua remuneração e eventuais reajustes é de competência do LN-Braskem.

Conselho Fiscal

Os membros efetivos do Conselho Fiscal são remunerados por meio de honorários fixos mensais, conforme pesquisa de mercado, atendendo o limite mínimo previsto no §3º do artigo 162 da Lei das S.A., com o objetivo de recompensar os conselheiros pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido e de acordo com as práticas de mercado e previsão legal. Os membros suplentes do Conselho Fiscal não recebem remuneração pelo exercício de suas funções.

Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a remuneração variável (curto e longo prazo) e benefícios.

Dessa forma, apresentados os detalhamentos acima, o alinhamento dos elementos da remuneração aos interesses da Companhia ocorre na medida em que são (i) equitativos (remunerar proporcionalmente de acordo com as habilidades, capacitação profissional e impacto nos resultados); (ii) competitivos (adequada aos padrões do mercado); (iii) eficazes (quanto a custos para a Companhia); e (iv) seguros (comprometida com a continuidade e crescimento do negócio). O cumprimento das metas de curto, médio e longo prazo, geram resultados para a Companhia, valorizando-a. Em contrapartida, esta distribui esses resultados em forma de remuneração variável de curto e longo prazo. Este ciclo faz com que a Companhia cresça e se desenvolva em busca de sua perpetuidade.

A proporção de cada elemento na remuneração total apresentou-se da seguinte forma nos 3 últimos exercícios sociais:

% em relação à remuneração total – 2025				
Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	31,20%	66,79%	2,01%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%
Comitês	100%	0%	0%	100%

% em relação à remuneração total – 2024				
Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total

Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	27,72%	70,55%	1,72%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%
Comitês	100%	0%	0%	100%

% em relação à remuneração total – 2023				
Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	45,6%	50,3%	4,1%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%
Comitês	100%	0%	0%	100%

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

Conselho de Administração

Entende-se que os membros do Conselho de Administração devem fazer jus apenas à remuneração fixa para que se reflita o reconhecimento dado a sua função supervisora e orientadora dos negócios da Companhia, sem, no entanto, haver envolvimento com a sua execução.

Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração

Na mesma medida, entende-se que os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração devem fazer jus apenas à remuneração fixa em reconhecimento à sua função, sem, no entanto, haver envolvimento com a sua execução.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

A composição da remuneração da Diretoria Estatutária e Não Estatutária está alinhada às práticas de mercado do *peer group* (empresas que possuem portes similares e boas práticas quanto a políticas e governança). A Companhia tem uma prática competitiva em relação à remuneração variável, pois entende que, dessa forma, alinha os interesses dos diretores com os da Companhia e de seus acionistas, compartilhando o risco e o resultado da Companhia com seus principais executivos, visando a obter ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e pelo desempenho de curto prazo.

Conselho Fiscal

A composição da remuneração do Conselho Fiscal está alinhada às práticas de mercado e ao disposto no §3º do artigo 162 da Lei das S.A., que estabelece a remuneração mínima legal.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Membros suplentes do Conselho de Administração e suplentes do Conselho Fiscal não recebem honorários fixos mensais, uma vez que não se engajam nas atividades da Companhia. Porém, os membros suplentes do Conselho de Administração que são membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração são remunerados por essa função.

8.1.d – existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe nenhuma remuneração por cargos exercidos na Companhia suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

8.1.e – existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Como instrumento de retenção de pessoas-chave, determinados Diretores Estatutários e Não Estatutários fazem jus a um “Bônus de Retenção”, cujo direito está sujeito a determinadas condições e requisitos, atrelado à ocorrência de eventos societários específicos, incluindo a mudança no controle da Companhia, conforme aprovado pelo Conselho de Administração.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2026 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11	8	5	24
Nº de membros remunerados	11	8	5	24
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual	9.847.200,00	15.578.883,87	1.200.000,00	26.626.083,87
Salário ou pró-labore				
Benefícios direto e indireto		494.485,37		494.485,37
Participações em comitês	3.684.000,00			3.684.000,00
Outros	1.828.023,77	10.000.000,00	-	11.828.023,77
Descrição de outras remunerações fixas	Contingência	Contingência		Contingência
Remuneração variável				
Bônus				
Participação de resultados		24.155.000,00		24.155.000,00
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros		8.501.250,00		8.501.250,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração variável	Valor referente a Programa de Retenção	Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a remuneração variável	Valor referente a Programa de Retenção
Pós-emprego		696.864,28		696.864,28
Cessação do cargo				
Baseada em ações (incluindo opções)		8.274.233,53		8.274.233,53
Observação	A remuneração recebida pelo exercício de cargos em Comitês está detalhada no item 8.20 deste Formulário de Referência.			
Total da remuneração	15.359.223,77	67.700.717,04	1.200.000,00	84.259.940,81

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11	5	5	21

Nº de membros remunerados	11	5	5	21
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	9.826.116,67	10.699.928,22	1.063.770,00	21.589.814,89
Benefícios direto e indireto		258.355,12		258.355,12
Participações em comitês	3.179.066,67			3.179.066,67
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados		18.500.000,00		18.500.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.115.000,00	0,00	2.115.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração variável	Valor referente a Programa de Retenção	Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a remuneração variável	Valor referente a Programa de Retenção
Pós-emprego	0,00	428.922,93	0,00	428.922,93
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	-	2.290.218,28	-	2.811.300,87
Observação	A remuneração recebida pelo exercício de cargos em Comitês está detalhada no item 8.20 deste Formulário de Referência.			
Total da remuneração	13.005.183,33	34.292.424,55	1.063.770,00	48.361.377,89

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11	6	5	22,00
Nº de membros remunerados	11	6	5	22,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	9.804.510,00	16.761.683,98	1.064.360,00	27.630.553,98
Benefícios direto e indireto	0,00	394.737,05	0,00	394.737,05
Participações em comitês	3.115.049,33	0,00	0,00	3.115.049,33
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	n/a	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	20.334.658,33	0,00	20.334.658,33
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	5.155.000,00	0,00	5.155.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração variável	Outros: Valores referentes a liquidação do Programa de Retenção	Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a remuneração variável	
Pós-emprego	0,00	647.060,88	0,00	647.060,88
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	17.165.663,95	0,00	17.165.663,95
Observação	A remuneração recebida pelo exercício de cargos em Comitês está detalhada no item 8.20 deste Formulário de Referência.			
Total da remuneração	12.919.559,33	60.458.804,19	1.064.360,00	74.442.723,52

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	6	5,00	22,00
Nº de membros remunerados	11,00	6	5,00	22,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	9.799.284,00	13.202.149,08	1.063.770,00	24.065.203,08
Benefícios direto e indireto	0,00	342.204,69	0,00	342.204,69
Participações em comitês	3.168.000,00	0,00	0,00	3.168.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	10.949.980,67	0,00	10.949.980,67
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	717.204,04	0,00	717.204,04
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.003.826,01	0,00	4.003.826,01
Observação	A remuneração recebida pelo exercício de cargos em Comitês está detalhada no item 8.20 deste Formulário de Referência.			
Total da remuneração	12.967.284,00	29.215.364,49	1.063.770,00	43.246.418,49

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	11	8	5	24
N° de membros remunerados	0	8	0	8
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável		Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração variável	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	24.155.000,00	N/A	24.155.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	11	5	5	21
N° de membros remunerados	0	5	0	5
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável.		Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração variável.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	26.562.500,00	0,00	26.562.500,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	18.500.000,00	0	18.500.000,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	11	6	5	22
N° de membros remunerados	0	6	0	6
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável.		Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração variável.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	27.250.000,00	0,00	27.250.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	20.334.658,33	0,00	20.334.658,33

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	11,00	6	5	22
N° de membros remunerados	0	6	0	6
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável.		Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração variável.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social				0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	26.750.000,00	0,00	26.750.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		10.949.981,00		10.949.981,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 – Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A companhia possuía 2 (dois) Planos de Incentivo de Longo prazo com outorgas vigentes em 2025, conforme detalhado abaixo:

- Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia (“Plano 2018”) aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de março de 2018, contemplando, dentre outros integrantes, os Diretores Estatutários. A vigência deste Plano teve início na data de sua aprovação pela Assembleia e encerrou-se 5 (cinco) anos após essa data, em 2022. No âmbito do Plano, no entanto, o programa de 2022 esteve vigente até dia 17 de maio de 2025, conforme detalhamento nos itens 8.9 e 8.10 abaixo.
- O Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia (“Plano 2023”) foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2023, contemplando, dentre outros integrantes, os Diretores Estatutários. A vigência do Plano teve início na data de sua aprovação pela Assembleia e se encerrará 5 (cinco) anos após essa data, em 2028.

Os Planos podem ser encontrados no site da CVM (www.cvm.gov.br) e na página de Relações com Investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br)

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações para os membros do Conselho de Administração.

Plano 2018 (Vigência de 2018 a 2023)

8.4.a – Termos e condições gerais

Podem ser indicados para participar do Plano as pessoas naturais que trabalham e que integram a Companhia ou as sociedades por ela controladas, incluindo, mas não se limitando, aos Diretores. O Conselho de Administração define, dentre tais integrantes, os participantes de cada programa anual de outorga de ações restritas (respectivamente “Pessoas Elegíveis” e “Programa”).

As Pessoas Elegíveis manifestam a vontade de aderir ao Plano e ao respectivo Programa, mediante a celebração do respectivo Contrato de Outorga, passando a ser designadas como “Participantes”.

A outorga das Ações Restritas (“Contrapartida”) é condicionada ao investimento voluntário de recursos financeiros próprios por parte dos Participantes na aquisição de ações próprias (“Ações Próprias”), sendo que as Pessoas Elegíveis podem investir voluntariamente, com recursos financeiros próprios, o valor mínimo de 10% e máximo de 20% do valor bruto do seu incentivo de curto prazo planejado.

A meta do Plano é a outorga, para cada 01 (uma) Ação Própria, 02 (duas) Ações Restritas. No entanto, o Conselho de Administração pode definir, de forma excepcional e justificada, a cada Programa, múltiplo diverso de Ações Restritas a ser transferida para cada Ação Própria nos termos e condições do Contrato de Outorga aplicável, observado o mínimo de 01 (uma) Ação Restrita e o máximo de 03 (três) Ações Restritas para cada Ação Própria. O número é definido a exclusivo critério do Conselho de Administração a partir da análise dos seguintes indicadores: (a) desempenho da Companhia no exercício social imediatamente anterior à celebração do Contrato de Outorga; (b) o nível de desafio esperado para a Companhia nos 03 (três) exercícios seguintes à aprovação de cada programa; e (c) valor das Ações Restritas negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão na data de aprovação de cada Programa.

Sem prejuízo de outras condições estabelecidas nos Programas e nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas, especialmente à transferência da propriedade das Ações Restritas, somente serão adquiridos se os Participantes: (i) permanecerem continuamente vinculados como Integrantes da Companhia ou de sociedade

controlada pela Companhia pelo período de 3 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga (“Período de Carência”), e, cumulativamente; (ii) mantiverem, sob sua propriedade ininterrupta, as Ações Próprias desde a data de sua aquisição até o fim do Período de Carência.

8.4.b – Data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia foi aprovado na Assembleia Gerais Extraordinária realizada em 21 de março de 2018.

8.4.c – Número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações abrangidas pelo Plano é de 1,5% do Capital Social da Companhia, que correspondia, na data de aprovação do Plano de 2018, a 11.958.865 (onze milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e sessenta e cinco) ações de um total de 797.257.834 (setecentos e noventa e sete milhões, duzentas e cinquenta e sete mil, oitocentas e quatro) ações.

8.4.d – Número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, tendo em vista que não serão outorgadas opções de ações em decorrência do modelo do Plano.

8.4.e – Condições de aquisição de ações

A Contrapartida é condicionada ao investimento voluntário de recursos financeiros próprios por parte dos Participantes na aquisição de Ações Próprias.

Os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas, especialmente à transferência da propriedade das Ações Restritas, somente serão adquiridos se os Participantes: (i) permanecerem continuamente vinculados como Integrantes da Companhia ou de sociedade controlada pela Companhia pelo período de 3 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga, e, cumulativamente, (ii) mantiverem, sob sua propriedade ininterrupta, as Ações Próprias desde a data de sua aquisição até o fim do Período de Carência.

8.4.f – Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de referência das Ações Restritas que a Companhia outorgará será o valor de cotação de mercado da Ação Restrita na localidade de cada Participante no segundo dia útil imediatamente anterior à respectiva transferência das Ações Restritas, ou, caso não haja negociação das Ações Restritas na localidade do Participante, será o valor de cotação das referidas Ações Restritas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no segundo dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento, convertido para a moeda corrente da localidade do Participante.

8.4.g – Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O Período de Carência será de 03 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga. Durante o Período de Carência, o Participante deverá permanecer vinculado à Companhia ou às sociedades por ela controladas mantendo a propriedade ininterrupta de suas Ações Próprias para que tenha direito à transferência das Ações Restritas pela Companhia ou pelas sociedades por ela controladas nos termos e condições estabelecidas neste Plano, no respectivo Programa e no Contrato de Outorga, observadas as regras relativas às hipóteses de desligamento da Companhia, conforme previstas no Plano e respectivos Contratos de Outorga.

8.4.h – Forma de liquidação

Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Plano e no Contrato de Outorga aplicável, e desde que observados os requisitos legais e regulatórios aplicáveis, a Companhia ou as sociedades por ela controladas transferirão, por meio de operação privada, para o nome dos

Participantes, dentro do prazo de até 60 (sessenta) dias, a quantidade de Ações Restritas a que os Participantes façam jus. Exceto no que se refere aos tributos que serão abatidos, a Companhia ou as sociedades por ela controladas, conforme o caso, arcarão com os eventuais custos incidentes para a realização da transferência das Ações Restritas para os Participantes. Na hipótese de não ser possível entregar as referidas Ações Restritas aos Participantes, a Companhia e/ou as sociedades por ela controladas poderão pagar aos Participantes, com recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente da respectiva localidade de atuação do Participante, o montante equivalente às Ações Restritas outorgadas considerando Preço de Referência das Ações Restritas, líquido dos tributos eventualmente incidentes.

8.4.i – Restrições à transferência das ações

Os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas, especialmente à transferência da propriedade das Ações Restritas, somente serão adquiridos se os Participantes: (i) permanecerem continuamente vinculados como Integrantes da Companhia ou de sociedade controlada pela Companhia pelo período de 03 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga, e, cumulativamente, (ii) mantiverem, sob sua propriedade ininterrupta, as Ações Próprias desde a data de sua aquisição até o fim do Período de Carência.

8.4.j – Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Na hipótese de: (i) Alteração de Controle da Companhia (conforme definido no Plano); (ii) realização de oferta pública de fechamento de capital da Companhia; (iii) reorganização societária que resulte em redução substancial do valor ou da liquidez das Ações Restritas em comparação com o preço e o volume médio negociado nos 06 (seis) meses anteriores à data da reorganização societária, os Participantes farão jus ao recebimento, em até 60 (sessenta) dias da ocorrência do evento estabelecido nesta cláusula: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelos Participantes, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada; e (b) da totalidade das Ações Restritas cujos direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos pelos Participantes, de modo que tais direitos serão automaticamente antecipados.

O Plano também prevê que, nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração da Companhia avaliar a necessidade de ajustes nos Programas e Plano, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia e as sociedades por ela controladas ou aos Participantes.

Ademais, qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações restritas em qualquer das jurisdições onde este será implementado, poderá levar à revisão integral do Plano, de forma a garantir o cumprimento das leis aplicáveis.

Por fim, o direito ao recebimento das Ações Restritas nos termos do Plano, respectivo Programa e Contrato de Outorga aplicáveis extinguir-se-á automaticamente e sem qualquer direito a indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito caso a Companhia seja dissolvida, liquidada ou tenha sua falência decretada.

8.4.k – Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de Desligamento de um Participante (i) mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e responsabilidades de administrador, (ii) por solicitação do Participante (incluindo demissão voluntária ou renúncia ao cargo de administrador), ou (iii) qualquer evento de aposentadoria que não seja uma Aposentadoria Acordada (conforme definido no Plano), o Participante perderá todo e qualquer direito relacionado às

Ações Restritas sob o Plano, qualquer Programa e Contrato de Outorga, o qual restará automaticamente extinto na data de Desligamento (conforme definido no Plano), de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem

direito a qualquer indenização do Participante, exceto pelas Ações Restritas já obtidas até a data efetiva do Desligamento, ainda que não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de: (i) demissão pela Companhia ou pelas sociedades por ela controladas sem justa causa; (ii) destituição do cargo de administrador sem que haja violação aos seus deveres e responsabilidades; ou (iii) transferência do Participante para ocupar cargo em sociedade do mesmo grupo da Companhia que não seja participante do Plano, o Participante fará jus ao recebimento: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelo Participante, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada; e (b) de uma quantidade pro rata das Ações Restritas cujos direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos pelo Participante, levando-se em conta para o referido cálculo pro rata a quantidade de meses completos em que tal Participante trabalhou na Companhia ou em sociedade por ela controlada em relação ao número de meses do Período de Carência, sendo que as Ações Restritas remanescentes restarão automaticamente extintas na data de Desligamento, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização do Participante. Para a outorga do Plano 2018 ocorrida em 2022 a entrega das Ações Restritas ao Participante será realizada na data originalmente prevista considerando o cumprimento do Período de Carência, exceto se determinado de outra forma no Contrato de Outorga, sendo certo que a Companhia poderá, excepcionalmente e a seu exclusivo critério, antecipar a entrega de tais Ações Restritas a qualquer momento.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de Aposentadoria Acordada, o Participante fará jus ao recebimento: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelo Participante, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada; e (b) da totalidade das Ações Restritas cujos direitos de aquisição não tenham sido plenamente adquiridos pelo Participante na data de Desligamento. A entrega das Ações Restritas ao Participante será realizada na data originalmente prevista considerando o cumprimento do Período de Carência, exceto se determinado de outra forma no Contrato de Outorga, sendo certo que a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, antecipar a entrega de tais Ações Restritas a qualquer momento.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de: (i) falecimento; ou (ii) invalidez permanente, os herdeiros ou sucessores legais (para a hipótese descrita em (i)) ou o representante legal (para a hipótese descrita em (ii)) farão jus ao recebimento, em até 60 (sessenta) dias da ocorrência de qualquer dos eventos estabelecidos nesta cláusula: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelo Participante, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou sociedade por ela controlada; e (b) da totalidade das Ações Restritas cujos direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos pelo Participante, de modo que tais direitos serão automaticamente antecipados, exceto se determinado de outra forma no Contrato de Outorga.

Ainda, o Conselho de Administração possui a prerrogativa de estabelecer regras diversas sempre que julgar que os interesses sociais da Companhia serão mais bem atendidos pelas medidas acima ou conforme necessário para cumprir com outras leis aplicáveis ou arcar com tributos incidentes.

Plano 2023 (Vigência de 2023 a 2028)

8.4.a – Termos e condições gerais

Podem ser indicados para participar do Plano as pessoas naturais que trabalham e que integram a Companhia ou as sociedades por ela controladas, incluindo, mas não se limitando, aos Diretores. O Conselho de Administração define, dentre tais integrantes, os participantes de cada programa anual de outorga de ações restritas (respectivamente “Pessoas Elegíveis” e “Programa”).

As Pessoas Elegíveis manifestam a vontade de aderir ao Plano e ao respectivo Programa, mediante a celebração do respectivo Contrato de Outorga, passando a ser designadas como “Participantes”.

A outorga das Ações Restritas (“Contrapartida”) é condicionada ao investimento voluntário de recursos financeiros próprios por parte dos Participantes na aquisição de ações próprias (“Ações Próprias”), sendo que as Pessoas Elegíveis podem investir voluntariamente, com recursos financeiros próprios, o valor mínimo de 10% e máximo de 20% do valor bruto do seu incentivo de curto prazo planejado.

A meta do Plano é a outorga, para cada 01 (uma) Ação Própria, 02 (duas) Ações Restritas. No entanto, o Conselho de Administração pode definir, de forma excepcional e justificada, a cada Programa, múltiplo diverso de Ações Restritas a ser transferida para cada Ação Própria nos termos e condições do Contrato de Outorga aplicável, observado o mínimo de 01 (uma) Ação Restrita e o máximo de 03 (três) Ações Restritas para cada Ação Própria. O número é definido a exclusivo critério do Conselho de Administração a partir da análise dos seguintes indicadores: (a) desempenho da Companhia no exercício social imediatamente anterior à celebração do Contrato de Outorga; (b) o nível de desafio esperado para a Companhia nos 03 (três) exercícios seguintes à aprovação de cada Programa; e (c) valor das Ações Restritas negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão na data de aprovação de cada Programa.

Sem prejuízo de outras condições estabelecidas nos Programas e nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas, especialmente à transferência da propriedade das Ações Restritas, somente serão adquiridos se os Participantes: (i) permanecerem continuamente vinculados como Integrantes da Companhia ou de sociedade controlada pela Companhia pelo período de 3 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga (“Período de Carência”), e, cumulativamente; (ii) mantiverem, sob sua propriedade ininterrupta, as Ações Próprias desde a data de sua aquisição até o fim do Período de Carência.

8.4.b – data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia foi aprovado na Assembleia Gerais Extraordinárias realizadas em 28 de julho de 2023.

8.4.c – Número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações abrangidas pelo Plano é de 1,5% do Capital Social da Companhia, que correspondia, na data de aprovação do Plano de 2023 a 11.958.117 (onze milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, cento e dezessete) ações de um total de 797.207.834 (setecentos e noventa e sete milhões, duzentas e sete mil, seiscentas e quatro) ações.

8.4.d – Número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, tendo em vista que não serão outorgadas opções de ações em decorrência do modelo do Plano.

8.4.e – Condições de aquisição de ações

A Contrapartida é condicionada ao investimento voluntário de recursos financeiros próprios por parte dos Participantes na aquisição de Ações Próprias.

Os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas, especialmente à transferência da propriedade das Ações Restritas, somente serão adquiridos se os Participantes: (i) permanecerem continuamente vinculados como Integrantes da Companhia ou de sociedade controlada pela Companhia pelo período de 3 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga, e, cumulativamente, (ii) mantiverem, sob sua propriedade ininterrupta, as Ações Próprias desde a data de sua aquisição até o fim do Período de Carência.

8.4.f – Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de referência das Ações Restritas que a Companhia outorgará será o valor de cotação de mercado da Ação Restrita na localidade de cada Participante no 1º (primeiro) dia útil (a.i) imediatamente posterior ao fim do Período de Carência ou (a.ii) do 15º (décimo quinto) dia útil imediatamente anterior à data do respectivo Desligamento, ou, caso não haja negociação

das Ações Restritas na localidade do Participante, será o valor de cotação das referidas Ações Restritas na B3, nas mesmas datas previstas acima, conforme o caso, convertido para a moeda corrente da localidade do Participante;

8.4.g – Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O Período de Carência será de 03 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga.

Durante o Período de Carência, o Participante deverá permanecer vinculado à Companhia ou às sociedades por ela controladas mantendo a propriedade ininterrupta de suas Ações Próprias para que tenha direito à transferência das Ações Restritas pela Companhia ou pelas sociedades por ela controladas nos termos e condições estabelecidas neste Plano, no respectivo Programa e no Contrato de Outorga, observadas as regras relativas às hipóteses de desligamento da Companhia, conforme previstas no Plano e respectivos Contratos de Outorga.

8.4.h – Forma de liquidação

Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Plano e no Contrato de Outorga aplicável, e desde que observados os requisitos legais e regulatórios aplicáveis, a Companhia ou as sociedades por ela controladas transferirão, por meio de operação privada, para o nome dos Participantes, dentro do prazo de até 30 (trinta) dias, a quantidade de Ações Restritas a que os Participantes façam jus. Exceto no que se refere aos tributos que serão abatidos, a Companhia ou as sociedades por ela controladas, conforme o caso, arcarão com os eventuais custos incidentes para a realização da transferência das Ações Restritas para os Participantes. Na hipótese de não ser possível entregar as referidas Ações Restritas aos Participantes, a Companhia e/ou as sociedades por ela controladas poderão pagar aos Participantes, com recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente da respectiva localidade de atuação do Participante, o montante equivalente às Ações Restritas outorgadas considerando Preço de Referência das Ações Restritas, líquido dos tributos eventualmente incidentes.

8.4.i – Restrições à transferência das ações

Os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas, especialmente à transferência da propriedade das Ações Restritas, somente serão adquiridos se os Participantes: (i) permanecerem continuamente vinculados como Integrantes da Companhia ou de sociedade controlada pela Companhia pelo período de 03 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga, e, cumulativamente, (ii) mantiverem, sob sua propriedade ininterrupta, as Ações Próprias desde a data de sua aquisição até o fim do Período de Carência.

8.4.j – Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Na hipótese de: (i) Alteração de Controle da Companhia (conforme definido no Plano); (ii) realização de oferta pública de fechamento de capital da Companhia; (iii) reorganização societária que resulte em redução substancial do valor ou da liquidez das Ações Restritas em comparação com o preço e o volume médio negociado nos 06 (seis) meses anteriores à data da reorganização societária, os Participantes farão jus ao recebimento, em até 30 (trinta) dias da ocorrência do evento estabelecido nesta cláusula: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelos Participantes, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada; e (b) da totalidade das Ações Restritas cujos direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos pelos Participantes, de modo que tais direitos serão automaticamente antecipados.

O Plano também prevê que, nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração da Companhia avaliar a necessidade de ajustes nos Programas e Plano, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia e as sociedades por ela controladas ou aos Participantes.

Ademais, qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações restritas em qualquer das jurisdições onde este será implementado, poderá levar à revisão integral do Plano, de forma a garantir o cumprimento das leis aplicáveis.

Por fim, o direito ao recebimento das Ações Restritas nos termos do Plano, respectivo Programa e Contrato de Outorga aplicáveis extinguir-se-á automaticamente e sem qualquer direito a indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito caso a Companhia seja dissolvida, liquidada ou tenha sua falência decretada.

8.4.k – Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de Desligamento de um Participante (i) mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e responsabilidades de administrador, (ii) por solicitação do Participante (incluindo demissão voluntária ou renúncia ao cargo de administrador), ou (iii) qualquer evento de aposentadoria que não seja uma Aposentadoria Acordada (conforme definido no Plano), o Participante perderá todo e qualquer direito relacionado às Ações Restritas sob o Plano, qualquer Programa e Contrato de Outorga, o qual restará automaticamente extinto na data de Desligamento (conforme definido no Plano), de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização do Participante, exceto pelas Ações Restritas já obtidas até a data efetiva do Desligamento, ainda que não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de: (i) demissão pela Companhia ou pelas sociedades por ela controladas sem justa causa; (ii) destituição do cargo de administrador sem que haja violação aos seus deveres e responsabilidades; ou (iii) transferência do Participante para ocupar cargo em sociedade do mesmo grupo da Companhia que não seja participante do Plano, o Participante fará jus ao recebimento: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelo Participante, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada; e (b) de uma quantidade pro rata das Ações Restritas cujos direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos pelo Participante, levando-se em conta para o referido cálculo pro rata a quantidade de meses completos em que tal Participante trabalhou na Companhia ou em sociedade por ela controlada em relação ao número de meses do Período de Carência, sendo que as Ações Restritas remanescentes restarão automaticamente extintas na data de Desligamento, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização do Participante. Para outorgas do Plano 2023 a entrega das Ações Restritas ao Participante será realizada em até 30 (trinta) dias da data do Desligamento.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de Aposentadoria Acordada, o Participante fará jus ao recebimento: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelo Participante, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada; e (b) da totalidade das Ações Restritas cujos direitos de aquisição não tenham sido plenamente adquiridos pelo Participante na data de Desligamento. A entrega das Ações Restritas ao Participante será realizada na data originalmente prevista considerando o cumprimento do Período de Carência, exceto se determinado de outra forma no Contrato de Outorga, sendo certo que a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, antecipar a entrega de tais Ações Restritas a qualquer momento.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de: (i) falecimento; ou (ii) invalidez permanente, os herdeiros ou sucessores legais (para a hipótese descrita em (i)) ou o representante legal (para a hipótese descrita em (ii)) farão jus ao recebimento, em até 30 (trinta) dias da ocorrência de qualquer dos eventos estabelecidos nesta cláusula: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelo Participante, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou sociedade por ela controlada; e (b) da totalidade das Ações Restritas cujos

direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos pelo Participante, de modo que tais direitos serão automaticamente antecipados, exceto se determinado de outra forma no Contrato de Outorga.

Na hipótese de Desligamento de um Participante que seja o Diretor Presidente ou um Vice-Presidente, por decisão da Companhia, salvo se por demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e responsabilidades de administrador, tal Participante fará jus ao recebimento da totalidade das Ações Restritas independentemente dos requisitos para *vesting* terem sido observados. Nesse caso, a entrega das Ações Restritas ao Participante será realizada em até 30 (trinta) dias da data do Desligamento.

Ainda, o Conselho de Administração possui a prerrogativa de estabelecer regras diversas sempre que julgar que os interesses sociais da Companhia serão mais bem atendidos pelas medidas acima ou conforme necessário para cumprir com outras leis aplicáveis ou arcar com tributos incidentes.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de opção de compra de ação (mas sim de ações restritas).

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de opção de compra de ações (mas sim de ações restritas).

8.7 Opções em aberto

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de opção de compra de ações (mas sim de ações restritas).

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de opção de compra de ações (mas sim de ações restritas).

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Vide quadro abaixo que endereça as questões 8.9 e 8.10.

8.10 Outorga de ações

8.10 – Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Quadros abaixo que endereçam as questões 8.9 e 8.10.

Exercício	2026
Órgão	Diretores Estatutários
Nº total de membros	8
Nº total de membros remunerados	8
Programas	Programa 2026
Quantidade total de ações outorgadas	891.205
Quantidade Total de Ações ainda não exercíveis	891.205
Data da outorga	Aguardando aprovação de Outorga 2026 pelo Conselho de Administração
Data em que se tornarão exercíveis (término da carência)	Aguardando aprovação de Outorga 2026 pelo Conselho de Administração
Prazo máximo para entrega das ações	30 dias após o término do período de carência (3 anos)
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há Lockup pós vesting
Quantidade total de ações transferidas	0
Quantidade total de ações prescritas	0
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	< 1,5%

Valor justo das ações na data da outorga	R\$9,28
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 8.274.233,53

Observação: A Outorga do Programa de ILP 2026 ainda não foi aprovada pelo Conselho de Administração. Os valores de 2026 consideram como premissa a contribuição individual de 20% do Pacto de PLR de 2025 e contrapartida máxima de 3,00 ações para cada ação investida. Valor da ação de R\$9,28 é a média de fechamento da ação BRKM5 do período de 2 de janeiro de 2026 a 6 de março de 2026.

Exercício	2025
Órgão	Diretores Estatutários
Nº total de membros	5
Nº total de membros remunerados	5
Programas	Programa 2025
Quantidade total de ações outorgadas	690.392
Quantidade Total de Ações ainda não exercíveis	594.337
Data da outorga	16/06/2025
Data em que se tornarão exercíveis (término da carência)	16/06/2028
Prazo máximo para entrega das ações	30 dias após o término do período de carência (3 anos)
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há Lockup.
Quantidade total de ações transferidas	96.055

Quantidade total de ações prescritas	0
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	< 1,5%
Valor justo das ações na data da outorga	10,15
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$7.007.478,80

Exercício	2024
Órgão	Diretores Estatutários
Nº total de membros	6
Nº total de membros remunerados	6
Programas	Programa 2024
Quantidade total de ações outorgadas	473.417
Quantidade Total de Ações ainda não exercíveis	59.774
Data da outorga	05/06/2024
Data em que se tornarão exercíveis (término da carência)	05/06/2027
Prazo máximo para entrega das ações	30 dias após o término do período de carência (3 anos)
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há Lockup.
Quantidade total de ações transferidas	473.417

Quantidade total de ações prescritas	0
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	< 1,5%
Valor justo das ações na data da outorga	R\$18,19
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 8.611.455,23

Exercício	2023
Órgão	Diretores Estatutários
Nº total de membros	6
Nº total de membros remunerados	6
Programas	Programa 2023
Quantidade total de ações outorgadas	293.110
Quantidade Total de Ações ainda não exercíveis	34.028
Data da outorga	06/09/2023
Data em que se tornarão exercíveis (término da carência)	06/09/2026
Prazo máximo para entrega das ações	30 dias após o término do período de carência (3 anos)
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há Lockup.
Quantidade total de ações transferidas	293.110

Quantidade total de ações prescritas	0
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	< 1,5%
Valor justo das ações na data da outorga	R\$23,02
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 6.747.392,00

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	11	5	5
Nº de membros remunerados	0	5	0
Nº de ações	0	111.531	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	10,44	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	1.164.719,96	0,00
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável.		Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração variável.

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	11,00	6,00	
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	
Nº de ações	0	960.812	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	16,17	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	15.536.330,04	
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável.		

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	11,00	6,00	
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	
Nº de ações	0	216.721	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	23,40	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	5.071.271,40	
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável.		

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 – Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

8.12.a – modelo de precificação

Plano 2018 (Vigência de 2018 a 2023)

Conforme indicado no item 8.4 (f), o preço de referência das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Plano 2018 é o valor de cotação de mercado da Ação Restrita (conforme definido no Plano) na localidade de cada Participante no segundo dia útil imediatamente anterior à respectiva transferência das Ações Restritas, ou, caso não haja negociação das Ações Restritas na localidade do Participante, o valor de cotação das referidas Ações Restritas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no segundo dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento, convertido para a moeda corrente da localidade do Participante.

Plano 2023 (Vigência de 2023 a 2028)

Conforme indicado no item 8.4 (f), o preço de referência das Ações Restritas que a Companhia outorgará será o valor de cotação de mercado da Ação Restrita (conforme definido no Plano) na localidade de cada Participante no 1º (primeiro) dia útil (a.i) imediatamente posterior ao fim do Período de Carência ou (a.ii) do 15º (décimo quinto) dia útil imediatamente anterior à data do respectivo Desligamento, ou, caso não haja negociação das Ações Restritas na localidade do Participante, será o valor de cotação das referidas Ações Restritas na B3, nas mesmas datas previstas acima, conforme o caso, convertido para a moeda corrente da localidade do Participante.

8.12.b – dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de opção de compra de ações.

8.12.c – método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de opção de compra de ações.

8.12.d – forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de opção de compra de ações

8.12.e – se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de opção de compra de ações.

8.13 – Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

31/12/2025						
Sociedade	Categoria	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Órgãos Técnicos ou Consultivos	Total
	Emissor					
Braskem S.A.	Ações Ordinárias	0	0	0	0	0
	Ações Preferenciais – Classe A	500	167.633	200	5.300	173.633
	Ações Preferenciais – Classe B	0	0	0	0	0
	ADR		94.770			94.770

8.14 – Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

	Conselho de Administração	Diretores Estatutários	Conselho Fiscal
Nº de membros	11	5	5
Nº total de membros remunerados	11	5	5
Nome do plano	N/A	Plano Vexty	N/A
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	5	N/A
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Após a rescisão do vínculo empregatício, de direção ou de mandato com a Patrocinadora é facultado ao Participante, em função do seu plano de vida e carreira, antecipar a solicitação do seu benefício com qualquer idade inferior a 70 (setenta) anos.	N/A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 4.425.457,12	N/A

Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 428.922,93	N/A
Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	Não há. O resgate é possível somente após rescisão do vínculo empregatício, de direção ou de mandato com a Patrocinadora	N/A

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	5	6	6	11	11	11	5	5	5
Nº de membros remunerados	5	6	6	11	11	11	5	5	5
Valor da maior remuneração Real	12.566.503,94	18.437.691,37	8.845.000,00	2.265.040,00	2.554.800,00	2.554.800,00	212.400,00	212.400,00	212.400,00
Valor da menor remuneração Real	4.158.402,17	6.964.063,78	3.908.357,00	894.000,00	894.000,00	894.000,00	212.400,00	212.400,00	212.400,00
Valor médio da remuneração Real	7.085.957,01	10.831.864,43	5.439.533,00	1.224.474,07	1.257.005,56	1.206.120,00	212.400,00	212.400,00	212.400,00

Observação: O valor da maior remuneração individual da Diretoria Estatutária em 2024 contempla evento não recorrente referente ao reconhecimento dos valores relacionados à rescisão contratual do Diretor Presidente (cargo é referente/similar a CEO (Chief Executive Officer), que exerceu o cargo até 29.11.2024.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 – Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, com exceção dos direitos relativos ao Programa de Incentivo de Longo Prazo, aplicáveis aos diretores e demais integrantes que sejam elegíveis, conforme regras do Plano vigente.

Os administradores da Companhia são cobertos pela apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O), emitida pela HDI Global Seguros, com cobertura válida até 17 de julho de 2026. A apólice conta com abrangência em todo o território mundial, e o prêmio líquido da apólice vigente foi de US\$ 3,907 mil.

Nos termos da apólice, os administradores serão indenizados por perdas e danos (inclusive custos de defesa) resultantes de reclamações de terceiros contra os administradores fundamentadas em omissões ou atos danosos praticados no exercício de suas funções (contanto que não seja caracterizado dolo ou culpa grave equiparada ao dolo ou alguma outra exclusão/limitação específica constante na apólice).

Em complemento ao Seguro de D&O descrito acima, a Companhia está autorizada a firmar compromisso de indenidade com determinados Beneficiários, conforme definido em sua Política de Indenidade, incluindo seus administradores e ex-administradores. A Política de Indenidade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 08/11/2017 e atualizada pela última vez em 08/11/2023 ("Política de Indenidade") e se encontra disponível nos sites da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Exercício social encerrado em	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
2026	29,38%	20,00%	0,00%
2025	37,38%	20,00%	23,57%
2024	38,46%	19,96%	0,96%
2023	35,85%	19,97%	0,00%

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nos últimos três exercícios sociais e em relação ao exercício social corrente, não foram reconhecidos e não se espera que sejam reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal recebida por qualquer razão que não a função que ocupam na Companhia.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Remuneração por funções exercidas pelos atuais membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia na Controladora e/ou Sociedades sob controle comum				
Órgão da Companhia	2026 (Previsão)	2025	2024	2023
Conselho de Administração	R\$ 23.427.064 a título de remuneração de Administradores do Controlador e de Sociedades sob controle comum da Companhia	R\$ 32.170.761 a título de remuneração de Administradores do Controlador e de Sociedades sob controle comum da Companhia	R\$ 21.569.108,10 a título de remuneração de Administradores e empregados do Controlador e de Sociedades sob controle comum da Companhia	R\$ 26.512.446,59 a título de remuneração de Administradores e empregados do Controlador e de Sociedades sob controle comum da Companhia
Diretoria	Não aplicável	Não aplicável	R\$ 15.000,00 a título de remuneração de Administrador de Sociedade sob controle comum da Companhia.	Não aplicável
Conselho Fiscal	Não aplicável	R\$ 318.000,00 a título de pagamento de remuneração a Conselheiro de sociedade sob controle comum da Companhia.	R\$ 360.000,00 a título de pagamento de remuneração a Conselheiro de sociedade sob controle comum da Companhia.	R\$ 360.000,00 a título de pagamento de remuneração a Conselheiro de sociedade sob controle comum da Companhia.

* Os valores relacionados ao exercício social de 2026 tratam-se de uma previsão, estando sujeitas à aprovação dos acionistas nas assembleias gerais ordinárias das respectivas empresas e à sua individualização pelo órgão competente.

8.20 Outras informações relevantes

8.20 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante

Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais

A tabela abaixo considera os membros suplentes do Conselho de Administração que são remunerados por participarem de Comitês de assessoramento do Conselho de Administração e os membros externos do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutária (i.e., membros que não fazem parte do Conselho de Administração nem mesmo na qualidade de suplentes).

	Suplentes + Membros Externos do CCAE	Total
Nº total de membros	7	7
Nº total de membros remunerados	4	4
Salário ou pró-labore	N/A	N/A
Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A
Participação em comitês	1.248.000,00	1.248.000,00
Outros	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A
Participação de resultados	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A
Pós-emprego	N/A	N/A
Cessação do cargo	N/A	N/A
Baseada em ações, incluindo opções	N/A	N/A
Observação	N/A	N/A

Total da remuneração	1.248.000,00	1.248.000,00
----------------------	--------------	--------------

(Líquida)		
-----------	--	--

Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais

A tabela abaixo considera os membros suplentes do Conselho de Administração que são remunerados por participarem de Comitês de assessoramento do Conselho de Administração e os membros externos do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutária (i.e., membros que não fazem parte do Conselho de Administração nem mesmo na qualidade de suplentes).

	Suplentes + Membros Externos do CCAE	Total
Nº total de membros	7	7
Nº total de membros remunerados	4	4
Salário ou pró-labore	N/A	N/A
Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A
Participação em comitês	1.248.000,00	1.248.000,00
Outros	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A
Participação de resultados	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A
Pós-emprego	N/A	N/A
Cessação do cargo	N/A	N/A
Baseada em ações, incluindo opções	N/A	N/A

Observação	N/A	N/A
Total da remuneração	1.248.000,00	1.248.000,00

Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais

A tabela abaixo considera os membros suplentes do Conselho de Administração que são remunerados por participarem de Comitês de assessoramento do Conselho de Administração e os membros externos do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutária (i.e., membros que não fazem parte do Conselho de Administração nem mesmo na qualidade de suplentes).

	Suplentes + Membros Externos do CCAE	Total
Nº total de membros	7,00	7,00
Nº de Membros remunerados	4,08	4,08
Salário ou pró-labore	N/A	N/A
Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A
Participação em comitês	1.223.500,00	1.223.500,00
Outros	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A
Participação de resultados	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A
Pós-emprego	N/A	N/A
Cessação do cargo	N/A	N/A
Baseada em ações, incluindo opções	N/A	N/A
Observação	N/A	N/A

Total da remuneração (líquida)	1.223.500,00	1.223.500,00
-----------------------------------	--------------	--------------